

O Programa Bolsa Família em tempos de crise do capital



EDITORA UEMA

Magda Dias

Magda Núcia Albuquerque Dias

**O PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM TEMPOS
DE CRISE DO CAPITAL**



EDITORA UEMA

São Luís, 2021

© copyright 2021 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho • Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte • Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar • Emanuel Cesar Pires de Assis
Emanuel Gomes de Moura • Fabíola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo • Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva • José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr • Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves • Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza • Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin • Wilma Peres Costa

Diagramação: Paul Philippe

Dias, Magda Núcia Albuquerque
O programa Bolsa Família em tempos de crise do capital / Magda Núcia Albuquerque
Dias. – São Luís: UEMA, 2021.

157 p.

ISBN: 978-85-8227-196-4

1. Programa Bolsa Família. 2. Capitalismo.
3. Políticas sociais. 4. Economia Brasileira. I. Título.

CDU 330.142.23:364-12:316.323.6

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
-----------------	----

CAPÍTULO I

AS CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA: os limites impostos a partir da década de 1970.....	07
--	-----------

1.1 A difícil valorização do valor: a hegemonia americana encontra seu limite	11
--	----

1.2 Ainda existem espaços para a valorização do valor?.....	16
--	-----------

1.3 Fim da estrada: o capital se depara com o seu próprio limite	19
---	----

CAPÍTULO II

O LUGAR QUE COUBE AO BRASIL NO SISTEMA CAPITALISTA: os limites da economia e a dificuldade em atender aos que ficam fora dos circuitos de trocas capitalistas.....	34
---	-----------

2.1 Os limites da economia no Brasil: respostas do Estado aos que ficam fora dos circuitos de trocas capitalistas.....	35
---	----

2.2 Persistem os limites da economia brasileira.....	71
---	-----------

2.3 As políticas sociais pós-1980: os programas de transferência de renda.....	76
---	----

CAPÍTULO III

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO.....	89
--	-----------

3.1 Questões para o debate	90
---	-----------

3.2 A condição de cidadania dos beneficiários.....	105
---	------------

3.3 O limite de inserção dos beneficiários nos circuitos financeiros.....	114
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	162
------------------	-----

INTRODUÇÃO

As crises, nas sociedades capitalistas, fazem parte da sua lógica e articulam-se com as políticas sociais que o Estado, historicamente, implementa para tentar conter os seus efeitos. O Programa de transferência de renda Bolsa Família, desde 2004, constitui-se em uma das respostas do governo brasileiro à crise econômica que assola o país, ainda nos anos de 1970 e se insere nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais concernentes à nossa sociedade. Entendê-lo, portanto, implica em considerar a estrutura social no qual se insere.

O Programa Bolsa Família é aqui considerado como uma intervenção do Estado na área social, tendo em vista o agravamento das contradições que se impõem ao capitalismo, sobretudo para as massas, que cada vez mais ficam fora dos circuitos de troca capitalista. Nossas discussões têm como parâmetro as análises de Kurz (1998) acerca da crise do fordismo como um limite histórico da forma capital, cujo início é a década de 1970. O abalo nas instituições capitalistas decorrentes da incapacidade de a sociedade se realizar nos moldes burgueses se tornou insustentável, para muitos, chegou ao fim, o que revela a barbárie de nossa época conforme assevera Menegat (2012).

O presente estudo será orientado a partir da formulação de uma pergunta norteadora que se desdobra em algumas questões iniciais: Como se inscreve o Programa Bolsa família na sociedade brasileira e qual o seu significado no contexto de crise de valorização do valor? Qual a lógica fundante das sociedades capitalistas e qual tem sido a natureza de sua crise, sobretudo a crise do fordismo? O modelo institucionalizado de proteção social é capaz de garantir direitos em uma sociedade que passa pela crise de valorização do valor? Qual a relação entre processo de formação socioeconômica brasileira e Políticas Sociais destinadas às massas? Como a sociedade capitalista periférica, desigual, produtora de mercadoria, em crise, incrementa o crescimento, valoriza o valor e desta maneira cria novos postos de trabalho? E ainda, quais são as potencialidades e limites colocados pelas atuais experiências em curso, sobretudo do programa Bolsa Família? Para responder tais indagações, uma de nossas tarefas consistiu em analisar o Brasil nesta perspectiva, ou seja, enquanto produtor de mercadorias diante da crise de sua forma social, a capitalista, conforme assegura Marx (1984) ao explicar que as sociedades capitalistas têm como forma a mercadoria.

Nosso trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, discorreremos sobre a crise fordista imposta ao capitalismo desde a década de 1970, cujo impacto se expressa no aumento de uma massa de desempregados no mundo

inteiro. Todo o processo redirecionou o papel do Estado diante das mudanças de ordem estrutural que modificou a forma do capitalismo e o colocou no limite da sua capacidade de responder aos seus problemas. Na discussão específica sobre a crise contribuíram Brenner (2003), Arrighi (1996), Harvey (2011) e Kurz (1998). Das contribuições de cada autor fomos construindo a nossa tese sobre o limite das sociedades capitalistas manterem a sua estrutura, pela impossibilidade, via trabalho produtivo, de assegurar o seu funcionamento. No segundo capítulo, analisamos, especificamente, o Brasil, considerando a sua inserção no modo de produção e a maneira como aqui se manifestaram os condicionantes econômicos externos. Estes propulsionaram a adequação às diferentes etapas do capitalismo, conforme modelo das economias centrais, porquanto elucidou o lugar ocupado pela economia capitalista no moderno sistema produtor de mercadorias, bem como denunciou as suas limitações históricas. No decorrer das análises acompanhamos as respostas do Estado brasileiro às massas, em conformidade com os processos econômicos em curso, o que revelou o seu caráter conservador. Neste momento contribuíram para as nossas discussões Caio Prado Júnior (1976; 2008) e Chico de Oliveira (2008). No terceiro capítulo, discutimos, especificamente, acerca das limitações do Programa Bolsa família relacionando à lógica que direcionou os processos capitalistas, sobretudo a financeirização da economia com as transferências de renda.

O percurso que escolhemos para elaborarmos a tese sobre os limites do Programa Bolsa Família como limites do capital, desvela a natureza fragilizada de uma economia periférica, bem como a natureza perversa de um modelo societário de políticas, programas, dentre outras estratégias, de combate às mazelas sociais expressas no baixo nível educacional e cultural de milhões e milhões de pessoas no país. Uma constatação preocupante porque fragiliza ainda mais a democracia e intensifica o abalo nas instituições que não conseguem cumprir minimamente sua função social.

1. AS CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA: OS LIMITES IMPOSTOS A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.

As crises trazem novas questões a serem resolvidas, redimensionam o capitalismo, delas emergem novas contradições que precisam de respostas imediatas, definem as relações que constituem o cerne do capitalismo: de um lado a base material de existência da maioria que tem somente a força de trabalho para vender no mercado; de outro, o próprio mercado, a sua dinâmica que possibilita ou não a valorização do valor. São processos intrinsecamente relacionados, o que implica em respostas cada vez mais arriscadas devido a complexidade do próprio desenvolvimento do capital. Daí a sua importância para as nossas discussões.

A discussão sobre as crises que passam as sociedades capitalistas permitem uma maior compreensão acerca das ações do Estado via políticas sociais e cujo objetivo é atender parcelas significativas da população que, historicamente, ficaram à margem do processo de produção. As crises deram visibilidade à reconfiguração do papel do Estado diante da dimensão quantitativa e das condições de vida das massas que encheram as cidades do mundo inteiro, não obstante a qualidade de sua resposta. O Estado, enquanto instância de controle social, opera dentre outros, para atender esta mão de obra que cresce a cada dia sem que as sociedades saibam o que fazer com ela. São sociedades que vivem a crise do trabalho abstrato e não conseguem desenvolver estratégias de negação desta forma social, no momento em que os limites de possibilidade de inserção deste grande contingente populacional no processo produtivo já estão postos. Lembramos que o Programa Bolsa Família se inscreve nestes processos, como se verá posteriormente.

As sucessivas crises do capitalismo paulatinamente podem sinalizar a continuidade ou o limite de sua forma. Observamos a dificuldade de impulsionar, após a crise de 1970 e o seu acirramento em 2008, um novo ciclo de crescimento. Considerando tal pressuposto, a compreensão de sua dinâmica, especificamente deste momento histórico, permite atualizar os processos contraditórios modificadores desta forma social, afinal, o capitalismo tem passado por muitas fases desde as análises de Marx, o que tem suscitado discussões sobre o caráter destrutivo deste sistema, inclusive no que diz respeito à sua relação com o meio ambiente¹. Neste movimento, uma nova dinâmica é posta e possibilita leituras da realidade que incorporem elementos atualizados sem, contudo, negar o caráter mercadológico que cada vez mais assumem as relações sociais.

1 Ver: LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: _____. **Pós-neoliberalismo II: que Estado, que democracia?** São Paulo: Vozes, 1999.

O corte histórico definido para a discussão sobre o processo de crise, conforme já mencionamos, é a década de 1970, momento em que o capitalismo interrompe de vez, qualquer possibilidade de inserção progressiva de uma grande massa nos circuitos de troca capitalista. O surto desenvolvimentista pós Segunda Guerra Mundial, dos chamados 30 anos gloriosos, não dá mais sinais de retorno. A estagnação econômica, a procura de novos fluxos para o capital excedente, posteriormente sinaliza um processo, cuja consequência é a inutilidade de um grande potencial de mão de obra. Esta não interessa mais ao capital, cabe ao Estado responder a este novo cenário que obriga uma mudança na sua política de contenção das massas, visto que a política do Welfare State só foi possível em momentos de acumulação produtiva progressiva, o que sustentou o pacto entre trabalhadores e capitalistas. Após os anos 1980, com a implantação da ideologia neoliberal políticas de transferência de renda, irão se consolidar, sobretudo, em economias periféricas como o Brasil, que se obriga a implementar políticas superavitárias para o pagamento dos juros de sua dívida externa.

Quais os elementos presentes na década de 1970 que influenciaram os rumos das sociedades capitalistas? Entender tais processos é fundamental para analisarmos posteriormente as políticas de transferência de renda especificamente, o Programa Bolsa Família, posto que a sua implementação dar-se-á nesta conjuntura, este é fruto da resposta do Estado diante da crise estrutural do capital. Os anos de 1970 suscitaram várias explicações acerca da crise que assolou a economia capitalista, todavia, ainda que sejam diferenciadas, sob o ponto de vista de alguns aspectos, são unânimes em reconhecê-la pelo seu caráter estrutural e pelas dificuldades impostas à funcionalidade do sistema. Iniciaremos tentando discorrer sobre os fatores desencadeadores da crise, para compreendermos o cenário econômico desde o seu início, esforço acredita-se que será indicativo para o entendimento acerca do caráter agonizante em que se encontra o sistema capitalista, conforme infere Menegat (2012).

No primeiro momento, sinalizamos o início da crise e os seus desdobramentos na perspectiva de Brenner (2003). Para ele, a crise é decorrente do excesso de produção do setor de manufaturados internacional e tem seu início nos Estados Unidos, consequência da sua posição hegemônica e da sua superioridade tecnológica, processos que ocorrem ainda na década de 1950 e explodem nos 1990. Em seguida, analisaremos o limite da posição hegemônica dos Estados Unidos com Arrighi (1996), que sinaliza o limite de uma expansão material que começara ainda em 1968, quando o mercado de eurodólares enfraquece, tudo isto sinaliza também o fim de um ciclo sistêmico hegemônico. No terceiro momento, Harvey (2011) qualifica a crise da década de 1970 pelo excesso de capital acumulado que encontra no setor imobiliário um canal de investimentos, há uma superacumulação

que tem seu ápice em 2008 e por atingir o setor imobiliário é de difícil solução. Nesta perspectiva, nos revela que os espaços não tradicionais de valorização de valor se encontram também já esgotados. E, por fim, Robert Kurz (2004) resgata o processo autocontraditório da forma capital desenvolvido por Marx para inferir que a crise é sistêmica. A dialética capital versus trabalho encontrou seu ponto de saturação e sinaliza o colapso da moderna sociedade produtora de valor.

Sobre os três primeiros autores citados, destacamos que, sem fazer parte de um mesmo referencial teórico, nos oferecem pistas significativas, conforme assevera Menegat (2012), que nos levam a inferir sobre a crise de 1970 como o início de um processo que se esgota posteriormente de acordo com a perspectiva de Kurz (2004).

1.1 A difícil valorização do valor: a hegemonia americana encontra seu limite.

O excesso de capacidade do setor de manufaturados internacional causou um excesso de mercadorias e limitou a capacidade de autoreprodução do capital, marcadamente, apontam o limite da produção real. A solução encontrada foi a fuga de capitais para o setor de finanças e, por conseguinte, o limite também do processo de financeirização², o que denuncia o caráter agonizante do sistema (BRENNER, 2003). Iniciaremos por apontar os aspectos econômicos específicos da crise ao discorrer acerca do limite do setor produtivo tradicional, o que nos facilita montar o seu cenário.

O ano de 1970 marca o fim de um longo processo de crescimento da economia americana que se iniciara logo após o término da Segunda Guerra Mundial intensificada por recessões, estagnações e crises financeiras, responsáveis pela formação de grandes bolhas geradas pela especulação que explodem posteriormente nos anos 1990. Os Estados Unidos, entre os anos 1930 até 1940, conseguem alcançar altas taxas de lucro devido à redução dos custos da produção ao eliminar capital obsoleto, ao se livrar de tecnologias inaproveitáveis e ao pagar baixos salários, este último, possível pelo potencial de mão de obra, consequência do aumento do desemprego neste período. O país chega no final da década de 1940 fortalecido, com melhores condições que a Europa destruída pela guerra, fato que impulsionou a sua superioridade econômica mundial, situação que se

2 Diante das argumentações dos autores estudados, entendemos por financeirização da economia, neste momento, os processos pelos quais o capital se desloca da produção real para o mercado fictício. Cria-se uma rede de negócios sustentadas por papéis, e que pelo volume, densidade e complexidade crescem no mundo inteiro formando bolhas que explodem gerando crises, uma artificialidade que o capital encontra para valorizar-se.

modificará na década de 1950 quando encontra grandes dificuldades de continuar a manter altas taxas de lucro (BRENNER, 2003).

O problema da economia americana se inicia efetivamente na década de 1950, uma contradição que decorre da sua superioridade, ou seja, o que em um determinado momento foi positivo, se torna um entrave, uma barreira, um limite para o seu crescimento econômico. Como os Estados Unidos resolveram tal dilema? A economia americana impulsionou, no pós-guerra, o desenvolvimento das economias arrasadas cujo interesse, ao investir nestes países, era manter sua hegemonia política e sua economia doméstica. O processo foi dinâmico não só lhe favorecendo, pois, ao tempo em que se desenvolviam investindo em vários países, estes tentavam lhes acompanhar consolidando o capitalismo sob sua hegemonia, como a Alemanha, o Japão e a França. Não obstante, tal desenvolvimento lhes trouxe problemas posteriores, devido ao excesso de capacidade do setor manufatureiro internacional (BRENNER, 2003).

A princípio, as estratégias clássicas utilizadas pelo governo, como o ataque à classe trabalhadora e investimentos em novas linhas de produção, não deram certo, daí os custos terem sido repassados para fora de seu território. Nixon (1969-1974) em seu governo cria dois mecanismos que irão impedir o solapamento da economia mundial e prolongar seu tempo de vida: a desvalorização do dólar americano e o fim do Acordo de Bretton Woods. Sobretudo este último abriu caminho, para que o dólar americano, agora não mais atrelado ao padrão ouro, se livrasse de qualquer mecanismo legal e impulsionasse a existência de processos especulativos vultosos. Apontamos a importância destas medidas para salvar a economia americana. A desvalorização do dólar, por sua vez, impulsionou a valorização de outras moedas como o Iene e, por conseguinte, os custos da produção no Japão aumentaram e os setores manufatureiros japoneses e alemães declinaram. Tais mecanismos não foram capazes de dinamizar a economia, o resultado foi recessão, como a de 1974-5, de 1979-80, precipitada pela alta do petróleo num quadro de reduzidas taxas médias de lucros. O dilema persistia, a estratégia encontrada foi investir em políticas keynesianas, que apesar de desafogarem um pouco a economia também se mostraram ineficazes e intensificaram o problema (BRENNER, 2003).

Mais uma vez era preciso uma ação mais enérgica dos governos para manter o sistema. Foi nesse contexto que as políticas monetaristas, austeras, dos governos Reagan e Thatcher, no final da década de 1970, invadiram muitas economias capitalistas, cujo objetivo foi elevar os lucros e mantê-las funcionando, o impacto é devastador para a classe trabalhadora que viu seus empregos desaparecerem e seus salários se reduzirem e somando-se a isto tudo, a diminuição dos investimentos nas áreas sociais. Medidas expansionistas foram favoráveis aos setores de serviços devido ao seu favorecimento com a diminuição dos salários, mas não foram

significativas, os resultados mais importantes que tais medidas visavam eram o controle da inflação, bem como o controle sobre o capital incentivando processos financeiros especulativos. Ressalta-se o crescimento da economia no Leste Asiático entre os anos 1965-90, que afundou ainda mais a economia a nível mundial ao intensificar o excesso de capacidade do setor manufatureiro (BRENNER, 2003).

Os Estados Unidos, por sua vez, com um dólar em queda, reverteram a situação ao seu favor, enquanto as taxas de lucro de seus concorrentes japoneses e alemães declinavam. A quase ausência de investimentos levou tais economias a depender cada vez mais dos Estados Unidos e dos processos especulativos (BRENNER, 2003).

A década de 1980, portanto, é marcada por processos especulativos já iniciados desde a década de 1970, a desregulamentação financeira se torna regra, o que eliminou o controle de capitais, tarefa que implicava altos riscos, o frenesi econômico em decorrência das bolhas financeiras acarretou sucessivas crises neste período (BRENNER, 2003). Diante do exposto, nota-se a fragilidade em que se encontra o sistema econômico mundial e a sua dependência à economia americana, ainda que esta também dependa, como já afirmara Brenner (2003), dos fluxos econômicos globais. Desde a década de 1970 que o crescimento é pífio, a instabilidade é a regra, afinal o que fazer diante da crise financeira e da incapacidade de crescimento do setor de manufaturados? Como os Estados Unidos irão resolver tal dilema? Com políticas monetaristas mais austeras. O cenário econômico mundial nos anos 1990 é de grande instabilidade, os Estados Unidos lideram os ajustes fiscais, é o fim das políticas deficitárias com o objetivo de manter a estabilidade, a economia assim é obrigada a mudar suas estratégias.

Todo o esforço que a economia americana fez até a década de 1990 encontra uma resposta positiva entre 1993 e 1997. As empresas conseguiram aumentar a produtividade e ampliar os seus lucros à custa do decréscimo dos salários reais e da desvalorização do dólar, por conseguinte, o setor financeiro teve condições de alçar voos mais altos, resta saber até que ponto teria condições de manter padrões de lucratividade e fortalecer o sistema. O setor financeiro, até meados de 2000, proporciona uma acirrada onda de investimentos e empréstimos para famílias, pessoas físicas e empresas, sobretudo para o setor não manufatureiro, como nunca se vira na história (BRENNER, 2003).

O setor financeiro assegurou altos índices de consumo e foi capaz também de sustentar a dinâmica da economia internacional, mas não impede que Brenner se questione: o setor financeiro é capaz de sustentar a economia a médio e longo prazo? Resposta que ele deixa em aberto. Portanto, ele analisa o longo período que se inicia na década de 1970 e tem seu ápice na década de 1990 com o estouro da bolha gerada por processos especulativos que, a despeito de estimular, em alguns

momentos, setores da economia americana, foram tais mecanismos os responsáveis pela estagnação em nível mundial. O mesmo autor demonstra como o setor de manufaturados internacional encontra seu limite e o capital consegue via processos especulativos aquecer a economia, mas não consegue dinamizá-la, pelo contrário, estes são responsáveis pela sua limitação. Decorrentes deste processo, a crise de 2008, para ele, representa o acúmulo das questões já iniciadas desde a década de 1970, não obstante a tentativa de evitá-las ao implementar políticas austeras e aumentar a dívida dos governos.

Das inferências de Brenner, convém destacar alguns pontos que dão visibilidade ao cenário econômico da crise, quais sejam:

- A década de 1970 é o início de uma crise não só nos Estados Unidos, atinge todas as economias do mundo inteiro, consequência da falta de crescimento econômico, o que implicou em queda nas taxas de lucros.
- 1965-1973 demarcam a queda do setor manufatureiro nos Estados Unidos, a sociedade está inundada por mercadorias.
- 1965-1990 o crescimento da Economia do Leste asiático aprofunda o problema do excesso de mercadorias, o setor manufatureiro internacional não tem mais saídas.
- As medidas tomadas pelos Estados Unidos desde o primeiro momento, como a desvalorização do dólar e o fim do Acordo de Bretton Woods, apesar de terem sido de certo modo desfavorável à sua economia, não inverteram tal cenário pelo contrário, puseram em perigo toda a economia mundial ao incorrer em déficits federais.
- O fim do Acordo de Bretton Woods, se não foi capaz de reverter tal situação, foi fundamental para a libertação do capital, para a consolidação do processo de financeirização, os negócios ficaram fora de qualquer controle, puderam alçar voos mais perigosos e vantajosos.
- A desvalorização do dólar, por sua vez, apesar de frear as economias em expansão não impediu a recessão de 1974-75, causada pela alta do petróleo. As políticas keynesianas também

não foram suficientes para assegurar a crescente queda dos empregos, tampouco foram capazes de minimizar a queda dos salários da classe trabalhadora.

- A inflação é galopante, toma conta da economia e as políticas monetaristas mais austeras não conseguem evitá-la.
- O excesso de capacidade de produção do setor de manufaturados internacional encontra seu ponto de inflexão na década de 1980, o resultado social é mais desemprego em todas as economias capitalistas avançadas. E, mesmo os Estados Unidos revertendo a situação ao seu favor é dependente dos desdobramentos econômicos em curso.
- A agonia ocorre em 1987 quando a queda nos mercados de ações abala todo o sistema e num ato desesperador a medida encontrada foi inundar o mercado de moedas para salvar a especulação. Nos finais da década de 1980 e início de 1990, os Estados Unidos são obrigados a recuar e tomar medidas deflacionárias, mais uma vez, num momento agonizante, precisava conter a crise.
- Em 1990, os Estados Unidos lideram os ajustes fiscais e põem fim às suas políticas deficitárias para tentar manter a economia. Retração dos gastos governamentais não foram capazes de evitar a estagnação dos empregos. O crescimento nos investimentos privados, a ampliação da dívida privada, são responsáveis sozinhos por impulsionar o sistema, apesar do esforço as taxas de lucros continuaram em baixa.
- 1993-1997 há um aumento da produtividade das empresas à custa do decréscimo dos salários reais, a financeirização galopa, a bolha explode.
- 2000, o mercado de ações lidera os negócios no mundo inteiro. As facilidades de empréstimos são irrecusáveis, tanto para as pessoas físicas, quanto para as empresas, sobretudo para os setores não manufaturados. Isto gerou um volume de negociações como nunca se vira em toda a história.

A crise que se instala desde a década de 1970, é o ponto de inflexão de um longo ciclo de acumulação sistêmica sob a hegemonia dos Estados Unidos que começara após a crise de 1929. O capitalismo coincide com a centralização do poder dos Estados Nacionais, oportunidade em que capital e Estado se fundem e moldam as diferentes estruturas econômicas e sociais comandadas por grupos ou coletivos de pessoas que se utilizam do poder político e econômico e assim mantêm sua hegemonia política e econômica (ARRIGHI, 1996). Começaremos por discorrer acerca da concepção de Arrighi sobre os ciclos hegemônicos para inseri-lo, como os demais autores, na discussão sobre as dificuldades, quiçá impossibilidade, de o capital encontrar novos fluxos.

A ideia de ciclos cuja dinâmica obedece a s fases de reestruturação e reorganização é o que tem definido o sistema capitalista, envolvem estratégias de acumulação e expansão, portanto, são etapas que reiteradamente se põem ao sistema. Nesta perspectiva, os processos capitalistas têm se apresentado por meio de ciclos que historicamente se esgotam, ocasião em que “novas” estratégias se consolidam e um novo ciclo se inicia em um nível de complexidade e acúmulo de capital, num volume maior do que o seu antecessor (ARRIGHI, 1996). Em suas considerações, Arrighi analisa o sistema capitalista mundial numa perspectiva sistêmica de longa duração e se é permitido a metáfora, como “um eterno recomeço”. A história do capitalismo moderno, na sua perspectiva, é a história da formação dos Estados nacionais na disputa pela hegemonia, política e econômica, que obedecem a um processo de transição cíclico. Ciclos marcados pela ascensão e derrocada de diferentes grupos, que na luta pelo acesso ao capital se unem para organizar e controlar os processos capitalistas, com o objetivo de multiplicar permanentemente o capital e definir as regras do jogo do sistema político mundial. O que torna o capitalismo um sistema de grande duração é a sua capacidade de inovação, de ser flexível ao organizar estratégias que possibilitem a expansão e a acumulação de capital, é a capacidade de seus diferentes agentes de liderarem as estratégias de acumulação em escala global. Destarte, a fórmula marxiana D-M-D’ não se concretiza apenas neste momento histórico, ela fez parte dos diferentes ciclos sistêmicos que arrastaram a lógica capitalista por longos anos. Os processos organizacionais que estiveram presentes, por exemplo, a financeirização da economia, com suas especificidades, contraria assim esquemas analíticos que os descrevem pelo seu ineditismo histórico.

A assertiva acerca da financeirização como um processo já existente historicamente em cada fase de amadurecimento do capital, não pode ser analisado apenas como um acontecimento recorrente sem, contudo, deixar de qualificá-lo. Se tal fase se apresentou em outros momentos, não ocorreu da mesma forma, sobretudo na atual etapa do capitalismo, pelas dificuldades que encontra de

manter seu ciclo de valorização. Isto implica na necessidade de qualificar este novo momento, o que coloca a questão da impossibilidade da continuação do ciclo no cerne da discussão.

Arrighi vai reconhecer que a crise de 1970, marcou o início de uma crise sinalizadora, um sinal de que os Estados Unidos estavam com problemas para manter sua hegemonia, sua liderança no sistema internacional. Crise que se iniciou em fins de 1968 com a financeirização, quando os mercados de eurodólares estiveram em alta, fato que sinalizou também o fim da fase de sua expansão material. Esse autor ressalta que os Estados Unidos mantêm seu domínio na área econômica, militar e política, mas não conseguem mais convencer o mundo de que suas ações representam o interesse geral das nações do mundo capitalista, logo, mantêm o domínio mas não a hegemonia. Para o fim que nos propusemos interessa afirmar que Arrighi (1996), como Brenner (2009), também admite o fim da fase de expansão material, bem como as medidas adotadas pelo governo norte-americano, como a substituição do dólar que funcionava como um sistema de paridades junto às outras moedas e ao próprio ouro, pelo sistema de taxas de câmbio flexíveis. Por que esta mudança repentina? Excesso de liquidez mundial em forma de depósitos que a cada dia crescia, sem que o governo tivesse algum controle. Essa massa crescente de capital forçara os governos a manipularem as taxas de juros cuja finalidade seria extrair ou repelir capital de mercados de offshore³. Flexibilidade cambial que possibilitou a expansão do capital, o resultado foi a superação do volume deste tipo de transação em relação ao comércio mundial, que se sobrepôs à produção econômica do globo. O mercado global caracteriza-se assim, pelos fluxos financeiros, em contraposição aos fluxos reais.

Os anos 1970, nas análises de Arrighi, sinalizam para o problema da hegemonia capitalista que se iniciou com os Estados Unidos e como os demais ciclos, o processo de financeirização corresponde a sua etapa última, a do amadurecimento do capitalismo. Por uma lógica histórica, já deveria estar posto um novo Estado hegemônico, se não está presente em que bases estarão postas o sistema? Arrighi deixa esta questão em aberto.

Para os referidos autores, a possibilidade de o capital recuperar o

3 Para Harvey (2011), tais mercados surgiram informalmente em Chicago, nos Estados Unidos, na década de 1970. São mercados livres de regulamentações que, consolidados na década de 1980, propulsionaram nos anos 1990 um quadro com novos produtos financeiros tais como: troca de taxas de juros, troca de inadimplência de crédito, derivativos cambiais, dentre outros. Estes novos produtos constituíram “um sistema de banco às escuras”, onde investidores do mundo inteiro fizeram suas apostas. Os bancos que por sua vez, tradicionalmente, tinham um papel no sistema de produção começam a incrementar suas atividades e rompem com as barreiras legais impostas ao criar mecanismos artificiais para atrair investidores, mudam assim sua forma de atuação no mercado.

crescimento, quer pelos fluxos tradicionais quer pela artificialidade da economia, parecem estar esgotados, o que permite afirmar que este encontrou seu limite. A discussão acerca da valorização do valor é pertinente: afinal, como o capital a partir de tais processos continuará a valorizar o valor? Se os espaços tradicionais e fictícios se esgotaram, que outros espaços ainda são possíveis para que o capital continue a se reproduzir?

1.2 Ainda existem espaços para a valorização do valor?

A crise da década de 1970 caracteriza-se pelo excesso de capital acumulado que precisaria ser investido em outros setores, devido à incapacidade de a produção dinamizar a economia pelos fluxos tradicionais. A crise de 1973 se distingue das anteriores porque passou a ter um caráter global atingindo todas as economias do mundo e por se originar no setor imobiliário é de difícil superação. Desse modo deve ser vista muito mais pelas suas especificidades do que pelo seu alcance ou originalidade (HARVEY, 2011). Seguiremos seus argumentos e nos deteremos em alguns elementos que importam à nossa discussão: o entendimento da natureza da crise e as implicações para a reprodução do capital.

Harvey reconhece o poder ilimitado do dinheiro, portanto, a necessidade de investimentos, o que gera o problema de absorção de capital excedente e consequentemente as crises explodem. Esse autor reconhece também que o capitalismo tem criado estratégias para escoar o excedente de capital e continuar o seu percurso, a exemplo, o processo de urbanização que durou até a década de 1970, o que possibilitou ao capital absorver uma quantidade vultosa de excedente até que o setor imobiliário⁴ explode. Assim, mesmo compreendendo que o processo de valorização não se dá apenas no chão da fábrica, mas opera num tempo e num espaço com inúmeras dificuldades e, que as crises representam momentos em que há sempre opções a seguir, infere como o faz Brenner e Arrighi acerca da dificuldade, no momento, de continuar o seu percurso ilimitado, ainda que ao longo do seu decurso tais limitações foram superadas.

As barreiras sempre foram vencidas pela dinâmica do próprio capital, que encontra nos mercados livres e nos arranjos institucionais modos de se organizar

4 As cidades fantasmas na China construídas desde a década de 1970 são exemplos de como o excesso de capital foi direcionado para o setor imobiliário. Nestas cidades os imóveis são muito caros, o que dificulta a sua venda. Para atrair as pessoas o governo deveria criar empregos melhores, caso contrário, os seus moradores não conseguirão pagar os imóveis, e isto não é tarefa fácil, não depende apenas de uma vontade política. Disponível em: <<http://www.epochimes.com.br/cidades-fantasmas-china-preludiam-bolha-imobiliaria/#.U0qLLXvldW5c>>. Acesso em: 5 out. 2013.

e garantir seu fluxo. A transposição das barreiras ao capital deu-se ao longo da história sendo a burguesia, protagonista deste processo legitimado pelo Estado. Foi construída uma relação estreita de acordos e financiamentos de modo que Estado e finanças se tornaram o “nexo” do processo de circulação do capital, isto permitiu ao capital excedente se realizar no mercado mundial. Vários acordos foram fundamentais para a continuidade de novos fluxos, a exemplo o de Bretton Woods, ou a criação do Fundo Monetário Internacional, daí o perigo em confiar nestas instituições, sobretudo para a classe trabalhadora que pode ser capturada pelo populismo da pequena burguesia, aliando-se e não negando o capital (HARVEY, 2011).

Desde a crise de 1973 o capital excedente resultante da produção de bens e serviços, e nos Países do Golfo resultado do aumento excessivo nos preços do petróleo, foi escoado para os bancos no mundo inteiro, especialmente os de Nova York, ação que gerou um excedente de capital que precisava ser reinvestido, a produção não era mais um mercado rentável. As instituições financeiras necessitavam escoar o capital excedente e o fazem ao investir em vários setores, dentre eles o imobiliário, considerado um setor promissor.

A abertura indiscriminadamente de financiamento é imposta devido ao excesso de capital e ao fim dos empregos, posto que, conseqüentemente, as famílias perdem suas possibilidades de consumo, o que é um problema para o mercado. A solução encontrada foi o endividamento das famílias pobres, via acesso a cartões de crédito, um mercado que se esgota no final de 1990. Nesta década as linhas de créditos são abertas, em princípio aos empregados, mas logo o mercado se esgota e os créditos são redirecionados para um público com maior possibilidade de insolvência, as famílias de baixa renda. Tudo isto foi possível, como já colocado inicialmente, pelo excesso de capital, pela sua necessidade de encontrar novos fluxos de valorização do valor, de criação de mercados (HARVEY, 2011).

Inicialmente, o problema do excedente do capital parecia estar resolvido, visto que, os mercados sem controle interconectaram-se criando assim uma rede de negócios que envolviam investimentos em derivativos de ativos e fundos de cobertura, que renderam milhões de dólares aos seus investidores. Esse tipo de mercado se desenvolveu em vários países, o que ocasionou uma corrida em todo o mundo à procura de lucros abusivos sem perda de tempo. O mercado imobiliário pareceu conforme assinalamos anteriormente uma saída promissora, até que os despejos começaram ainda em 1998, se estendendo até 2007, quando os valores dos imóveis caem e a crise bate à porta. Mercados e empréstimos congelaram e os títulos de hipotecas foram executados, se desvalorizaram (HARVEY, 2011).

A crise de 2008, para Harvey, se configura, portanto, como um reflexo do que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Conhecida como a crise do

subprime, teve como epicentro, portanto, o setor imobiliário nos Estados Unidos e particularmente seus efeitos foram sentidos, em maior ou menor grau, em todo o mundo, decorrentes do caráter global do capital financeiro.

A quem recorrer diante da quebra de várias instituições no mundo inteiro? Obviamente, ao Estado. O Banco Central americano, o Federal Reserve, logo tratou de reduzir taxas de juros e cobrir o prejuízo disponibilizando cerca de 700 bilhões de dólares para salvar a economia de Wall Street. Tentava com esse montante evitar a falência das suas principais instituições financeiras. Os custos da crise foram sentidos pela sociedade, sobretudo pelos “subprime”, os “ninjas” os mais fracos, que inocentemente pensaram em adquirir a casa própria e pertencer a um mundo de finanças, com suas fórmulas matemáticas complexas e ininteligíveis. O problema para o excedente de capital parecia estar resolvido, a fórmula $D - M - D'$ é substituída pela fórmula $D - D'$, pelo fetiche do dinheiro na sua forma mais pura, o que exigiu uma matemática financeira desenvolvida nos grandes centros universitários e vendidas em todo o mundo, ainda que muitos não entendessem muito bem a sua lógica.⁵

Para a maioria, a fórmula não deu certo, economias inteiras, ou de forma parcial, foram à bancarrota e precisam se soerguer. Nesta perspectiva são emblemáticos os casos da Grécia, da Irlanda, da Islândia e, nos Estados Unidos, o da Califórnia. Este é considerado o Estado mais crítico no interior da economia americana. Muitos analistas entendem que são exemplos de economias que tão cedo não conseguirão saldar suas dívidas, cabendo ao Estado agora resolver novos e velhos dilemas (HARVEY, 2011).

O que está em questão na atualidade é o custo para a humanidade da crise do processo de valorização do valor, diante do trauma já vivenciado e da saída que foram os mercados fictícios. No momento, é o próprio sistema social que está em crise, a sua possibilidade de sobrevivência se encontra abalada, ainda que não tenha sido de toda afetada a ideologia sobre qual esta sociedade está erguida, a do livre mercado. A crise é sistêmica e a irracionalidade aflora.

Harvey se inscreve no debate da limitação do capital ao admitir a incapacidade de sua eterna valorização, decorrentes dos problemas acumulados ao longo do seu processo histórico, a não ser que se utilize de mecanismos artificiais.

A saída da crise não será fácil conforme estatísticas demonstradas por Harvey que reforçam o limite da valorização do valor. Serão necessários muito mais espaços territoriais para a expansão do capital para que o mesmo consiga manter seu nível mínimo de crescimento para sua reprodução: 3%.

5 O livro *Bumerangue-uma viagem pela economia do terceiro mundo* (2011), apesar de ser um texto jornalístico e não ser objetivo do autor a discussão sobre as bases da sociedade capitalista é bastante ilustrativo para a compreensão do fetiche da forma mercadoria quando da crise de 2008.

1.3 Fim da estrada: o capital se depara com o seu próprio limite.

A crise não é restrita a um setor específico da economia é sistêmica, e uma das consequências que abala a estrutura geral de todo o sistema é o desemprego em massa, fenômeno novo que atinge todo o globo posto que, pela primeira vez na história do capitalismo, uma massa de pessoas fica fora das possibilidades de inserção no mercado e o sistema não sabe o que fazer com elas. A crise não atinge tão somente o mercado, mas arrasta o Estado a um processo crítico de autocontradição impossibilitado que está de cumprir sua dupla função, atender aos custos socioambientais do processo de produção de mercadorias e manter a funcionalidade do próprio sistema (KURZ, 2004).

A racionalização do processo de produção implicou na ampliação da produção e expandiu a necessidade de mais trabalho o que levou o ciclo funcional do sistema capitalista, produção e consumo, ao seu ápice, no pós Segunda Guerra Mundial, quando contingentes de refugiados de força de trabalho humano estavam disponíveis para o capital, prontos para serem explorados, e foram. Tal processo encontra seu ápice com o boom à la fordismo, quando foi possível ao capital integrá-los na funcionalidade do capital, o ciclo produção e consumo encontra seu momento ideal (KURZ, 2004).

Depois do fordismo, o trabalho produtor de valor entra em crise, o que Marx chamava de trabalho abstrato, ou seja: dispêndio de cérebros nervos músculos, na sua forma social dinheiro, a forma mercadoria não encontra mais possibilidade de reprodução do seu ciclo e há um limite histórico imputado à estrutura social, inerente ao processo autocontraditório da sociedade. O trabalho encontra seu limite na sociedade produtora de valor. É o fim da sua transformação em dinheiro e pela primeira vez na história do capitalismo, ainda que temporariamente, o trabalho deixa de entrar no cálculo rentável de produção de mercadorias, não é o responsável absoluto pelo processo de valorização de valor. Uma das consequências da perda da centralidade do trabalho como produtor de valor é, sobretudo, consequência do desenvolvimento da microeletrônica, propulsora do fenômeno da globalização⁶. Foram as inovações impulsionadas pelo desenvolvimento de novas forças produtivas da microeletrônica que estimularam a abertura de novos mercados, de outras áreas geográficas, que redimensionaram

6 Nesta discussão seu posicionamento é contrário à globalização como fenômeno antigo. Kurz também se contrapõe à utilização de antigas categorias de análise como exportação, importação, primeiro mundo, terceiro mundo, imperialismo, dentre outras, por não corresponderem à realidade atual. O mundo se globalizou e com ele os problemas advindos de tais processos se disseminaram por todos os lugares inclusive pelas economias centrais, assim tais categorias se tornaram obsoletas.

as atividades comerciais para além das fronteiras dos Estados-nação e desse modo asseguraram o processo de valorização do valor. Um outro agravante é que o capital, na tentativa de se libertar dos incômodos gerados pela força de trabalho, migra para regiões onde a mão de obra é mais barata e na medida em que faz isso deixa para trás regiões devastadas, em ruínas, tanto na antiga nação imperialista, os Estados Unidos⁷, quanto no restante do continente (KURZ, 2004).

O mercado de ações rende muito mais que a produção real, mas há uma grande dificuldade em explicar como isto ocorre, pela dificuldade que é medir este mercado, que não existe na realidade, mas ao mesmo tempo se corporifica materialmente na forma de bens materiais. A contradição do capital se expressa na relação entre capital fictício que entra no círculo da produção real, desse modo, temporariamente, o trabalho humano não é responsável pelo acúmulo de capital, como já afirmado. Assim, a crise que se intensifica desde a década de 1980 é consequência do mercado fictício são “bolhas de ar quente”⁸ que estão prestes a explodir e o sistema por seu turno, utilizando-se de truques contábeis tenta a todo custo evitar a sua explosão (KURZ, 2004).

A estrutura mercado e Estado são dois polos de um mesmo campo histórico, de uma mesma forma social, a mercadoria, expressão do princípio que dá forma à modernidade. Não obstante serem polos estruturantes do sistema social moderno, o mercado se sobrepõe ao Estado cuja prova pode ser verificada nas suas mudanças históricas que objetivaram adequação aos condicionantes de ordem econômica, para poder manter a sua funcionalidade. Historicamente, sempre houve uma interdependência entre os dois polos, mais do que isso, um não sobrevive sem o outro, portanto, a crise não é tão somente do mercado implica na dificuldade de a política equacionar os diferentes conflitos, de responder às diferentes demandas, por conseguinte, a crise tem seu rebatimento diretamente no Estado (KURZ, 1998). O referido autor discorre sobre cinco níveis ou setores de atividades do polo estatal, resultantes do desenvolvimento da economia de mercado que se expandiram nas sociedades abertas do ocidente, quais sejam: o jurídico, os problemas sociais e ecológicos; os agregados infraestruturais; o Estado como empresário produtor de mercadorias e por fim, a política de subsídios e o protecionismo.

Historicamente, concomitante à expansão das sociedades produtoras de valor, ocorreu a expansão das atividades supramencionadas, quer para reparar

7 Na segunda semana do mês de julho do ano de 2013, a cidade de Detroit, no passado berço da indústria automobilística americana, pediu concordata, devido ao acúmulo de uma dívida que ultrapassou 18 bilhões de dólares e dificilmente conseguirá saldá-la. A maior parte de sua população já abandonou a cidade e os que lá ficaram agonizam nas filas à procura de empregos e sofrem com a violência cotidiana, exemplo das massas a quem Kurz se refere.

8 Termo utilizado por Kurz.

os danos causados pelo mercado, quer para se colocar na condição de seu impulsionador, a exemplo de um polo extremo, o seu desempenho nas sociedades socialistas. O nível jurídico ou o processo de “juridificação” aconteceu pela necessidade de manter as relações sociais no nível da forma mercadoria, na sua forma abstrata, assim dada a negação dos vínculos que formavam uma socialização baseada na tradição, o Direito vai cumprir esta função, a lei vai substituí-la, e, em tese, todos estarão sujeitos ao seu cumprimento independentemente do lugar ocupado no sistema de produção. O Estado vai cumprir a função de legislador através de decretos, leis, regulamentos e outros, esta não é uma função estática, pelo contrário, ao longo da história vai se ampliando ou se reduzindo dependendo dos condicionantes econômicos e por ser uma esfera que dá forma à sociedade produtora de valor, o faz dentro da sua lógica mediada pelo dinheiro, para se manter, portanto, necessita de financiamento cuja aquisição dar-se-á no mercado. Kurz discorre acerca da impossibilidade do cumprimento destas funções sem a estrutura do mercado, em como esta inter-relação se desenvolve e coloca em xeque a função do Estado, o que desmistifica a crença na sua faculdade em resolver os conflitos inerentes às sociedades modernas (KURZ, 1998).

A racionalidade econômica expressa sobretudo na negação do caráter sensível humano é prerrogativa do sistema produtor de mercadorias, por seu turno, destruiu qualquer vínculo social tradicional, bem como qualquer relação de preservação da natureza, os resultados são sentidos nos impactos negativos decorrentes dos problemas ecológicos e sociais de toda ordem. A modernidade destruiu a forma tradicional de solidariedade intergeracional e no seu lugar surgiram os sistemas públicos e impessoais regidos pela lógica do dinheiro. Os problemas sociais, sobretudo do desemprego resultado das mudanças cíclicas da economia de mercado, demandam também do Estado respostas permanentes que não se sustentam sem um financiamento, sem que se recorra ao mercado. Essa relação intrínseca, a qual o mercado se superpõe, tem limitado a esfera de atuação do Estado, visto que suas respostas dependem do quantum se pode retirar do mercado para amenizar os conflitos, sobretudo em época de crise. O mercado, por seu turno, nunca se responsabilizou pelos custos socioambientais, pelo contrário, sempre os negou expulsando-os do seu campo de atuação, estes não fazem parte do cômputo da produção de mercadorias, logo, mais uma vez os custos recaem sobre o Estado que através de instituições específicas tenta respondê-los aumentando sobremaneira seus gastos. Há uma especificidade que diferencia os problemas ambientais dos demais, o fato de atingir a todos indiscriminadamente, indistintamente todas as pessoas acabam atingidas pelos dejetos provenientes dos processos racionais, tecnológicos envolvidos na produção de mercadorias. Processos destrutivos que são de longa duração e por conseguinte o impacto, bem

como seus custos atravessam gerações. Ressalta-se que, por circunscreverem-se a um determinado território estatal, este é obrigado a alargar seu campo de atuação para dirimir os impactos negativos, e o faz ao ampliar sempre seu financiamento, uma vez que tais impactos se agravam continuamente, são resultantes da dinâmica global da produção de mercadorias (KURZ, 1998).

A necessidade de infraestrutura, como as rodovias, o sistema de tráfego, o sistema energético, saneamento básico, enfim, os agregados infraestruturais, respondem às necessidades do desenvolvimento industrial, são subsidiados, em sua maioria, pelo Estado e, portanto, não passam pela racionalização subjacente ao campo empresarial, desse modo repercutem negativamente nas suas atividades, nas finanças públicas, uma vez que a máquina estatal tem que aumentar continuamente a sua capacidade de resposta a esta demanda (KURZ, 1998).

A relação do Estado com o mercado é paradoxal. Ao invadir a área do mercado, o Estado também nega as suas funções sem, contudo, superar esta relação. Há uma usurpação do sistema produtor de mercadorias pelo estatal-político, o socialismo é um exemplo deste processo. Este tipo de Estado é característico de sociedades em que a modernização ocorre tardiamente e não foi por acaso, visto que, só o Estado poderia proporcionar tal inserção uma vez que, o mercado ainda não havia se estruturado enquanto produtor de mercadorias, coube a ele esta função. O conflito decorrente da relação Estado e mercado por meio das privatizações, na medida em que a ideologia que as sustenta tenta a todo custo negar a interferência do Estado, o faz apenas em seu proveito, o exemplo é a apropriação pelo mercado daquelas empresas lucrativas, deixando o ônus, as perdas, para o Estado. Isto não diminuiu a atividade empresarial por parte do Estado que continua no controle de algumas empresas, que apesar da obtenção de lucros, estes são imediatamente utilizados para financiar o aumento da própria máquina estatal. E quanto maior o desenvolvimento da economia de mercado, maiores serão os seus custos, por conseguinte, os gastos do Estado e o desequilíbrio das suas finanças são resultantes do desempenho de sua função. Um outro nível, o da política de subsídios e o protecionismo do Estado, revela outro dilema, que ocorre não só no socialismo, mas em países industrializados como nos Estados Unidos, que é a influência do Estado no sistema produtor de mercadorias, através de subsídios garantidos legalmente a algumas empresas cujo objetivo já enfatizamos, manter a funcionalidade do sistema. Embora o socialismo neste patamar seja o caso emblemático, apenas reflete uma situação comum a toda sociedade produtora de valor (KURZ, 1998).

O Estado, para cumprir a sua função, como já apresentado, necessita de um financiamento que dada a sua estrutura não possui a competência para criar dinheiro, por seu turno, o faz a partir do mercado, via sociedade civil.

O dinheiro produzido nesta sociedade sendo resultante de um processo de abstração que extrapola as fronteiras do Estado nacional vai, sobremaneira, produzindo a sua dominação, isto ocasiona uma contradição interna no seu interior.

O processo de globalização, por seu turno, aumentou o conflito no interior do Estado uma vez que este perdeu sua capacidade de impulsionar o funcionamento do sistema. Como a sua função é manter o sistema produtor de mercadorias, que por sua vez extrapola as suas fronteiras, ele perde a capacidade de autorregular o mercado, perde a sua autonomia, pela sua incapacidade de responder aos custos sociais e ao mesmo tempo manter o funcionamento do sistema. O Estado perde assim as suas bases de financiamento, e por conseguinte fica limitado na sua ação política pois os tributos arrecadados não são suficientes para assegurar o seu funcionamento, decorrentes do aumento das demandas que crescem continuamente acima da sua capacidade de arrecadação tributária.

Quando o Estado perde a sua forma de atuação clássica, quando os tributos arrecadados são insuficientes para atender tanta demanda, só tem dois caminhos a seguir: ou recorrer à dívida pública, se tornar um tomador de empréstimos e assim um endividado ou, em um momento de desespero, começar a emitir dinheiro induzindo o processo inflacionário (KURZ, 1998).

As dívidas do Estado foram adquiridas desde a Primeira Guerra Mundial pela impossibilidade de custeá-la, a saída encontrada foi a impressão de dinheiro, uma estratégia sem parâmetro na produção real, cujo resultado é a hiperinflação e a desvalorização das moedas. Este é o marco do processo inflacionário e desde então, alguns países não conheceram outros ciclos da economia, senão os hiperinflacionários. Por seu turno, o Estado sem condições de produzir se torna um consumidor, não gozando de soberania, é também um tomador de empréstimos e sujeito às regras impostas pelo mercado, a sua ação encontra-se assim limitada pelos condicionantes econômicos. A dívida pública expressa o ponto crítico da crise, algumas cidades, como já citado, colapsaram, desse modo se percebe a fragilidade em que se encontra o Estado. A lógica Estado-mercado dá sinais de seu esgotamento, ainda que em muitos lugares como nos Estados Unidos, o próprio Estado, por meio de seu Banco Central, vem tentando segurar o sistema que se encontra por um fio. A crise é estrutural, na medida em que reflete questões da modernidade. A crise expressa na barbárie inviabiliza a reprodução do capital, uma vez que os níveis de crescimento da economia não são capazes de financiar os seus custos, a sociedade chegou a um nível de racionalização em que cada vez mais uma grande quantidade de trabalho é eliminada e a consequência recai sobre a possibilidade de continuar seu ciclo de acumulação, bem como o Estado manter a sua função (KURZ, 1998).

Kurz levanta muitos pontos que fortalecem as análises sobre o limite histórico das sociedades produtoras de mercadoria, aliás, ele é incisivo ao inferir sobre o limite histórico do capitalismo, para ele a crise é da modernidade, do projeto social Iluminista e se inicia com a derrocada do socialismo, fato que marca o começo de uma crise sistêmica. Com o referido autor concluímos as nossas discussões acerca da crise da década de 1970, o que nos induz a algumas inferências, consideradas as contribuições também dos autores anteriormente citados.

- 1970 sinaliza para o fim da hegemonia americana.
- O capitalismo perde a sua capacidade expansiva de autovalorização pelos ciclos da produção real, bem como através de outros mercados, por exemplo o imobiliário.
- A racionalização do processo de produção ocasionou a perda da centralidade do trabalho e, por conseguinte, sinalizou o limite da valorização do valor. O desemprego estrutural demarca o fim do trabalho abstrato.
- Por um tempo, o capital fictício foi capaz de valorizar o valor, na realidade foram bolhas financeiras que explodiram e arruinaram várias cidades e países do globo.
- O Estado também se encontra com suas fontes de renda esgotadas e com uma dívida pública impagável, a convivência com uma hiperinflação faz parte do cotidiano econômico de muitas pessoas no globo.

A compreensão deste momento histórico, da sua dinâmica, permitiu atualizar os processos contraditórios, modificadores desta forma social. Infere-se, portanto, que dificilmente o capital pode impulsionar um novo ciclo desenvolvimentista, destarte, neste movimento, novos elementos são postos e possibilitam uma nova leitura da realidade que sinalizam o limite histórico do capital. O debate sobre a crise da década de 1970 inscreve-se na discussão iniciada sobre o limite do trabalho, enquanto produtor de valor. Os empregos somem e os que restam destroem as positivities que foram as lutas históricas por melhores condições de trabalho, este, por sua vez perde a força na dinâmica de autorreprodução do capital. E se não há como livrar-se totalmente do trabalho vivo, o capital encontra formas de livrar-se da sua imposição no processo de

exploração, a sua ausência determina um maior controle sobre os trabalhadores. A crise na produção real e nos mercados fictícios aponta para a fragilidade sistêmica da economia, e requer novas respostas do Estado devido ao novo redirecionamento econômico, a impossibilidade de inserção de um grande contingente de força de trabalho no processo de produção e do acirramento dos problemas ambientais. Para Kurz, conforme demonstramos, o fim da sociedade produtora de valor é desvelado pela sua incapacidade de continuar seu processo de valorização, há um limite lógico estrutural que se instalou com a sua plenitude no fordismo. E depois deste surto progressista, o que acontecerá?

Não existe depois nos moldes da sociedade burguesa. O Estado agora se encontra também endividado à mercê das intempéries econômicas, impossibilitado de cumprir a sua função clássica e de agente financeiro, porque perdeu a sua capacidade de regular o sistema produtor de mercadorias, uma vez que sua base de financiamento erodiu, e não o fez sozinho, pela interdependência que Kurz demonstra. A afirmação da crise do trabalho abstrato, crise da valorização do valor e como consequência a atualização dos processos de barbarização da sociedade e a possibilidade das massas e não da classe trabalhadora concretizar-se como sujeito transformador da história é o cerne de uma filosofia possível para os dias atuais. A dialética negativa seguindo as concepções de Adorno e Horkheimer norteiam o pensamento de Menegat (2003; 2009). O que a sociedade burguesa produz é “uma forma de riqueza como produção de mercadorias para uma forma de riqueza como tempo livre”. O processo de produção e circulação das mercadorias depende do desenvolvimento das forças produtivas, isto torna o processo de valorização do valor ameaçado, pois o uso de tecnologias avançadas, só para citar um fator, permite o incremento no processo produtivo e o resultado apresenta dentre outros, a perda da necessidade do trabalho neste processo. Sobra mão de obra, sobra trabalho humano, sobra tempo, tempo livre frustrado na forma de desemprego.

A forma de inserção social, que historicamente, teve como eixo organizador o trabalho, já não se sustenta mais, é uma contradição da forma social capitalista, assim o sistema começa a operar “em ruínas” (MENEGAT, 2006). Neste cenário é comum a existência de massas humanas que lutam cotidianamente pela sobrevivência, sobretudo nas grandes cidades em todo o mundo, pondo em xeque o controle social sobre elas.

O colapso do sistema destruiu as bases sobre as quais esta sociedade esteve construída, a relação capital-trabalho encontra seu limite, bem como as lutas dos trabalhadores, não é só uma questão de lutar por direitos, posto que o direito por seu turno também entra em crise. Menegat assevera acerca da necessidade de se reatualizar o conceito de barbárie como forma de analisar o momento atual de

“esgotamento civilizatório”⁹. As massas que sobram no cômputo da produção de mercadorias, postas à margem desta sociedade recebem um tratamento diferenciado, correspondente à barbárie do nosso tempo e o Estado, por seu turno continua a cumprir a sua tarefa de manutenção do sistema. As massas, segundo Menegat, são a condição amorfa da dissolução de uma ordem, no caso, a sociedade dentro da qual as classes eram um termo de classificação de grupos por função. Dada a crise desta estrutura – que desmorona e se mantém –, o que passa a se formar inconscientemente são massas humanas e sobre elas recai toda sorte de violência econômica e física fundidas na esperança de manter a estabilidade não mais existente: o tempo atual é de instabilidade os que sobram são punidos.

Os limites históricos desta forma social estão postos, o que não quer dizer que o capitalismo pode vir a se transformar em outra forma social, pelo contrário, só um rompimento com a sua estrutura lógica, ou seja, só com a negação desta forma se constrói outro tipo de sociedade. Se os limites lógicos estruturais estão dados, se as condições de transformação estão postas, o mesmo não se pode afirmar sobre os elementos negadores desta forma social. O capitalismo entra em crise, a crise da valorização do valor, um processo irreversível diante da perda da centralidade do trabalho. A classe trabalhadora perde assim, a sua capacidade de se transformar no sujeito da história, não há espaço para tal projeto, a consciência de classe não encontra espaços dentro do processo de valorização do valor em que a barbárie é a expressão da vida coletiva ilustrada nas relações sociais arruinadas. A barbárie é o modo de ser desta sociedade (MENEGAT, 2003; 2009).

Para onde caminha uma sociedade em que o eixo centralizador é o trabalho, e cada vez mais ele perde o seu espaço no processo produtivo? O que os indivíduos fazem com um tempo livre sem perspectivas de desenvolvimento de outra forma de inserção social? Tempo livre para que? Como engendrar novas possibilidades de inserção social? Impossível nesta forma social, considerando que a inserção dar-se-á via trabalho abstrato e ele já encontra seu limite. As sociedades vivem crises sucessivas de produção de valor devido à sua própria dinâmica, pois expulsam da sua lógica interna aquilo que lhe é imprescindível: a força de trabalho, como infere Menegat (2009). Em que base o processo de valorização do valor poderá continuar seu movimento?

Para muitos indivíduos que dele vivem, o trabalho não existe mais, logo, transcender esta forma social é também transcender a forma de trabalho capitalista produtora de valor. O problema é que extinta a forma social trabalho, historicamente determinada, resta uma sociedade arruinada. Uma sociedade que vive a sua forma de dissolução, que vivencia a barbárie, pois a tentativa de inserção de coletividades nos circuitos das trocas não têm mais sentido, não é uma

9 Termo utilizado pelo referido autor.

questão apenas de inserção (MENEGAT, 2009). Nas sucessivas crises capitalistas, crises da forma capital, em que novas estratégias são engendradas com a intenção de continuar a valorização do valor, “a guerra preventiva” é um exemplo atual e emblemático. Vários problemas se impõem, dentre os quais, cita-se: a continuidade da valorização do valor através do processo destruição e construção, no caso da guerra, da pobreza e da miséria em que se encontram os que não conseguem vender a sua força de trabalho (ARANTES, 2007). Restam relações sociais arruinadas, destruídas pelo próprio modo de ser desta sociedade (MENEGAT, 2009).

O processo de subjetivização desta forma social impossibilita a construção de novos modelos relacionais para fora da sua lógica. Desesperadamente, a sociedade vai engendrando novas formas de trabalho para os que não conseguem mais inserir-se no processo de produção e tampouco, nos setores não produtivos. Como exemplo tem-se os catadores de lixo que suportam uma atividade insalubre, exausta, que não necessita de muita criatividade para desenvolvê-la, é puro dispêndio de músculos, para reproduzirem as suas condições materiais de existência e assim sentirem-se inseridos nesta forma. As atividades dos catadores de lixo são emblemáticas para se perceber o desespero da sociedade que vive sob a iminência da perda da centralidade do trabalho como eixo organizacional das relações sociais. Os trabalhadores que a desenvolvem são o exemplo vivo da loucura de uma sociedade movida pelo trabalho abstrato, como valor em si mesmo. A fase em que era necessário dispêndio de músculo, remonta a gênese da forma mercadoria capitalista, portanto, não faz sentido uma sociedade com alto desenvolvimento das forças produtivas este tipo de trabalho ser aceito, sobretudo pelos que desempenham tais atividades. Só se compreende a sua existência pelo valor da atividade trabalho nesta sociedade, e o modo como os indivíduos a subjetivizam na tentativa de mantê-la em pé, impulsionados pela lógica autônoma determinada pela forma mercadoria, pelo valor. Segue uma obediência sem contestação, autômata (MENEGAT, 2011).

Em uma outra perspectiva analítica, Chesnay (1996) também admite o processo de barbarização da sociedade, ainda que se esquive diante da afirmativa do seu limite e admita que o momento histórico vivenciado corresponde ao ápice do fetiche da forma capital. Desse modo o retorno ao modelo fordista e a modelos desenvolvimentistas são impossíveis, a tendência do sistema seria se fechar em si mesmo.

Não é uma realidade otimista, o que induz a vários outros questionamentos entre eles: até quando o limite histórico desta sociedade deverá persistir? Não se tem possibilidades de antecipar o futuro, talvez até onde a crença, o convencimento sobre a eficácia desta forma social, persistir; ou até onde a forma capital seja capaz de ainda continuar a valorização do valor mesmo em um nível que não

seja capaz de sustentá-la. Isto induz a se discutir sobre necessidades humanas e o caráter fetichista desta sociedade. A discussão sobre o trabalho envolve também o debate sobre necessidades humanas, e as perguntas são: qual é o mínimo que uma sociedade precisa para satisfazer suas necessidades? O desenvolvimento das forças produtivas corresponde ao desenvolvimento das necessidades humanas? Como conceber então, necessidades humanas em sociedades capitalistas? As necessidades, conforme análises de Marx são forçadas, criadas, inventadas desse modo, muita força produtiva se torna desnecessária, visto que muitas mercadorias seriam socialmente dispensáveis (MENEGAT, 2009). Os valores de uso, essenciais para a vida coletiva, a cada ciclo do capital vão crescendo em volume que ultrapassa tais necessidades, posto que estão intrinsecamente guiados pelo processo de abstração social, assim, a cada ciclo do capital em que novas mercadorias são incorporadas como valor de uso, valor social, a sociedade perde a sua capacidade racional de distinguir entre o que é ou não necessário para manter a vida coletiva. Nesta lógica, as necessidades são criadas, são inventadas porque a sociedade precisa o tempo todo se reinventar para manter a sua ordem estrutural, ainda que a reinvenção custe caro e arruíne a sua capacidade de existência.

Outras concepções se contrapõem à discussão do limite estrutural do capital. Apostam nos processos de resistências que possibilitariam liberdade diante dos processos capitalistas.

Do mesmo modo como os processos capitalistas são subjetivados são também dessubjetivados, o que permite a construção de resistências frente aos condicionantes econômicos, bem como a negação de uma linha evolutiva que marca tais processos. São vidas, que se libertaram dos dispositivos de controles disciplinares em um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas em que o capital disciplinou toda a sua força de trabalho e agora, se reproduzem continuamente resistindo aos circuitos materiais de reprodução da forma capital. No pós-fordismo, a classe operária não é mais o sujeito absoluto da história e o conflito capital versus trabalho toma outras dimensões. Nos guetos, nos morros, nas periferias emergem esses novos sujeitos com seus discursos políticos, suas músicas, suas representações culturais, enfim, seu ativismo, a negar cotidianamente toda a lógica capitalista, portanto são esses movimentos de reprodução da vida que não estão inseridos nos circuitos de troca capitalista, nos circuitos materiais de reprodução social que resistem e são, em potencial, força transformadora.

O Brasil é exemplo dessa resistência, o futuro, o devir é possibilitado pela brasilianização do mundo, o devir-Brasil sinaliza para uma nova perspectiva baseada nos processos de resistência da cultura ameríndia e nos processos democráticos (COCCO, 2009).

A classe trabalhadora na luta contra o capital deve resistir ao processo de mercadorização da sociedade, a começar pela intensificação da luta a favor do direito à diminuição da jornada de trabalho e à luta pelo emprego para os que estão desempregados. A luta pela redução da jornada de trabalho implica na redução do trabalho que produz mais-valia, do trabalho abstrato, é uma estratégia que se coloca contra o trabalho supérfluo que aliena, também é uma garantia por um trabalho dotado de sentido, o trabalho útil. O trabalho livre e autônomo livre das amarras do capital é o trabalho que dá sentido à vida, à coletividade, que une o reino da liberdade com o reino das necessidades e o partido político com uma nova institucionalização deverá ser o novo reorganizador da vida coletiva (ANTUNES, 2005). Antunes, como demonstrado, insiste na força da classe trabalhadora e no trabalho como eixo fundante das relações sociais.

O compromisso entre as classes ainda é necessário para a acumulação do capital, mas devido à inversão do momento atual, ou seja, uma parcela considerável da sociedade que cresce continuamente, não ser mais necessária no processo de produção. Como já foi dito, a classe trabalhadora não tem mais condições de protagonizar a subversão da ordem social. Portanto, se há possibilidade de transformação social será pelas massas que se organizarão fora da relação capital-trabalho, posto que o capital vivencia, como já expressado, o seu limite, nesta perspectiva aposta em movimentos, como o MST (Movimento sem Terra), os piqueteiros na Argentina, que têm potencial para negar a forma mercadoria. É contra a forma desta sociedade que os movimentos devem se organizar (MENEGAT, 2009).

Menegat, também como Cocco, mas partindo de outra perspectiva, nega a possibilidade de universalização da classe trabalhadora, e sim das massas. Em confronto com as concepções de Menegat, Antunes insiste na tese de que o trabalho não está no seu fim, reforça a perspectiva da luta de classes, desse modo sua leitura da atual fase do capitalismo segue um outro caminho, a ontologia do ser social de Luckács. Assim, a categoria trabalho, como eixo analítico para a leitura da crise estrutural do capitalismo, reforça o trabalho útil como eixo fundante das relações sociais. Antunes aposta na luta dos trabalhadores ao ampliar o conceito de classe, contrapondo-se assim as análises que negam o fim do trabalho¹⁰ e os processos de resistência da classe trabalhadora.

A derrota da esquerda denuncia a inviabilidade do sistema, não foi só um

10 Não pretendemos entrar no debate sobre o fim do trabalho, ainda que consideremos a pertinência do tema, mas, optamos por centralizar no fim do trabalho abstrato produtor de valor, no fim da forma social capitalista, na sua desintegração, no seu limite, mesmo entendendo que o fim deste tipo de trabalho sinaliza também o fim do trabalho como historicamente as sociedades o concebem, na discussão de Menegat (2006), um fardo.

projeto de esquerda a desmoronar e sim um projeto social totalizador. Desse modo, os processos de resistência só fazem sentido se negarem os elementos conformadores das relações mercantis desta sociedade, e não o seu reforço, como aconteceu no socialismo. A negação do trabalho produtor de valor é mister quando se objetiva transcender esta forma social. Isto só é possível se a própria esquerda aprender com a história, admitir os erros cometidos no passado, erros de interpretação de uma teoria crítica social, a marxista, que ao superestimar o papel do trabalho, cerne da ontologia social, bem como da luta de classes, no combate ao capitalismo, só reforçou os seus conteúdos.

Admiti-los é, também, compreender o papel desempenhado pela esquerda, historicamente obscurecido pela própria realidade que estava posta, assim não se trata de punir culpados, mas de olhar para trás e aprender com o movimento histórico. O mesmo princípio é válido para a direita que tenta reforçar as bases capitalistas ilustrando a derrota do socialismo. Infere-se, portanto, que ao colapsar a forma social capitalista, colapsa também, as bases filosóficas que a determinam. Ao negar o papel revolucionário da classe trabalhadora, levanta um questionamento sobre a possibilidade do sujeito negador desta forma social e substitui o seu papel por outros coletivos que não tenham como finalidade a valorização do valor (KURZ, 1992).

O processo de financeirização da economia e conseqüentemente sua recente crise em 2008 trás algumas questões que devem ser elucidadas para que se compreenda a fase vigente do capital e nos ofereça possibilidades para se pensar sobre a questão do trabalho como fator de socialização, das lutas dos trabalhadores e das massas. Estas últimas formam um grande contingente de mão de obra inútil ao processo de produção, sobretudo na fase atual de financeirização, em que se encontram as sociedades capitalistas.

Se há uma imbricação entre indústria e finanças (CHESNAIS, 1996), e esta se respalda para o acúmulo do capital, no processo de regulamentação do mercado, a lógica da desregulamentação penetra também a relação com os trabalhadores da indústria, dando ao capital uma margem de vitória sobre os trabalhadores. Como o valor não incrementa a produção a ponto de sustentar a estrutura social, não há mais necessidade de tanta mão de obra, isto causa um impacto nas lutas dos trabalhadores. É o capital impondo seu limite. As regulamentações para a liberdade das finanças limitam a liberdade dos trabalhadores, no que tange aos direitos ao trabalho e a melhores condições de vida, em um cenário em que muita mão de obra não será inserida no processo de produção de mais-valia e os que estão inseridos vivem na iminência de se juntarem às massas. Por sua vez, as massas podem unir-se e conseqüentemente desenvolverem formas de socialização que deem sustentação às suas necessidades para fora da forma capital, visto que nesta, só através do trabalho

abstrato, da eterna valorização do valor pode sobreviver, conforme já demonstrado.

A partir da década de 1970, como já se discutiu, se observou um excesso de riqueza produzida, a questão é: por que o setor industrial não reinvestiu? Por que opta pela financeirização e não por investimentos massivos nos setores produtivos? Isto reflete o limite do capital se valorizar via industrialização e também a sua liberdade diante da riqueza já produzida. O capital cresceu em tal volume, que proporciona ao mesmo uma esfera de liberdade, por conseguinte, desvincula-se das bases de produção e se liberta do trabalho vivo produtor de valor (MENEGAT, 2009). Por outro lado, se o setor industrial ainda pudesse possibilitar a valorização contínua do capital haveria um maior investimento neste setor. Se o capital se desvincula das regulamentações se liberta também da força dos trabalhadores, que permitiu em seu estágio de valorização do valor, de produção de riqueza, perceber o seu potencial enquanto geradores de tal riqueza e lutar pelo acesso à riqueza gerada. Agora o momento é outro. Em que se sustentará a luta dos trabalhadores que vivem na iminência de perder seus postos, se a cada dia novos postos de trabalho são desativados? Como universalizar massas e trabalhadores? Como construir uma nova relação com o trabalho que dê significado à vida coletiva como propõe Antunes? Seguindo seu raciocínio, o trabalho que está em declínio é o trabalho abstrato e não o trabalho que socializa então, duplamente está posto um problema para a humanidade resolver: negar o trabalho alienado, precarizado e negar também a forma de trabalho que historicamente a humanidade aprendeu a conviver, que remonta os primórdios da vida humana, que é puro dispêndio de nervos, músculos, etc. Portanto, acredita-se que diante do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ninguém quer mais se submeter a uma tarefa, que historicamente foi um fardo, como demonstra Menegat. A questão a saber é o quantum de dispêndio de nervos músculos e intelecto que a humanidade precisa para viver? Se a humanidade já trabalhou acima do necessário, o que ficará suspenso é o trabalho enquanto eixo que organiza a vida. O tempo livre é que vai organizar a vida coletiva. Atualmente, ainda sobre a ideologia do trabalho e de sua importância é que muitos dos beneficiários do Programa Bolsa Família vagam pelas cidades, sem perspectivas e não sabem o que fazer com o tempo livre, vivem na inércia, no excesso de tempo livre e ainda dependem de muito trabalho pesado nas atividades cotidianas. Eles não acessam nem o mínimo do que as forças produtivas já produziram e que são capazes de lhes libertar do fardo da labuta diária.

E qual o mote de luta das massas e dos trabalhadores? Os que estão no processo de trabalho lutam por salários e diante da conjuntura devem contentar-se com pouco. As massas supérfluas a que se referia Marx, não serão mais utilizadas em outros postos de trabalho. Nos primórdios do capitalismo, trabalhadores foram destituídos de seus instrumentos de trabalho e transformaram-se em massas,

para uma minoria apropriar-se coletivamente do trabalho social, e os que não se incorporaram imediatamente, foram de alguma forma, paulatinamente, utilizados em diferentes ciclos do processo de produção, formando o que Marx denominou de exército industrial de reserva. Agora estão à mercê dos processos, ainda lutando por algo que não terão mais, o trabalho. Como manter um objetivo comum a potenciais trabalhadores diante da sua fragmentação, em uma sociedade em que a subjetivação do trabalho ainda se impõe nesta fase de tentativa do capital continuar seu processo de valorização do valor?

Como negar a forma social vivendo dentro desta forma? Como negar a sociedade produtora de mercadorias, no momento em que apesar de viver sua dissolução ainda não se concretiza outro modo de vida? Uma sociedade caracterizada por relações arruinadas, destruídas se vê também com dificuldades para construir espaços que resistam à sua própria lógica, daí ser preciso pensar sobre que tipo de resistência está se formando, se alguns processos que se desenvolvem podem ser considerados verdadeiramente, resistência a forma capital, negadores da forma mercadoria.

As discussões sobre os processos de resistência propostos por Cocco deveriam considerar como os processos capitalistas se apresentam em determinados territórios, cujo objetivo seria o de compreender a lógica que envolve as diferentes resistências. A que resistem? Quais os elementos que caracterizam a forma e conteúdo de tais resistências? Quais as potencialidades transformadoras dos sujeitos que resistem? O conteúdo destas resistências teria que negar todo o conteúdo mercantilista determinantes das relações sociais, sobretudo a propriedade privada, só assim poderiam se transformar em potência geradora de um outro modelo societário.

O perigo está em confundir resistência à ordem social pela própria negação de uma ordem excludente, com alternativa de vida que possibilita uma vida à margem do que esta sociedade pode oferecer, considerando o atual desenvolvimento das forças produtivas. O autor também compreende que os processos capitalistas são subjetivados e dessubjetivados, daí a negação de uma linha evolutiva através da qual passariam as sociedades. Ao tempo em que ele faz isto, não visualiza como a lógica desta sociedade perpassa também estas resistências, pois estas comunidades não construíram um modo de vida negador da forma mercadoria que desse suporte a um modo de vida diferente. Quando estas resistências, só a título de exemplo, lutam para garantir a propriedade do espaço de moradia, o fazem dentro da lógica do capital que é a propriedade habitacional. Assim, não concordamos com a hipótese das resistências analisadas pelo autor, no seu potencial negador desta sociedade, pelo contrário, são formas arruinadas de vida que tentam o tempo inteiro inserir-se numa forma social limitada na sua

capacidade de inserção. A mesma crítica pode ser feita à luta por salários, não estamos negando a sua importância, pelo contrário, mas inferimos que se o limite lógico-estrutural desta sociedade está posto, a luta por uma quantidade de dinheiro que circula no mundo fruto, sobretudo da especulação financeira, não faz sentido. Assim, a questão que se impõe é: como negar o conteúdo das relações sociais mercantilizadas?

A dificuldade das respostas é validada pelos fatos, pela realidade. O certo é que a sociedade está em crise, o trabalho abstrato não organiza a sociedade, e a capacidade de se vivenciar um novo surto das lutas de classes nos moldes das grandes revoluções também encontra seu limite. Os movimentos sociais de protestos que ocorreram em 2011 no norte da África, na Tunísia, no Egito, na Líbia, no Iêmen, estendendo-se pela Europa, por Wall Street, ainda que tenham derrubado algumas ditaduras, e evidenciaram os descontentamentos, sinalizam o fim da aceitação de um sistema que chega ao seu limite, ainda que as respostas não encontrem alternativas que respondam a este momento, como infere Menegat ao analisar o limite estrutural da forma capitalista, aliás, quando atualiza o processo de barbarização da sociedade.

No momento, vivencia-se quase que total descrença nas sociedades, sobretudo nas esquerdas, estas desvinculadas de seu tempo histórico resgatam os partidos uma forma de representação burguesa negada pelo imaginário cultural desta sociedade, destituída de seu papel histórico de impulsionador de tal dinâmica, porque não consegue deslocar-se para além do que está definido na agenda do capital (ZIZECK, 2012).

Todas estas discussões põem em xeque o próprio sistema capitalista, ou seja: o seu limite estrutural. Os processos capitalistas são incontroláveis, são autônomos ganharam vida própria, a consequência é o descontrole sobre a economia, com reflexos na sociedade. Como controlar processo sociais que ganharam vida própria e como resistir a eles? De um outro ângulo, como controlar condutas individuais? Quais as técnicas mais apropriadas para responder individualmente à natureza dos problemas sociais? São técnicas que se metamorfoseiam à medida que mudam as sociedades e, como a própria lógica social, não se tem controle sobre as mesmas. É neste cenário que o Capital, via programas de transferência de renda tenta iluminar o obscurantismo das respostas à questão das massas, por caracterizarem-se pelo baixo custo e o atendimento a uma demanda significativa. Massas que a cada dia crescem sem que o capital saiba o que fazer com elas. Reitera-se, que não são mais as massas da época de Karl Marx, em que novos ramos da atividade industrial dinamizariam a crença na possibilidade de alocação no mundo das trocas sociais, o cenário social é bem mais complexo.

2. O LUGAR QUE COUBE AO BRASIL NO SISTEMA CAPITALISTA: OS LIMITES DA ECONOMIA E A DIFICULDADE EM ATENDER AOS QUE FICAM FORA DOS CIRCUITOS DE TROCAS CAPITALISTAS.

Karl Marx ao descrever o funcionamento das sociedades capitalistas e ao caracterizá-las como produtoras de mercadorias, eivadas de contradições e desigualdades, ao identificar o fetiche dessa forma, oferece também material para a discussão sobre o lugar que cada sociedade assume no sistema capitalista mundial, possibilita compreender as suas particularidades. O Brasil traz no seu interior as contradições peculiares a este tipo de sociedade, desse modo, a forma mercadoria analisada por Marx norteia as análises dos condicionantes históricos políticos e sociais que a consolidaram.

O lugar assumido por uma dada sociedade no sistema capitalista mundial depende, historicamente, da sua posição no cenário econômico e de fatores endógenos concernentes à luta entre os diferentes interesses em jogo. A violência e a exploração do trabalho humano caracterizam a forma capital num jogo de interesses contraditórios, independentemente da posição na economia de mercado. O Brasil insere-se nos processos capitalistas tardiamente e de maneira peculiar. Os condicionantes históricos sociais que aqui estiveram presentes na sua formação se diferenciaram dos processos que ocorreram na Europa.

Analisar os condicionantes socioeconômicos que a determinaram, quando do seu processo de formação e evolução, esclarece sobre a forma que toma o Estado neste cenário e sobremaneira, determina sua ação. Nesta perspectiva, as políticas sociais destinadas à maioria, sobretudo aos que estão fora dos processos de trocas capitalistas, as massas sobrantes, estão limitadas pelos condicionantes econômicos de natureza endógena e exógena, que por sua vez influenciam na formação do Estado. Portanto, tais políticas caracterizam-se por elementos que deram forma a este Estado, a despeito das lutas e resistências que forçaram sua implementação. Tal discussão é base fundamental para a análise posterior do Programa Bolsa Família, posto que o referido Programa é resultado de processos históricos que refletem a ação do Estado, face aos que se encontram fora dos circuitos de trocas capitalistas. A discussão sobre o lugar que coube ao Brasil no sistema capitalista mundial, portanto, direciona neste momento as análises.

2.1 Os limites da economia no Brasil: respostas do Estado aos que ficam fora dos circuitos de trocas capitalistas.

A consolidação do capitalismo na Europa ocorreu pela negação das sociedades feudais que, violentamente, presenciaram o fim de sua estrutura econômica política e social. Na passagem das sociedades agrárias para as sociedades urbano industriais, alguns elementos estiveram presentes entre o velho e o sistema emergente e formaram um conjunto de acontecimentos utilizados por alguns teóricos, como parâmetros explicativos para a caracterização das diferentes sociedades capitalistas: é o chamado modelo clássico que norteia as análises de tais sociedades e o rumo a ser tomado por cada uma delas. Para Prado Júnior (2004)¹¹, retomado posteriormente por Oliveira (2008), o capitalismo no Brasil não pode ser analisado considerando este modelo explicativo visto que, as particularidades vivenciadas no país se desviam dos acontecimentos ocorridos na Europa, nos países centrais e irão determinar um tipo de capitalismo que se distingue dos demais em seus aspectos constitutivos. Essa dinâmica particular, nos interessa aqui aprofundar posto que implicará em formas específicas de atenção do Estado tanto aos segmentos inseridos no mercado de trabalho formal, como aqueles colocados à sua margem.

O ciclo econômico incompleto de uma estrutura colonial e não feudal analisado por Prado Júnior (1976), o fez inferir, dentre outros, sobre o caráter inorgânico da sociedade brasileira. Se a estrutura social é incompleta, inorgânica, ela precisaria se completar, se formar e assim tornar-se uma nação. Em *Raízes do Brasil*, Holanda, (1995) critica os aspectos culturais que formatam a sociedade brasileira, definindo os limites de uma sociedade balizada por valores arcaicos, em contraposição a valores modernos, demonstrando assim, a possibilidade de convivência entre estruturas sociais antigas e modernas. Por último, Oliveira (2008) estabelece um corte histórico a partir da década de 1930, resgata a noção de

11 Para Coutinho (2008), este é o mérito da obra do referido autor, ou seja, o de caracterizar a passagem do Brasil para uma sociedade capitalista fora dos padrões clássicos de análises, contrariando as leituras marxistas do seu tempo. Florestan Fernandes (2001), por seu turno afirma não conseguir fazer uma revisão crítica da obra de Caio Prado Júnior, pela sua importância como um todo, entretanto infere que lhe faltou cumprir algumas tarefas específicas no campo econômico, devido a ausência de leituras de autores marxistas que lhe auxiliassem na compreensão crítica da evolução de uma teoria do desenvolvimento. Consequentemente, as suas análises ficaram presas ao conceito de capital mercantil e não conseguiram acompanhar a dinâmica econômica e deslocar-se para um outro conceito, o de capital monopolista, que responderia às alterações ocorridas nas sociedades centrais que obrigaram a internacionalização da economia, o que vai ocorrer no Brasil, na passagem da sociedade colonial para a capitalista. Para o nosso estudo importa-nos, como assinalado por Florestan Fernandes, entender como o componente colonial das relações socioeconômicas impossibilitaram o desenvolvimento capitalista nos moldes das economias centrais ocorrer no Brasil e o fato de Caio Prado elucidar o componente arcaico e moderno de conformação da economia nacional, de apontar as possibilidades reais de uma economia periférica limitada à sua posição no sistema capitalista mundial.

moderno e atrasado e analisa o tipo de capitalismo aqui enraizado, diferenciando-o em seus aspectos constitutivos, elaborando uma nova leitura sobre o capitalismo que aqui se instaura, distinta da interpretação clássica realizada por Karl Marx.

As análises dos autores supracitados, considerados os elementos utilizados para construir seus argumentos, fundamentam a compreensão do lugar que coube ao Brasil no sistema capitalista mundial. Caminho que orientou a consecução do primeiro passo rumo ao nosso objetivo, qual seja, discorrer sobre os elementos que definiram o seu lugar, considerada a sua estrutura socioeconômica desde o seu primeiro momento de existência até a década de 1970 e demonstrar qual o lugar das massas nesta estrutura.

a) A inserção do Brasil no sistema capitalista mundial

O padrão econômico do Brasil é consequência do processo de expansão capitalista do velho mundo, desse modo não há como equiparar a sua evolução com a evolução de economias desenvolvidas. A trajetória que o país seguiu rumo a uma sociedade capitalista percorreu caminhos totalmente distintos aos daqueles países. O Brasil não poderia ser aquilo que, com a chegada dos portugueses ao seu território lhe foi negado, o de ser uma nação desenvolvida, posto que desde a sua gênese desempenha um papel no modelo sistêmico que vinha se consolidando na Europa Ocidental, a partir do século XV. Por conseguinte, todos os processos que daí decorreram foram se adequando considerando fatores exógenos e endógenos, estes já enraizados no país, aqueles, determinados pela economia mundial, ambos colocam o país, desde a sua formação, numa situação de desvantagem econômica frente aos países de economia desenvolvida. Processos que foram evidenciados por muitos teóricos dentre os quais, Holanda (1995); Prado Júnior (1976; 2004) e posteriormente Oliveira (2008).

A sociedade brasileira, nos seus primórdios é fruto do espírito aventureiro dos Portugueses, em contraposição à valorização do trabalho, à racionalidade do espírito moderno. É a dinâmica do aventureiro, em oposição ao espírito do trabalho como um fim em si mesmo, que fundamentou a lógica da sociedade brasileira e já estava enraizada na cultura do colonizador português. A ideia de riqueza fácil aguçou o espírito do colonizador a tal ponto deste se adequar e se adaptar às diversas condições geográficas e culturais, com as quais teve que conviver e construir ao longo de séculos. Soma-se a isto a sua capacidade de organização social caracterizada por um tipo de solidariedade fechada nos círculos domésticos e erigida na centralização do poder e na obediência. Foram estes traços culturais, herdados e incorporados à cultura brasileira (HOLANDA, 1995).

O lugar de colônia de uma metrópole europeia em decadência foi

o que coube ao Brasil nos seus três primeiros séculos de existência. Um tempo marcado por um único objetivo, produzir bens primários para o consumo das sociedades capitalistas na Europa. O desenvolvimento do capitalismo comercial no velho mundo impulsionou Portugal, no século XV, a desbravar não só o Brasil e a explorar as suas riquezas, por isto resgata a escravidão, uma modalidade de relação social que há muito tempo tinha sido abolida na Europa, para colonizar o país e aí manter seu empreendimento comercial (PRADO JÚNIOR, 1976). Na escravidão reside, portanto, um aspecto essencial que determina o processo de formação brasileiro, visto que o país consolida sua estrutura socioeconômica tendo como base o trabalho escravo, cujas riquezas aqui extraídas e produzidas foram consumidas em outros continentes. Por conseguinte, o ciclo que caracteriza o desenvolvimento capitalista analisado por Marx, não se completa, isto é, a relação dialética entre produção e consumo não se realiza, tem-se uma sociedade produtora e não consumidora de mercadorias. A forma mercadoria que começa a se delinear traz em si traços de uma sociedade escravista, cuja economia tem seu ciclo interrompido, o que impede o seu dinamismo interno como afirma Oliveira (2008).

Não obstante a base de produção escravista, para que o ciclo pudesse se completar, os elementos endógenos de tal dinamismo poderiam impulsionar a economia, mas não foi isto que ocorreu no Brasil, pelo contrário, esse aspecto que o caracteriza é consequência da perseguição do objetivo restrito, que foi transformá-lo em produtor de matéria-prima para os centros europeus em crescimento. Desse modo, a Colônia se torna uma nação posteriormente, não porque, objetivamente, Portugal teria interesse em sua transformação, em seu desenvolvimento, pelo contrário, o interesse sempre presente foi explorar as riquezas existentes.

A organização do processo de produção no Brasil obedece assim, ao objetivo já mencionado. Desse modo, os três grandes setores produtores de riqueza na Colônia são organizados para cumprir o que Portugal já prescrevera. Organização marcada pela presença do europeu branco, na condição de empreendedor e a utilização do trabalho escravo, um trabalho em que apenas a força física se faz necessária para o êxito de Portugal, para o processo de valorização do valor. E, considerando que o ciclo dialético marxista aqui não se fechara, tal particularidade marca a singularidade dos processos econômicos que aqui se instauram e tem-se uma sociedade em que há um processo de valorização do valor, sem, contudo, haver um processo de circulação de mercadorias. O capitalismo aqui, nos seus primórdios, se encontra determinado pelas forças exógenas, pelo capitalismo comercial nas economias centrais.

A expansão da estrutura do setor agrícola é determinada pelo mercado consumidor europeu que necessita em grande escala de gêneros agrícolas, visto que

a Europa carecia de tais produtos, isto determinou a particularidade do latifúndio agrário, ou seja, a grande propriedade em oposição a pequena lavoura. O setor agrícola, sob pressão exterior, se afirma na grande propriedade monocultural apoiado na fazenda e no engenho. Desse modo, a escravidão é necessária e caracteriza-se tanto pelo baixo nível tecnológico e utilização do trabalho braçal, como pela sua inferioridade face aos países centrais, consequência do objetivo de Portugal para com a nova Colônia (HOLANDA, 1976), como reiteradamente já foi posto e que não é demais o reforço.

A mineração, por sua vez, a partir do século XVIII, conjuntamente com a agricultura estará entre as grandes atividades de exploração da colônia e também se utilizará do trabalho escravo. Para fechar o conjunto das atividades fundamentais de exploração está o extrativismo que, diferentemente dos demais setores, não tem por base a propriedade territorial. A floresta é vasta e as colheitas não são permanentes, de modo que há maior liberdade na exploração e ainda que não exista a figura do proprietário, nos moldes do senhor de engenho ou dos mineradores, o empresário também explora uma vasta mão de obra (PRADO JÚNIOR, 1976). No Brasil, o comércio não se desenvolveu como ocorreu nos países da Europa, devido ao trabalho escravo que inviabilizava uma cooperação entre as demais atividades produtivas que poderiam progredir na Colônia. A vida predominante rural e autossuficiente sustentada no trabalho escravo, bem como, a ideia de negócios lucrativos mais rentáveis, sem muitos esforços, impediu que atividades artesanais fossem cultivadas, prosperassem e fomentassem a consolidação das organizações de artífices. O que predominou foi sobretudo, o espírito aventureiro em detrimento do espírito direcionado para atividades produtivas (HOLANDA, 1995). Portanto, o ciclo de exploração das riquezas do Brasil estava fechado nas três grandes atividades de exploração já mencionadas e assim, consolida-se o grande objetivo da metrópole isto é, o lucro e a produção de riquezas em detrimento da pobreza generalizada em que sobreviviam homens livres sem posses e escravos.

O lugar que coube ao Brasil no cenário econômico mundial até o século XVIII, reiterando o que já foi posto, foi o de produzir para o mercado externo, para as sociedades capitalistas industriais. A sua inserção econômica dar-se-á pela condição de sujeição diante de economias que há muito tempo estavam inseridas no sistema capitalista. O Brasil foi colônia de um país que se encontrava numa acirrada luta para manter-se no jogo de disputa por mercadorias, portanto não seria surpresa, a sua condição de inferioridade diante da economia mundial. A escravidão moderna, forma resgatada por Portugal para colonizar o Brasil, também irá produzir uma estrutura social violenta em seus diferentes aspectos. O negro, o índio, e o branco, tipos sociais que formam tal estrutura, ocuparão lugares definidos não por relações dialógicas, mas por relações de submissão em que, sobretudo o

negro, apesar de todas as suas formas de resistência, estará marcado historicamente por tal condição. A escravidão vigente no período colonial modela, portanto, pela sua singularidade, uma forma brutal de relacionamento entre os diferentes tipos sociais que formatam sua estrutura. Qual o papel que coube ao negro, ao branco e ao índio, nesta estrutura? Ressalta-se que a formação mestiça do povo brasileiro não é um fato particular de sua história, a miscigenação teria seu início ainda em Portugal. Portanto, a relação íntima, doméstica entre brancos e negros enraizado na cultura brasileira, já existira na cultura portuguesa (HOLANDA, 1995).

O escravo negro foi arrancado, a contragosto, de suas origens tribais, rudes, para integrar um corpo social estranho ao seu, para moldar-se à relações violentas de submissão. A sua condição de povo bárbaro, pela ausência de elementos de uma cultura civilizatória, se confunde com a barbárie dos povos civilizados que o arrastaram ao seu mundo. Fustigado pelo branco empreendedor é disciplinado para desempenhar funções no processo de produção, como um animal que se adentra mecanicamente. Funções limitadas a puro dispêndio de nervos e músculos, não requerendo ao mesmo nenhum saber que pudesse modificar sua condição e lhe permitir outro tipo de relação que não fosse de sujeição ao seu senhor. Negado em seus aspectos culturais é lançado à margem desta sociedade tornando-se uma coisa a ser negociada na trama que envolve as relações econômicas, contribuindo para fincar aqui o objetivo da coroa portuguesa. Ao mesmo tempo em que produz mercadorias é também transformado em mercadoria. Podemos destacar a sua onipresença em todas as atividades da Colônia, da grande lavoura aos serviços domésticos colocando-o numa relação mais íntima com o tipo branco, como consequência, a atividade trabalho tem um sentido social pejorativo (PRADO JÚNIOR, 1976). Sob o estigma da escravidão, o negro se insere na estrutura da sociedade brasileira, marca indelével de um passado que o acompanha por gerações posteriores e que até os dias atuais se faz presente no seu cotidiano. Ressalta-se a sua posição na estrutura social escravocrata diferenciando-a da posição das massas, ele representa a força de trabalho sobre a qual esta sociedade está erguida, e por ocupar tal posição é que os processos de barbarização incidem literalmente, sobre suas costas.

Os índios, encontrados pelos portugueses na então Colônia, resistiram mais rudemente à condição de escravos apoiados que foram pelo trabalho de catequese da Igreja Católica. Apoio que, sobremaneira, os protegeram da sua condição de escravos, mas não os livraram da barbarização delimitada também pelo objetivo da instituição religiosa (PRADO JÚNIOR, 1976). O tipo indígena, no processo de colonização brasileira não se adaptou ao trabalho na agricultura devido dentre outros aspectos a ritmos e tempos de trabalhos impostos pelo branco português e totalmente alheios à sua cultura. Esta resistência do indígena

à exploração, à dominação foi um elemento impulsionador da implantação do trabalho escravo no grande latifúndio no Brasil (HOLANDA, 1995).

O branco europeu chega ao Brasil impulsionado, sobretudo pela ideia fixa de enriquecimento. Fugir da conturbada vida europeia para um lugar distante só fazia parte dos planos daqueles que não tinham mais possibilidades de sobrevivência em seu lugar de origem, para os já degradados¹², miseráveis daquele sistema, para aqueles que puderam adaptar-se à rudeza do território brasileiro em seus aspectos geográficos. Estes, embora estivessem em situação de penúria não aceitariam as condições que o sistema escravista, porventura, viesse lhes impor, a escravidão há muito já tinha sido banida de sua nação. O branco veio para enriquecer, para administrar, para comandar o empreendimento colonial sob as regras da coroa portuguesa e assim o fez (PRADO JÚNIOR, 1976).

Uma sociedade que tem como base de produção a brutalidade do trabalho escravo, a atividade trabalho perde seu sentido, perde a sua capacidade de construção social. O trabalho escravo, pela sua natureza é uma atividade que dada a sua condição social ninguém quer se submeter. Diante de tal situação, o que coube aos homens livres que não administravam os seus interesses e os da coroa? Para os homens livres, de posse, coube seguir a influência da Igreja e ocupar cargos na sua hierarquia institucional, para os sem posses, restou a total marginalização. Se por um lado, o empreendimento comercial colonizador proporciona uma relação mais íntima entre escravos e brancos, por outro, deixa à margem, na miserabilidade, os degradados, os que não tendo ocupação nesta estrutura social formam uma massa que é absorvida pelo crime e pela vadiagem. Na estrutura econômica colonial não havia espaço para o desenvolvimento de outras atividades que pudessem incorporar grandes massas de homens livres. A grande lavoura impediu a existência do tipo camponês, condição que inviabilizou a criação de espaços de trabalho que não fossem nesta atividade. Isto desloca, como já destacado, uma massa de homens que fica à mercê da sua sorte, excluídos que, a cada crise, se multiplicam contribuindo assim para o aumento da quantidade de inúteis, das massas sem lugar no corpo social, dos inadapáveis (PRADO JÚNIOR, 1976).

O Brasil não nasce como uma sociedade no sentido positivo do termo, posto que são entrelaçados negros brancos e índios cujo objetivo não era a formação social, por conseguinte, a justaposição destes diferentes tipos sociais, no período colonial compõem um corpo social ainda em formação.

A falta de dignidade, a baixaza, a subserviência dão forma a uma estrutura

12 Na obra intitulada **Vádios e ciganos, heréticos e bruxas**: os degredados no Brasil-colônia, Pieroni (2006) oferece material para se compreender, ainda que em forma de síntese, a história do degredo no Brasil.

social¹³ ao mesmo tempo orgânica e inorgânica. Orgânica, quando se trata da relação do negro com o branco, que extrapola as relações de produção e se mistura com a vida privada. O clã patriarcal, especificidade da organização social brasileira, centrado na figura do senhor de escravos, submete a todos ao seu jugo, numa relação em que a figura negra feminina, no cumprimento de suas atividades cotidianas, ultrapassa os trabalhos domésticos quando se submete também aos prazeres sexuais do seu dono. Nesta relação de submissão resta-lhe um pouco de afeto quando desempenha a figura da ama, daquela que cuida do infante, seu futuro senhor. As relações de autoridade do grande proprietário de terras, do senhor rural se estende, indistintamente, por toda a estrutura social o que o coloca numa situação de domínio total sobre a sociedade. O caráter inorgânico desta estrutura, por sua vez, é representado pela figura dos homens livres, inúteis, jogados à sua própria sorte. A consequência é uma sociedade demarcada por relações mercadológicas em sua rudeza, num espaço em que coexistem tipos sociais justapostos uns aos outros, limitados pelo caráter primário e imoral de suas relações, em que a barbárie demarca as relações sociais (PRADO JÚNIOR, 1976).

Todo o empreendimento comercial instalado no Brasil esteve sob a direção da coroa portuguesa, esta, obcecada, deslumbrada, pelas riquezas da Colônia direciona seus esforços para maximizar seus lucros, quer pela escravização, quer pela cobrança de altos impostos. O empreendimento comercial centraliza-se na figura do rei que administra os negócios numa relação em que seus interesses, em um dado aspecto são conciliáveis com os interesses de particulares: ambos queriam lucrar com as riquezas do país – a mercantilização, assim se faz presente em todas as suas ações (PRADO JÚNIOR, 1976).

A centralização política administrativa dos negócios do reino, na figura do rei, aqui é copiada e a figura que é forjada no campo das relações políticas e econômicas, neste período, centraliza-se no senhor de engenho. A estrutura social e política é caracterizada pela centralidade do poder nas mãos do clã patriarcal, imprimindo às relações sociais e políticas um sentimento de obediência ao seu representante. Este concentra os diferentes interesses em jogo na trama das relações sociais, a sociedade caracteriza-se assim pelo patriarcalismo e personalismo, o que tem sérias influências na formação política do país (HOLANDA, 1995).

Modo de produção escravista em sua versão moderna, exploração das riquezas, justaposição de tipos étnicos diferenciados, mercantilização da sociedade e degradação das relações humanas, em síntese, estas são as características do Brasil colônia. A herança de uma sociedade eminentemente rural, com base no trabalho

13 Para saber mais sobre aspectos da cultura brasileira neste período, ver **Casa grande e senzala**, de Gilberto Freyre (2006).

escravo, não rompe com esse legado arcaico e salta para uma vida balizada em valores modernos que se misturam e compõem assim, na sua estrutura, elementos de um passado que a definiu por longos séculos. Portanto, a abolição da escravidão no Brasil em 1888 não apaga os resquícios desta cultura, pelo contrário, se perpetua na vida social e política, ainda que este fato represente um marco no processo de evolução do país, como se pode asseverar pela democracia que nos coube. Esta traz em sua essência valores, como o personalismo herdado por uma elite que, embora se movimentasse no sentido de mudar o quadro político do país, o fez importando as ideias de fora e adequando-as aos seus interesses (HOLANDA, 1995).

Delimitados os tipos sociais presentes no processo de formação brasileira, o branco o negro e o índio, e o modo de produção escravista que caracteriza o tipo de relações entre eles, cabe demonstrar as consequências para a consolidação do capitalismo no Brasil. Os elementos constitutivos de sua estrutura socioeconômica – fatores de ordem interna e fatores externos – contribuirão para acirrar os conflitos e adequar o país à nova dinâmica econômica, sem contudo negar o modo de produção vigente.

b) Adequação à nova dinâmica do modo de produção capitalista

Os conflitos na colônia, desde sua gênese, forçarão o fim de um período no país, dado que, eivada de contradições em todos os campos, ideológico, étnico e econômico, a sua estrutura começa a se desmoronar. Por todos estes fatores, no início do século XIX está dado o esgotamento do sistema colonial no Brasil, contudo, esta sociedade ainda não completou o seu processo de evolução nacional. Se tal fato deveu-se à fragilidade das bases econômicas escravistas, são estas mesmas bases que possibilitarão tal evolução, a despeito do que ocorreu na Europa. Lá, o sistema capitalista se sobrepôs ao sistema feudal e o fez ao negar os elementos de uma ordem anterior que, porventura, pudesse se impor à sua forma, o mesmo não ocorreu no Brasil, onde o modo de produção escravista não se configurou como um empecilho para que o capitalismo cravasse seus tentáculos, pelo contrário (PRADO JÚNIOR, 2004).

Com o fim do período colonial, qual a possibilidade econômica de uma estrutura que por três séculos vivenciou um processo brutal de escravidão e exploração? Como esta sociedade se insere posteriormente, na dinâmica do sistema capitalista mundial, agora como uma nação e não mais como Colônia? Ao romper o pacto colonial com a Metrópole poderia ter rompido também com seu passado se tivesse subvertido a ordem escravocrata e desse modo imprimido às relações sociais um novo conteúdo. Isto só seria possível com o processo revolucionário negador de sua estrutura escravocrata, o que não ocorreu devido aos elementos

estruturais discutidos, portanto, a sua evolução política dar-se-á num cenário particular, singular, marcado por tais elementos.

A economia na Colônia sempre foi instável, instabilidade que a cada crise econômica, conflitos são acirrados e se tornam manifestos, desse modo, as condições para o declínio da Colônia eram latentes, os conflitos atingiam a todos independentemente da sua posição na estrutura de classe. As classes dominantes – os brasileiros proprietários de terra que pelo seu *modus vivendi*, pelo desprezo ao trabalho, aproximavam-se da vida da nobreza, e o comerciante, mascate, imigrante e que enriqueceu à custa de muito trabalho – formavam uma classe superior em conflito. Os comerciantes estavam impossibilitados de cumprir com os compromissos com seus credores, os proprietários, devido à instabilidade de seus negócios. A exclusão da maioria dos brasileiros despossuídos que veem o esgotamento das fontes de suas riquezas; os conflitos étnicos gerados pela condição do escravo na sociedade; a resistência dos negros aos trabalhos forçados e a própria política econômica da Metrópole são contradições que se somam às demais citadas. Destacamos os fatores exógenos que ligariam a política brasileira à internacional, como o papel da maçonaria que lutara contra o absolutismo e tinha interesse por qualquer agitação contra o reino; o interesse da Inglaterra pelos negócios de Portugal e a influência da filosofia dos enciclopedistas franceses do século XVIII nos embates políticos, todos eles contribuíram para o acirramento dos conflitos, para a agitação e instabilidade do sistema (PRADO JÚNIOR, 2004).

Os fatores supramencionados impulsionaram a decadência do período colonial, desse modo, todos aqueles tipos sociais que formaram a Colônia foram atingidos e ansiavam por uma resposta, situação que se tornara insustentável, posto que mudanças se faziam necessárias. Embora, como discutido, as relações mercadológicas estivessem presentes na Colônia, o ciclo que completaria o processo de produção capitalista ainda não se realizara e é, portanto, neste ambiente de contradições e na fragilidade política e econômica da Metrópole no cenário econômico mundial, que o sistema capitalista irá se realizar. Quais os elementos encontrados na estrutura socioeconômica da Colônia que possibilitaram a instauração dos processos capitalistas? Por que o velho sistema não ofereceu resistência à nova ordem como ocorreu na Europa? Para responder aos questionamentos citados cabe a comparação dos elementos que estiveram presentes nos conflitos na Europa, quando da consolidação do capitalismo. Isto ajuda a entender, quando se analisa tal passagem, porque os processos que consolidaram o capitalismo no Brasil se distinguem do chamado modelo explicativo clássico e contribui sobremaneira, para inferir sobre o capitalismo que coube ao país, quais as direções que este capitalismo seguiu e, por conseguinte, quais as suas possibilidades.

As relações escravistas que determinaram a estrutura socioeconômica

do país não possibilitaram a existência do tipo camponês visto que, a base da economia brasileira era a grande lavoura e o trabalho escravo, diferente das unidades familiares como no feudalismo, o que não quer dizer que ele não estivesse presente na sua estrutura. As relações econômicas entre senhor e escravo ou homens livres eram diferenciadas, dado que havia um tipo de trabalho que, a despeito do seu sentido desumano era um trabalho pago. O sistema de parceria, peculiar à relação do camponês e o senhor feudal, não se generalizou na Colônia, o camponês sonhava com a posse da terra, o escravo com melhores condições de trabalho. Neste aspecto, a estrutura escravista não confrontava a capitalista em que o trabalho é pago em forma de salário, visto que tal relação já fazia parte da dinâmica daquele sistema, embora o trabalho pago não fosse efetuado, no caso dos escravos, em forma de salário e sim em forma de moradia, vestuário, comida ou outros. A figura do escravo no país se contrapõe a do camponês pelo tipo de trabalho exercido, pelas relações com a classe dominante e, por conseguinte, pelos seus objetivos. O capitalismo no Brasil não precisou confrontar-se com o trabalho servil e substituí-lo pelo assalariado, este já fazia parte das suas relações não era então, um elemento estranho a esta estrutura, do mesmo modo que não foi difícil coletivizá-lo, o trabalho coletivo já era apropriado individualmente. Por sua vez, o grande proprietário rural, pelo acirramento das relações mercadológicas que demarcavam seus negócios, também via grandes possibilidades de lucro com o fim da escravidão. Tais aspectos, portanto foram relevantes para a implementação do capitalismo no país (PRADO JÚNIOR, 2004).

No Brasil, também, não houve oposição entre uma burguesia agrária e uma burguesia industrial, aquela, com as mudanças ocorridas na economia, se adapta ao novo momento ao assumir negócios também nos ramos industriais. Quando da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, com a abolição da escravidão continuou presente no setor agrário de produção as relações de exploração peculiares ao período escravocrata, não houve negação do caráter explorador, pelo contrário, enfatiza-se a facilidade de adaptação da burguesia brasileira quando esta se defronta com o capital financeiro internacional e não explode em conflitos, exceto quando seus interesses não são atendidos. Outro aspecto, fundamental para o empreendimento capitalista, foi o fato de a Colônia produzir para o mercado externo e a ausência de um mercado interno organizado onde pudessem circular as mercadorias. O modo de produção capitalista no país, enfim, pôde completar o ciclo produção e consumo, ainda que guarde dependência econômica das economias centrais (PRADO JÚNIOR, 2004).

O trabalho assalariado, pela ausência de um campesinato que pudesse resistir a tal atividade, se encaixa nos anseios de uma massa que vivia jogada à própria sorte, bem como aos objetivos dos proprietários que viam possibilidades

de continuar seus negócios lucrativos. Deste modo, a subordinação da economia aos mercados externos e a subordinação dos tipos sociais contribuem ao invés de negarem, para a consolidação do modo de produção capitalista no país. O fim da escravidão estava dado sem, necessariamente haver de fato subversão de uma ordem social, como ocorreu nas economias centrais, que varresse todos os elementos que, porventura, fossem empecilhos à nova forma mercadoria, alguns deles apenas se ajustam à nova estrutura.

No início do século XIX, o Brasil ainda guarda as características de um período que o antecedeu, o trabalho livre não está organizado, há uma subordinação às economias centrais e o mercado interno ainda não se consolidara, o país ainda não evoluiu para uma nação. Evidentemente que alguns fatos históricos tiveram importância para uma mudança na sua estrutura social rumo a uma nação e concorreram para romper com o período anterior, a saber: a independência do país; a supressão do tráfico de escravos; a mudança da corte portuguesa para o país. Os resquícios da estrutura colonial se fazem presentes também nas relações de classes nas relações sociais como um todo (PRADO JÚNIOR).

Neste momento, retomaremos alguns pontos discutidos que reforçam a tese sobre o processo de inserção do país no processo de industrialização das economias centrais e que direcionou a Colônia à sua autonomia política, para em seguida, avançarmos até o advento da República. Como vimos, o sistema colonial chega ao declínio sem uma economia propriamente nacional. A Colônia, antes subsidiária da metrópole, agora uma nação, subsidiará a Europa para sustentar o surto industrial com matéria-prima, desse modo o país cumpre a sua função na dinâmica do moderno sistema produtor de mercadorias, como país dependente deste sistema.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, fuga das invasões napoleônicas, é um fato que representa o início do processo de autonomia política da Colônia (PRADO JÚNIOR, 2007). Uma autonomia relativa, pela dependência econômica mantida com o comércio internacional para escoar seus metais e pedras preciosos e pela imposição à importação de produtos industrializados. Para compreender este movimento iniciaremos com os seguintes questionamentos: quais as modificações de ordem política e econômica que ocorreram neste momento e adaptaram o país às novas exigências econômicas? Qual o papel desempenhado pelas massas neste processo?

Com a ascensão do capitalismo industrial, o capitalismo comercial declina e com ele, a colonização. Os impérios ibero-coloniais desabam, não têm mais espaço neste novo momento para conduzir sua política econômica, restalhes a adaptação e isto vai ocorrer, sobretudo no Brasil. Portugal chegava ao limite do seu empreendimento colonizador e isto o colocava numa situação parasitária,

o resultado, posteriormente, foi a independência do país. A Independência foi resultado dos desdobramentos dos conflitos, devido aos impulsos do novo momento do modo de produção capitalista. A Inglaterra pressionava por mudanças, uma necessidade de encontrar mercados abertos para os fluxos de suas mercadorias¹⁴. Um sistema colonial como o do Brasil incompatível com os novos rumos da economia, restava ao regente nos seus primeiros momentos, mesmo a contragosto, sobretudo dos interesses dos comerciantes portugueses, implementar as reformas necessárias em um processo que durou até o país tornar-se independente (PRADO JÚNIOR, 2007).

Os interesses do capital industrial se chocaram com o monopólio comercial, uma vez que a indústria necessitava de mercados abertos para que suas mercadorias pudessem entrar no país. As restrições à abertura do comércio duraram dezenas de anos acompanhadas pelas pressões da Inglaterra, mas Portugal não teve forças para sustentá-la, restou à Coroa abrir os portos para a atividade comercial livre. Devido a estas circunstâncias históricas é que o Brasil assume o seu novo papel no sistema econômico capitalista: mantenedor de matérias-primas para o surto industrial europeu. O país se adapta às mudanças ocorridas porque não havia condições objetivas para a transformação da sua posição de dependência durante o período colonial, assim, continua ainda em uma posição inferior neste sistema, uma vez que não acompanha o surto industrial na condição de país industrializado e nem poderia fazê-lo devido ao seu lugar no sistema econômico, o de país periférico¹⁵. Como já discutimos, aqui, o ciclo capitalista não tinha se fechado, se antes o país atenderia aos objetivos da Metrópole, agora iria atender aos objetivos do surto industrial com o ciclo capitalista ainda inconcluso (PRADO JÚNIOR, 1981).

14 Sobre os conflitos internos que reorganizaram o modo de produção capitalista no Brasil em função, sobretudo do redimensionamento do sistema capitalista, ver: COSTA, E. V. (1979). Segundo a referida autora o momento implicou uma nova concepção econômica, o que conduziu a teoria econômica a criticar os princípios do sistema colonial vigente e em seu lugar propor novas formas de colonialismo, a proposta foi a passagem do mercantilismo para o livre-cambismo. Portanto, nas palavras da autora houve uma mudança para “um capitalismo orientado no sentido das possibilidades automáticas do mercado”, pois necessitava de liberdade para poder se valorizar, pois as restrições das metrópoles eram incompatíveis com a nova dinâmica de acumulação.

15 Furtado (2013), ao comparar o tipo de colonização ocorrida entre Brasil e Estados Unidos identificou dois tipos de colônias, respectivamente: as de exploração e as de povoamento. As de povoamento eram mais independentes da metrópole, uma vez que o mercado interno era desenvolvido, com uma produção agrícola diversificada e que, primeiramente, atendia ao autoconsumo e somente o seu excedente era destinado à exportação, o que possibilitou o desenvolvimento de uma economia interna. No Brasil, ocorreu exatamente o contrário, a economia não era diversificada e era destinada para a exportação, o que impedia de aqui se desenvolver uma economia nacional.

A abertura dos portos possibilitou o desenvolvimento de regiões agrárias que, no passado, perderam espaço para as regiões mineradoras e voltaram a se destacar como consequência das mudanças nos rumos da economia no país. A Colônia é favorecida com um novo surto econômico, o café, que ganha importância na segunda metade do século XIX, ao se valorizar no comércio internacional. Ressaltamos que a organização para o cultivo era similar ao da cana de açúcar, cujo centro econômico eram as grandes fazendas que determinaram a organização social e política do país por longas gerações (PRADO JÚNIOR, 1981).

O ciclo do café trouxe mudanças nas finanças do país e pela primeira vez o Brasil começa a equilibrar sua balança com superavit crescentes, o que permitiu de certa maneira fomentar a produção interna, ainda que, sem grande expressão. O certo é que em 1850 as grandes agitações que sacudiram o país começam a encontrar algum equilíbrio, embora as contradições internas não tenham desaparecido, pelo contrário, se tornaram manifestas. A contradição interna, que ocorreu pela pressão contra o tráfico de escravos vinda da Inglaterra, somada à necessidade de mão de obra para o cultivo do café, impulsionaram a imigração. Isto significou uma saída para a solução do problema. O Brasil, quase que isoladamente ainda convivía com o regime de escravidão, assim este assunto tomou conta da agenda política brasileira, suscitou inquietações contrárias e, por conseguinte o regime foi se decompondo. A guerra contra o Paraguai em 1865 foi outro fator, que impulsionou também o fim da escravidão, posto que a falta de homens que pudessem ser recrutados obriga o imperador, cuja política é contrária ao fim da escravidão, a enviar escravos para o seu regimento (PRADO JÚNIOR, 1981).

No início, a lavoura cafeeira utiliza-se de mão de obra escrava e imigrante o que gera um novo problema, a convivência entre estes tipos de trabalho tão diferentes. Vários fatores contribuíram sobremaneira para o fim da escravidão no país, um processo lento devido a fatores internos, à resistência dos grandes proprietários e fazendeiros, em contraposição às sociedades abolicionistas e à própria resistência de grandes massas de escravos rebeldes. Em 1888, o último governo escravista perde seu posto e logo em seguida é assinada a Lei Áurea, finalizando tal regime. Com o fim da abolição dos escravos, a política de imigração, já existente logo após a chegada da família real no país, é reativada (PRADO JÚNIOR, 1981).

A imigração não rompeu totalmente com a condição de trabalho que os proprietários estavam acostumados a oferecer aos escravos e o conflito era iminente, quer pelas condições de trabalho oferecidas a europeus acostumados com o regime assalariado livre, ou devido às relações comerciais dos proprietários com os responsáveis pela vinda da mão de obra livre para o Brasil, esta, muitas vezes, não servia para os trabalhos nas fazendas de café. O governo brasileiro se incumbiu de resolver as questões relativas à vinda dos imigrantes, bem como a sua distribuição

pelo território nacional, de acordo com as necessidades das regiões por mão de obra assalariada. Possibilidades devidas às condições oferecidas aos imigrantes que por aqui quisessem trabalhar, porque lhes foi facultada a escolha de se instalarem, ou não, no país, como proprietários de terras. O trabalho assalariado ainda conviveu por muito tempo com o trabalho escravo, até que a legislação determina o salário fixo e o trabalho livre se consolida no país. A mão de obra necessária para o processo modernizador também foi recrutada entre as massas, naquele contingente populacional de pessoas que não encontrava na Colônia um espaço social, os vadios e depauperados. É nesse contexto histórico que as massas formarão posteriormente o proletariado urbano e encontrarão um lugar social. Porém, a sua inserção no processo de produção não foi suficiente para que no país fosse criado um mercado consumidor que pudesse alavancar internamente a sua economia. A ausência de condições objetivas era desfavorável ao processo de industrialização no país, o que já ocorria nas economias mais desenvolvidas. Internamente, o país não alcançara um mínimo de amadurecimento político e econômico para inserir-se neste processo devido à sua função no sistema econômico mundial, servir aos países industrializados com matéria-prima barata e importar produtos industrializados, logo seria impossível se libertar das importações e concorrer com os produtos industrializados no mercado mundial. Desse modo, o ciclo capitalista, de fato, aqui não se realizou, nem poderia, preso como o país estava ao seu passado colonial, a uma sociedade que nasceu atrelada aos objetivos alheios, originados de fora. O caráter sistêmico da economia capitalista continuou a determinar o lugar do país neste novo ciclo capitalista conduzido pela industrialização (PRADO JÚNIOR, 1981).

A industrialização ocorrida na Europa, se não permitiu que o país acompanhasse tais acontecimentos numa posição privilegiada, impulsionou mudanças nos padrões de vida de certas classes sociais e estimulou um surto modernizador. A construção de estradas, o desenvolvimento das comunicações, a mecanização das indústrias rurais e a criação de algumas manufaturas foram, dentre outras, algumas mudanças que caracterizam este novo momento, fato possível devido ao afluxo de capital estrangeiro, sobretudo o inglês, para o país.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil dá seus primeiros passos rumo a um país capitalista, inserido que estava na vida moderna financeira e o fez com o apoio do Estado e do capital internacional (PRADO JÚNIOR, 1981).

A despeito da nossa dependência econômica, o café, como já frisado, sustentou a economia e, sobremaneira, o ciclo modernizador favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas no país nos últimos anos do Império e, principalmente, nos primeiros anos da República. Fatores possíveis pelos condicionantes internos e por causas de ordem externa, por exemplo, a abertura

comercial para o café brasileiro e para muitos produtos agrícolas. O advento da República vai marcar o fim de um período e o início de um novo modo de vida balizado por ideias liberais, que se ajustam às condições socio-históricas do país. Surge a figura do homem de negócios, aquele que não tivera no Império condições de sobrevivência e que objetivava o enriquecimento como um valor em si. As finanças internacionais¹⁶ agora participam diretamente da vida econômica do país, sem as quais a cultura do café não seria possível (PRADO JÚNIOR, 1981).

A abertura comercial para outros produtos agrícolas tropicais do país, um espaço para exportações de produtos como o cacau, a borracha, o mate, foi um paradoxo diante da decadência de gêneros alimentícios, que suprissem a necessidade do mercado interno, tornando-o dependente das importações. Tal situação não representava um problema diante das compensações, devido às exportações do café, um produto tão vendável no mercado internacional até antes de 1929; é neste momento que o país se torna um grande produtor de matérias primas e gêneros tropicais, o que traz um problema para o país que se dedica exclusivamente a este objetivo, a consequência é a queda da produção de gêneros para o consumo interno, isto obriga importar de fora artigos para alimentar a população; uma anomalia para um país agrário (PRADO JÚNIOR, 1981).

A dependência do mercado externo tanto para as suas exportações quanto para as importações, e com isto a ausência de um mercado interno que pudesse sustentar o país em um momento de crise, constitui um grande problema para a sua economia, subordinada que estava aos condicionantes de ordem externa. Contudo, são os fatores contraditórios de ordem interna que contribuirão posteriormente para a diversificação da economia.

Todas as modificações decorrentes da vinda da família real para o Brasil suscitaram muitos conflitos de ordem política interna e externa, exclusivamente para Portugal que presenciou a derrubada de seus privilégios. São inúmeras frações de interesses insatisfeitos que se manifestaram e explodiram em conflitos, revoluções, embates de toda ordem e que impulsionaram mudanças na estrutura de poder no país. É só com a crise de superprodução em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York que o preço do café cai drasticamente e a economia no país

16 E não poderia ser de outro modo, sobretudo pela sua posição no sistema capitalista, dentre outros motivos, e pela inexistência de um sistema financeiro que pudesse garantir financiamentos para a produção do café. Segundo Tavares (1998), a reforma no sistema financeiro no país é feita somente a partir de 1965 quando são criados novos instrumentos financeiros, tais como: as cadernetas de poupança, a correção monetária, letras de câmbio dentre outros. Outrossim, o capital financeiro ainda não tinha centralidade no acúmulo de capital, o que só ocorre a partir da década de 1970, quando foi estabelecido duas formas de dinheiro, ou seja, o papel moeda e o depósito à vista e o dinheiro corrigido monetariamente. Este último desencadeou a ciranda financeira no país devido à venda de títulos públicos pelo Banco Central, o que levou a um processo inflacionário e com ele o aumento da dívida externa.

é abalada, o que a torna insustentável devido à dependência de um só produto e a inexistência de substitutos que pudessem representar o país em época de crise.

As massas, por seu turno, desde a chegada da corte portuguesa ao país, não conseguiram inserção na agenda política, quer pela sua heterogeneidade, quer pelo fracasso das suas lutas decorrentes de um projeto ideológico que pudesse envolver a sociedade e responder aos seus diversos interesses, a despeito de sua resistência e de várias tentativas de tomada de poder.

O Estado, por sua vez, herda do passado seu poder discricionário sobre a economia, enquadrado que está no sistema imperialista, e isto limita o nível tecnológico e a capacidade produtiva interna a fatores contingenciais externos. Não houve um processo revolucionário capaz de romper com a estrutura política do passado em que, vinculados aos interesses em explorar a Colônia, burguesia e Coroa se unissem para tal objetivo. Mas cabe a esta o controle dos empreendimentos econômicos. O Estado herda deste passado esta relação entre interesses privados e interesses particulares, cria-se uma burguesia que se vincula ao Estado com influência sobre o desempenho de suas funções e, assim, garante seu favoritismo e seu enriquecimento às custas do aparelho estatal (PRADO JÚNIOR, 2004). A forma capital no Brasil finca suas bases numa estrutura organizada para um tipo de capitalismo na sua forma mais violenta, posto que não rompe com o modelo escravocrata aqui já enraizado, pelo contrário, incorpora a precariedade da forma de vida colonial e aí se instaura¹⁷. Se o país não vivenciou um processo revolucionário nos moldes da passagem clássica do feudalismo para o capitalismo, isto se deveu ao fato de já estar inserido no modo de produção capitalista numa posição de submissão frente à economia mundial e é preciso destacar que a sua inserção enquanto possibilidade de negação da condição de colônia deveu-se principalmente, às necessidades das economias centrais. Assim, os fatores de ordem exógena impulsionarão o país, não poderia ser de outro modo.

Uma sociedade em que a sua funcionalidade, como se demonstrou, guardava dependência do trabalho escravo, e as relações de dominação se dariam, a despeito da importância que este tipo de trabalho teve no processo de valorização do valor, negando o seu caráter humano, o que esperar então, do trato desta sociedade com os que estavam fora dos processos de relação de produção? A desumanização para com estes grupos era a regra social e, como tal, não fora extinta das relações sociais. As massas, os inadaptáveis, os que não cabiam na estrutura social do Brasil Colônia, como irão sobreviver nesta estrutura social? Diante da barbárie que tomava conta das relações sociais, a caridade, a subserviência à aceitação de qualquer atividade laboral, fora das relações entre senhor e escravo, era o que sobrava às massas supérfluas.

17 Ver a esse respeito: FRANCO (1979).

Até 1930 a questão social ainda não se colocava para o Estado e era enquadrada na maioria das vezes como caso de polícia (SPOSATI, 1995). Desse modo, a assistência aos pobres era prerrogativa da Igreja Católica¹⁸, realizada por meio de ações pontuais através de suas obras sociais e filantrópicas, dependentes da ajuda do setor privado (MESTRINER, 2001).

c) O que mudou com a República?

A República se instaura unindo os interesses dos cafeicultores das oligarquias regionais em apoio ao governo central e a negação de uma nova forma de organização política que envolvessem os interesses da população. O surto modernizador proporcionado pela economia cafeeira deslocou para aqueles que seriam os agentes dos novos tempos, os cafeicultores, o poder de gerir os interesses da nação. Cidades como Rio de Janeiro já com uma fisionomia moderna se tornaram o grande exemplo a ser seguido pelo país afora, afinal se encontravam inseridas na ordem capitalista, o que legitimava o Brasil como um país do futuro. Não obstante o cenário modernizador, o tempo não transcorria para todos com a mesma velocidade, o marasmo nas cidades do interior é emblemático, com seu ritmo parado à margem do tão comemorado progresso (NEVES, 2001).

O autor supramencionado denuncia a crença no tempo histórico linear e na ideologia do progresso, por impedir uma visão mais lúcida menos cega diante das transformações ocorridas. Havia uma espécie de religião onde todos cumpriam os rituais da fé e é neste clima que a República aqui se instaura. O surto modernizador ao invadir o país e ocorrer em centros urbanos como o Rio de Janeiro – ainda que não fosse possível naquele momento uma análise mais detalhada do que representaria para um país periférico importar valores culturais de terras longínquas – foi fundamental para disseminar o caráter sistêmico do moderno sistema produtor de mercadorias. Isto foi importante, do ponto de vista do capital, porque criou a ideia de que todo o resto do país poderia avançar rumo a este modelo e desse modo, o sistema teria possibilidades de avançar continuamente. A possibilidade de acesso às técnicas que dinamizassem a vida e promovessem

18 É importante destacar que até 1889 essa ação social da Igreja se confundia com a do Estado. Até então Estado e Igreja constituíam um poder indissociável. A separação entre Igreja e Estado, no Brasil, só se estabelece com a República. Essa separação foi efetivada no dia 7 de janeiro de 1890, pelo Decreto nº 119-A e constitucionalmente consagrada desde a Constituição de 1891. Em abril de 1911, o Governo Provisório da República promulgou a Lei de separação do Estado com as Igrejas, em que estabelece que a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares (art. 2, Decreto 20 de abril de 1911).

melhores condições para a população, sem dúvida nenhuma, seriam bem vindas, e porque não poderia deixar de ser? O moderno sistema produtor de mercadoria se instala no país com o desenvolvimento apenas dos centros de irradiação e a impossibilidade de ocorrer no resto do país. O caráter sistêmico, de um mundo que se reconfigurava sob o domínio das nações imperialistas que avançavam com seus produtos rumo às novas nações, modifica sobremaneira, o mapa político do mundo, contudo, o Brasil continua no seu lugar de país periférico, dependente, agora muito mais, dos interesses dos norte-americanos, uma vez que acompanhou as mudanças do centro do sistema. Toda forma de oposição a este novo momento era sinônimo de atraso, de tradicional, de retorno a uma situação que ninguém queria mais vivenciar, assim deveria ser expurgada violentamente. Como exemplo de movimentos urbanos e rurais tem-se: Revolta da Vacina, Canudos, Contestado e Revolta dos Marinheiros, vistos como desviantes, expressão violenta de um tempo passado, atrasado e bárbaro (NETO, 2013).

O movimento republicano utiliza estratégias de divulgação das suas ideias, se organiza em partidos políticos provinciais, elege deputados, mas sem perspectivas do que seria o depois, sobretudo para o povo, aquele que de nada receberia deste novo momento. O governo republicano estrutura a economia ao criar bancos, ao autorizar a emissão de mais papel e dinheiro em relação ao que já existia no Império, reformas que, por seu turno, induziram a especulação desmedida que ficou conhecida por encilhamento¹⁹, o que levou à crise de 1891, sanada dois anos depois. A despeito da crise em decorrência da especulação desenfreada, foi o processo de financeirização que promoveu a industrialização no país, ao lado da exportação cafeeira, conforme já colocado. Os primeiros anos da República foram marcados pela efervescência política, em que os militares vão imprimir sua marca pelas mãos de Floriano Peixoto que instaura a ditadura militar, os conflitos de ordem interna e externa ficaram mais acirrados, sobretudo os de ordem econômica. Em 1897 foi negociada uma moratória em consequência da insolvência do país. A República, desde os seus primeiros anos, teve que enfrentar uma crise econômica, e somente com o presidente Campos Sales, as bases de um governo são lançadas pela proposta de unificação dos interesses dos cafeicultores com os interesses republicanos. O Governo se apoia no Federalismo, apoio direto dos governadores dos Estados, instaura uma política de favores cujas bases eleitorais são hierarquicamente centralizadas na figura do coronel (NEVES, 2013).

O surto do café dinamiza a economia, impulsiona o processo

19 Sobre o encilhamento ver: FILOMENO, F. A. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 135-171, abr. 2010.

modernizador, mas não impede a fragilidade da economia. Esta, evidentemente, não se sustentaria em apenas um produto, sobretudo pelo caráter dependente das exportações que a despeito do seu alto valor no comércio internacional estava sujeita, como qualquer outro produto, às oscilações do mercado. Era impossível combater a superprodução do café, logo, manter o modelo agroexportador era inviável, pela impossibilidade de se forçar a alta do produto e reduzir a sua expansão, acrescidos da dependência econômica para sua própria expansão e a implantação de indústrias no país. É interessante notar que, a despeito das crises, o café demonstrava ser um produto forte economicamente – fato ilustrado pelo que ocorreu entre 1897 e 1900 – numa conjuntura de crise, quando houve um incremento na produção, que forçou a baixa nos preços. Após 1900 os preços começam a cair apesar do esforço dos cafeicultores em retirar grandes estoques de circulação para forçar os preços a subirem. O governo, por seu turno, inicia uma política de valorização do café, o que dinamizou a sua expansão e a chamada República Velha reinou absoluta até 1930²⁰, não obstante os recuos entre a Primeira Guerra Mundial, devido à crise internacional. As dívidas, Campos Sales resolve administrando com os credores internacionais²¹. A acumulação industrial a partir de então, se desliga da dependência do café e começa o seu processo de reprodução e ampliação desde seu próprio capital (NETO, 2013).

Neto se contrapõe à linearidade do processo histórico e aplica tal princípio ao processo de modernização do país que, segundo ele, não pode ser confundido com a República. Para o nosso estudo o papel das elites e o trato com as massas irão refletir o que significou o período, e contrariamente ao que o autor invoca no seu texto final, a possibilidade da consolidação de uma República Democrática aqui e agora, não encontra bases reais, pelas discussões que levantamos anteriormente.

d) Considerações acerca do lugar das massas antes da década de 1930

Antes de prosseguir com a discussão sobre a década de 1930, importa-nos compreender o papel das massas considerando a sua centralidade na persecução do nosso objetivo. Isto implica em considerar o caráter inorgânico da sociedade brasileira, conceito utilizado por Caio Prado Júnior, conforme se discorreu anteriormente.

A discussão sobre o lugar das massas nos desdobramentos sócio-históricos

20 Sobre a revolução de 1930 ver: FAUSTO, B. A revolução de 1930: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

21 Sobre o primeiro período de endividamento contínuo no país, ver: ABREU, M. POs Funding Loans brasileiros-1898-1931. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 32, n. 3, dez. 2002. Ver também: SMRECSÁNYI, T. Origens e consequências do funding Loan 1898. Revista Análise Econômica-UFRS, ano 20, n. 38, set. 2002.

impostos à sociedade brasileira, sobretudo no processo de formação nacional, é revelador da sua posição neste cenário. Portanto, discorrer sobre o seu papel é elucidar a sua dificuldade de ter sido protagonista e desse modo, ter se fortalecido enquanto sujeito de direito numa sociedade em que a emancipação política possível está circunscrita ao exercício da cidadania. Reforça-se a importância de seu protagonismo, neste momento inicial, pela necessidade que teriam no decurso histórico de libertarem-se das amarras impostas pelo capitalismo. Desse modo, poderiam, em um momento posterior, negar também esta forma limitada de emancipação que é a sociedade burguesa e construir, coletivamente, uma nova forma de sociabilidade. A questão que aqui nos interessa é a seguinte: qual a possibilidade de emancipação política destas massas, quando da nossa formação nacional?

O Brasil não teria condições de romper com as estruturas arcaicas e se consolidar como uma sociedade desenvolvida nos moldes europeus, isto era impossível pelos próprios elementos legados do nosso processo de formação, dentre os quais Caio Prado Júnior (1976; 2004) e Sergio Buarque de Holanda (1995) destacaram. Ressaltamos que, no momento histórico de construção de suas análises, a dinâmica capitalista era outra e estes foram influenciados pelo momento histórico dado, qual seja, a crença na possibilidade de desenvolvimento do país e, por conseguinte, na superação dos elementos arcaicos impeditivos do sucesso de um projeto modernizador que o retirasse da condição de submissão frente à economia mundial.

A existência do Brasil estava condicionada a relação que mantinha com o Centro, desse modo não dava para copiá-lo sem que o mesmo deixasse de existir e não fazia sentido a sua permanência neste sistema de dominação, visto que havia um lugar neste modelo sistêmico que lhe coube. Por conseguinte, negar o Centro era negar a si próprio, ou seja, negar a sua função estruturante, a de ser Colônia. É nesta relação dialética com o sistema capitalista, que a nação se forma sem que estas condições de negatividade pudessem estar postas. Após a independência, portanto, a sociedade brasileira ainda guarda as características do seu processo de formação explícito no seu estado permanente de barbárie (MENEGAT, 2012).

A possibilidade de libertação das massas, neste momento inicial, seria por meio de um projeto emancipatório que considerasse os seus interesses, conforme estava em curso nas sociedades de capitalismo central. As sociedades europeias centrais fazem parte do ideal de sociedade, que o país almeja, mas não pode participar, pois está excluído deste grupo que se formou norteado pelo corpo teórico iluminista. O Iluminismo não foi uma teoria revolucionária,²² a

22 Salvo honrosas exceções, como J.-J. Rousseau – que, aliás, é pouco iluminista.

participação das massas na construção de uma nova sociedade não foi vislumbrada pelos seus teóricos, pelo contrário, estes acreditavam num processo social evolutivo natural, impulsionado por reformas, porém as massas se fizeram presentes e foram fundamentais para a implementação de tal projeto. Foram protagonistas quando da consolidação do capitalismo, ainda que em uma condição de subordinação e conseguiram inserir-se no projeto modernizador em curso. Projeto este que foi possível nestas economias posto que, a dialética do ciclo produtivo, funcional ao capitalismo, se fechara. As massas europeias tiveram um papel preponderante na dinâmica do capitalismo, pois puderam inserir-se enquanto consumidoras e assim fortalecerem a sua importância, o seu lugar na estrutura social, sendo, então, funcionais ao sistema (MENEGAT, 2012).

Para que o ciclo da produção aqui se fechasse seria necessário criar um mercado consumidor interno que inserisse estas massas no processo produtivo como consumidoras, sem esta dialética a sociedade não teria viabilidade. As massas, no Brasil, não teriam condições de produzir uma outra ação que rompesse com o seu passado quando do processo de formação nacional, a dificuldade deveu-se ao seu baixo nível material e cultural de existência, sobretudo porque foram formadas na rudeza das relações sociais, como já demonstrado, desse modo não tiveram capacidade de ação coletiva que rompesse com tais relações. Evidenciamos a característica do processo de formação brasileiro, algo impositivo, vindo de fora na sua forma mais destrutiva. Grupos que não estavam ligados à exportação ou importação e por isto não desempenhavam funções relevantes; viviam, portanto, uma vida cultural rebaixada, uma vida à margem dos processos em curso. Desse modo, inseri-las num processo como a independência seria algo impensável para esta sociedade marcada pelo esgarçamento das relações sociais, cujo sentido era meramente mercantil (MENEGAT, 2012). Como poderia esta sociedade se autonomizar diante da Metrópole? Como as massas poderiam participar do processo de emancipação política?

A característica inorgânica da sociedade brasileira é incompatível com as teorias iluministas que nortearam tal processo, assim, esta sociedade com tais características deve, portanto, buscar fora desta relação com o Centro respostas para suas questões, ou seja: não sendo o Centro um modelo a ser perseguido, as ideias devem contrastar com o ideal de capitalismo que tanto inspira as análises dos referidos autores. Desse modo, o que deve ser analisado em relação a estas massas é o seu comportamento e daí compreender porque não foram capazes de impor seus interesses e assim terem um comportamento similar ao das massas nas sociedades capitalistas centrais (MENEGAT, 2012). Porque ficaram à margem do projeto emancipatório, em curso nas sociedades europeias, como já se asseverou e não conseguiram romper com um passado em que foram preteridas, negadas em

sua condição digna de existência.

Um dos comportamentos das massas brasileiras é o de serem reativas, ou seja, manterem um comportamento que apenas responde a estímulos vindos de fora, que caracterizam uma falta de autonomia. Com este perfil não teriam condições de alimentar um ódio de classe que lhes impulsionassem a reagir diante da violência sentida ao mesmo tempo em que construiriam um outro modo de vida comum. São essas massas com características reativas que diante de uma tarefa histórica, que poderia ter sido protagonista e, não o faz, pela sua incapacidade de criação coletiva. Pensar que as massas no Brasil poderiam ter tido outro tipo de comportamento que fosse capaz de subverter a ordem social em curso é desconhecer os processos pelos quais ela se formara, a despeito das suas lutas, das suas resistências. As massas, no Brasil, portanto, não fogem à regra do processo de construção histórica da qual fizeram parte, processo em que os elementos que formam tal estrutura são elaborados, como foi assinalado, pelas concepções e doutrinas vindas de fora e no país são distorcidas pela incapacidade de produzir mudanças consubstanciais nas relações sociais. Portanto, não é uma questão de falta de teorias, mas de sujeitos revolucionários que pudessem a partir deste corpo teórico, vindo de fora, modificar o status quo destes grupos que são submetidos à barbárie²³ que tanto caracteriza esta forma social regressiva (MENEGAT, 2012).

As ideias iluministas em curso nas sociedades europeias chegam ao país e se adaptam às condições materiais de vida de uma sociedade escravocrata. Se na Europa tais ideias foram capazes de influenciar as massas a reagirem, a despeito do projeto iluminista, no Brasil, a rudeza das relações sociais, a ausência de um mínimo de ambiente cultural propício para o seu desenvolvimento foram impeditivos de tal projeto. Quem teria interesse em negar as contradições estruturais desta sociedade? E que condições materiais e objetivas estavam postas para que tal projeto tivesse viabilidade? A sociedade, só tardiamente, vai encontrar condições de fazer uma leitura de si própria e, por conseguinte, envolver a coletividade num conjunto de valores que norteiam uma nova sociabilidade. Neste processo, a literatura terá um papel preponderante, posto que a ciência e a filosofia não preencheram tal espaço (ANTONIO CÂNDIDO, 1967).

A construção da nação brasileira, sem o protagonismo das massas e seguramente com a intervenção do Estado paternalista vai interferir negativamente na capacidade de organização destes grupos, que vão crescendo à margem da sociedade. Isto define um modo particular da relação política entre uma burguesia conservadora, diante da necessidade de inserção no projeto modernizador, juntamente com as massas. O Estado se apresenta forte, interventor, sempre se

23 Para aprofundar o conceito de barbárie, ver MENEGAT (2003; 2006).

coloca a serviço do capital, de interesses privados em detrimento de interesses públicos, um Estado que apesar de se formatar como capitalista se distingue dos demais pela sua relação perversa com interesses populares (COUTINHO, 2008).

Como foi demonstrado, é o processo de formação social, nas raízes culturais, que se encontrou respostas para a limitação subjetiva das massas, para a sua incapacidade de cumprir uma tarefa histórica. Ressalta-se o reconhecimento dos movimentos em que estas estiveram inseridas, porém, o que se quer demonstrar é a sua debilidade, fragilidade de construção para além do que estava posto historicamente. Não tiveram condições de romper com o seu passado e a partir deste rompimento inserir-se no processo emancipador, posto pela sociedade capitalista, ficaram fora de tal projeto. Tal postura sinaliza para a sua debilidade e explica sua relação posterior com o Estado. Relegadas a segundo plano serão incorporadas, só posteriormente, na funcionalidade da economia e da política brasileira.

e) A economia brasileira nas primeiras décadas do século XIX e o lugar que coube às massas neste período

A economia brasileira, retornando às nossas discussões anteriores chega ao século XX balizada pelo modelo hegemônico agrário-exportador cujo rompimento com este padrão dar-se-á com a Revolução de 1930, marco inicial da consolidação urbano-industrial, da expansão do capitalismo no país. Uma nova adequação ao modo de produção, que exigirá de seus condicionantes internos a sua realização, ainda que o cenário mundial seja adverso. Com o fim da Segunda Guerra mundial, verifica-se a reconstrução dos países, antes inimigos, uma estratégia utilizada pelas economias desenvolvidas para evitar a expansão socialista no mundo, o que impulsionou a expansão do sistema capitalista na periferia. Os recursos disponibilizados demarcam a importância dos países antes industrializados e que agora precisavam reconstruir sua indústria e comércio. Em contraposição, coube a outros países, como o Brasil, produzir matérias-primas e produtos agrícolas para o consumo externo. O momento é crucial para a economia no Brasil determinando que, internamente, o país se acomode às novas exigências do mercado mundial e, o faz, sem cumprir a agenda clássica do capitalismo: romper com a estrutura social anterior. A crise no país é interna²⁴, decorre das relações de classes, exige

24 Segundo Weffort (1980), a crise oligárquica que culmina com a revolução de 1930 ocorreu entre setores da classe média urbana atrelada ao Estado e os grandes proprietários rurais. Aqueles, não conseguiram legitimar seus interesses devido exatamente à sua dependência do Estado, à sua falta de autonomia, daí não conseguiram firmar-se politicamente, apenas redefinem sua relação no jogo político. Desse modo, limitam a luta pelos ideais liberal-democráticos que defendiam,

mudanças na estrutura de poder e dominação, de um lado proprietários rurais e, de outro, burguesia urbano-industrial. Como o processo revolucionário não tem como natureza a totalidade das relações sociais em conflito, não impulsiona um rompimento com a estrutura social anterior. Deste modo, não mudam as regras do jogo para os proprietários e vendedores da força de trabalho, a relação entre eles é mercadológica e o lucro continua um objetivo a ser perseguido pelos proprietários (OLIVEIRA, 2008).

Ainda que seja exigida uma adequação interna ao modo de produção vigente no país, não se desloca a sua posição frente ao sistema mundial, pelo contrário, guarda-se dependência dos condicionantes externos e não se consegue romper com este quadro, devido a fatores internos já discutidos. A revolução possível limita-se a estrutura de poder enraizada no país e é a partir dela que as mudanças ocorrerão. Quais os condicionantes internos responsáveis pelo lugar que coube ao Brasil neste período? Que papel o Estado assume diante das determinações econômicas impostas neste momento? Qual o lugar das massas neste novo ciclo? Oliveira (2008), faz uma longa discussão sobre este novo momento para inferir, posteriormente, sobre que tipo de estrutura social capitalista coube ao Brasil bem como a sua limitação. Seguiremos suas análises.

O controle das relações externas da economia estava, parcialmente, nas mãos dos proprietários rurais, isto lhes garantia a hegemonia no campo econômico e a manutenção do padrão de reprodução do capital de acordo com seus interesses. Reitera-se que, a economia primário-exportadora tinha como maior divisas a produção agropecuária. As mudanças no cenário internacional, como já sinalizamos, forçam o país a adequar-se à nova conjuntura internacional, o que o obriga a encontrar um substituto para um modo de produção que não mais atenderia aos interesses do mercado. Aqui reside o papel do Estado: institucionalizar as regras do jogo. Mudar a estrutura de poder vigente, em tese, destituir a burguesia rural e substituí-la pela burguesia urbana industrial. Os rumos da economia brasileira, neste momento, dependiam muito mais de como os conflitos internos seriam encaminhados do que, efetivamente, de condições externas. A princípio, interpretar-se-ia que, mesmo se as condições externas, neste momento, não fossem determinantes dos ajustes estruturais internos, elas limitariam as acomodações dos diferentes interesses em jogo. Assim, poderia se pensar também que os condicionantes externos invadem as decisões internas, porque este era o cenário posto para o Brasil, ou seja, um país agrário-exportador, uma crise mundial e um momento em que as condições externas possibilitavam uma adequação no

consequentemente delimitando a sua participação política. Por outro lado, a velha oligarquia também não encontra condições para se solidificar no poder, a despeito de o café ainda se manter enquanto base econômica importante.

modo de produção. Em todo caso, os condicionantes internos, diante da crise econômica mundial e do próprio legado de um passado escravocrata, não teriam um campo econômico para além do que estava posto e, lembrando Prado Júnior (2004), a burguesia agrária também ampliou seus negócios para o setor industrial, de modo que os interesses não eram tão nitidamente antagônicos. Oliveira (2008) vai demonstrar que no Brasil, a burguesia encontra uma brecha para direcionar tais interesses com a ajuda do Estado, como se verá posteriormente, ou seja, como o Estado estimula esta adequação a partir de determinadas bases sociais que sustentam este cenário contraditório.

No que concerne à força de trabalho necessária para a adequação à nova dinâmica do modo de produção, as leis trabalhistas cumprem este papel na medida em que o Estado implementa o salário²⁵ mínimo. Este tem como função equalizar o preço da força de trabalho, para evitar o conflito e manter o pacto de classes entre trabalhadores e burguesia industrial. Portanto, o pacto populista impede as manifestações implementando novas formas de relação entre capital e trabalho. O Estado garante, também, o exército de reserva necessário para o setor industrial. O pacto é providencial, consideradas as condições de venda da força de trabalho herdadas do período desde a escravidão, bem como a sua limitação. Desse modo, o pacto entre classes proporcionado pelo Estado populista vai ao encontro, também dos interesses da então classe trabalhadora que ansiava por uma posição no setor econômico industrial (OLIVEIRA, 2008). A questão que se põe diante do exposto é: qual a proposta do Estado diante do pacto populista, visto que as bases de uma sociedade agrária não são destruídas?

O processo tardio de industrialização no Brasil é potencializado pela transferência de trabalho morto em forma de tecnologia, devido à existência de uma reserva considerável deste tipo de trabalho em todo o sistema mundial. A consequência, dentre outras, é a queima de etapas no processo de reprodução do capital, dentre as quais não esperar que a força de trabalho alcance valores superiores e consequentemente force o capital a investir em tecnologias que economizem os custos do trabalho. Somado às leis trabalhistas, este fato acelerado, distanciou os rendimentos do trabalho em relação aos rendimentos do capital, visto que obstaculizou o crescimento da força de trabalho e a sua consequente valorização. O Estado mantém as relações de produção agrária ao mesmo tempo em que possibilita a acumulação capitalista industrial. No Brasil, não há expropriação da

25 Marx já discutia sobre o papel do salário no processo de acumulação primitiva, nas suas palavras: "A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para 'regular' o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva" (MARX, 1984). Esse aspecto é visto também por Oliveira nesta perspectiva.

propriedade da terra, mas do excedente deste setor, o que o torna a base de apoio, para a passagem para uma adequação à nova dinâmica do modo de produção.

Mantém-se, assim, uma relação dialética entre indústria e agricultura, relação estrutural ao sistema. O setor agrícola teve o papel de suprir as necessidades de alimentação das massas urbanas a baixo custo e o fez sem capitalizar os custos para a indústria. No campo, o preço da força de trabalho era bem inferior ao preço nas áreas urbanas, apoio necessário para a manutenção do exército industrial de reserva, sem o qual a acumulação não seria possível. Processo similar é a transferência de trabalho morto para as lavouras permanentes e as grandes pastagens, repassando assim, capital para os proprietários de terra. É importante assinalar que o processo de industrialização nunca esteve voltado para transformar o campo em um mercado consumidor, seu modelo concentracionista é voltado para alguns setores considerados de ponta (OLIVEIRA, 2008).

O objetivo do Estado populista foi manter as relações de produção agrária, ao mesmo tempo possibilitar a acumulação capitalista industrial e o perseguiu possibilitando os ganhos dos diferentes setores da burguesia. Um “pacto estrutural”²⁶ entre os diversos setores da sociedade, a fim de conformar diferentes interesses o que caracterizou este novo momento de inserção no sistema capitalista pela sua dualidade e singularidade. Convivem no mesmo espaço, a burguesia agrária e a burguesia industrial, trabalhadores do campo e trabalhadores da cidade, numa relação de conformação de diferentes interesses. Tal relação compõe elementos de uma estrutura moderna que se alimenta de uma estrutura orgânica arcaica e desse modo caracteriza a formação capitalista brasileira. Outro aspecto emblemático da simbiose entre estruturas arcaicas e modernas que formatam a economia brasileira refere-se ao setor Terciário. Em tese, considerando o processo histórico de industrialização tardia, quanto mais avançada for a utilização de tecnologia, mais diferenciada a divisão social do trabalho, isto exige uma maior diversificação no setor de serviços que possa dar suporte ao setor industrial e como consequência, maiores investimentos neste setor.

No Brasil não houve, nem legalmente, concessões de créditos a este setor. Os custos de sua capitalização passaram por fora do setor industrial apoiado pela oferta abundante de mão de obra barata. Um setor direcionado para atender a população de baixa renda, para suprir a necessidade de consumo desta população de baixo poder aquisitivo e para isto criou-se uma série de serviços de baixo-custo que esta população pudesse acessar. Este setor, por sua vez, termina por garantir via “padrões não capitalísticos”²⁷ as relações de produção que irão dar sustentação aos

26 Termo utilizado por Oliveira (2008).

27 Termo utilizado pelo autor citado.

setores capitalistas, afinal os trabalhadores do país precisavam consumir a um preço compatível com a sua renda. Estava garantida a reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2008).

Vale, portanto, ressaltar que o país completa o ciclo de produção capitalista e que, por sua vez, parte daquelas massas são inseridas no mercado consumidor, acessando produtos de baixa qualidade, de acordo com o seu poder aquisitivo. Isto demonstra a resposta do Estado a elas. Se no passado estavam relegadas à sua própria sorte, sem adaptação ao sistema, agora, parte delas se insere na estrutura social como força produtiva sem possibilidades de acesso a muitos bens produzidos socialmente e geram riqueza, mas não usufruem dela, ou apenas o suficiente para manter a sua força de trabalho. A dinâmica do capitalismo obedece ao curso histórico do país.

O processo de industrialização no Brasil vai se consolidando décadas posteriores ao mesmo tempo em que o Estado amplia suas funções para dar suporte à economia. Seu papel é o de controlar o processo e garantir infraestrutura necessária para sua consolidação, assim, o automatismo do mercado neste período não funcionou e foi substituído por um estatismo que manteve a lógica do mercado.

Pelas análises feitas até aqui fica claro a função exercida pelo Estado para manter o sistema. No jogo de interesses, de um lado estavam as massas à procura de inserção econômica, de outro, uma burguesia acostumada a se beneficiar dos negócios do Estado e, portanto, continuar tal empreendimento. Benefícios esses, que impediam uma construção coletiva que envolvessem os demais interesses da nação. As massas, que neste processo, começam a ser incorporadas, são cruciais para o desenvolvimento do sistema e formarão o exército industrial de reserva tornando-se mais visíveis com o acirramento das contradições nas relações de produção, como demonstra Oliveira (2008).

O Estado, como discutimos, estimula a implementação das novas bases capitalistas ampliando suas funções com o propósito de regular a economia, para tal deveria organizar os trabalhadores e o faz, segundo a sua posição na esfera produtiva. O cidadão surge no momento de organização do processo de acumulação atrelado ao controle do Estado, orientado pelos ditames da lei. Com relação ao modelo de proteção social implantado de forma restrita no país, por exemplo, este tem sido questionado por uma série de traços que o configura como paternalista, clientelista²⁸, que exclui a participação da população nos processos de tomada de decisão restringindo, na prática, os direitos de cidadania. Assim a política social no Brasil se consolida atrelada a traços de nossa cultura política (GOMES, 2002a,

28 Sobre a problemática do clientelismo na política social, ver WERNECK VIANNA (1988).

2002b). Dessa forma, o direito social se constitui como privilégio, não abrangendo a maior parte da população.

A cidadania foi se estendendo, paulatinamente, na medida em que as profissões foram regulamentadas. Uma cidadania regulada (SANTOS, 1995) que já assinala o caráter excludente e regressivo da intervenção do Estado no campo social (DRAIBE, 1988). Ressaltamos que o processo de industrialização faz emergir demandas das classes trabalhadoras que o Estado começa a atender desde a década de 1920. São profissionais de maior influência política, tal atendimento configura-se como uma estratégia do Estado para limitar a atuação desses segmentos organizados no campo político (MEDEIROS, 2001).

Distinguimos ainda que, as discussões de Draibe (1988) se inscrevem na perspectiva do sistema de proteção social, enquanto as discussões de Medeiros (2001), limitam-se ao campo do Welfare-State. O que neste momento nos interessa é demonstrar que, diante das contradições herdadas de um período escravocrata, o Estado imprime sua marca no controle das relações políticas, no controle não só dos trabalhadores como das massas, e o faz com o objetivo de consolidar o capitalismo no país. As massas são compostas pelos pré-cidadãos, aqueles que não têm ocupação ainda ou vivem na informalidade, ou seja, os marginais e os trabalhadores informais (SANTOS, 1995). As massas formam a ralé, composta de negros e brancos que sobram na estrutura social e que são dominados pela ideologia da meritocracia imposta pelo Estado (SOUZA, 2009). Ainda que em perspectivas diferentes, há um consenso no que se refere à influência do Estado no processo de construção da cidadania (SOUZA, 2009; CARVALHO, 2008). Agora, convém destacar como o Estado resolve a questão das massas no Brasil, após 1930.

O fim do período oligárquico no país é marcadamente a década de 1930. Lembramos o consenso entre os diferentes teóricos, tais como: Caio Prado Júnior (2004), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Chico de Oliveira (2008), Antônio Cândido (1967), Carlos Nelson Coutinho (2008), dentre outros, sobre a efervescência deste momento, no que tange às mudanças políticas econômicas e culturais. Período em que as massas começam a incomodar as estruturas de poder e por conseguinte há uma mudança significativa no trato com elas, ainda que condicionada às relações de submissão ao modelo de sociedade proposto, ao modelo de desenvolvimento capitalista, tendo como seu protagonista o Estado nacional.

A intelectualidade brasileira que, porventura, poderia ter se desenvolvido e se aproximado da realidade, das estruturas sociais desiguais que deram forma a esta sociedade, esteve por longos séculos atrelada à classe dominante e restrita a homens livres que vivenciaram uma Europa em efervescência. Apesar de trazerem

para o país tais ideias, o ambiente era inadequado para que outras propostas de vida social florescessem. Um país de analfabetos e uma burguesia conservadora limitavam a disseminação de propostas ou de projetos que poderiam ter aberto possibilidades de democratizar os recursos e transcender a forma escravocrata que demarcou as relações entre os diferentes interesses em curso (MENEGAT, 2012).

Entre as duas grandes guerras, entre os anos 20 e os anos 30, as massas ganham visibilidade com o movimento Modernista que, ao aproximar-se da vida social, é capaz de apreender os problemas sentidos e consegue enxergá-las. Estas já se faziam presentes e se tornaram um problema para a estrutura social. Portanto, é diante da crise das estruturas oligárquicas que a intelectualidade pôde sensibilizar-se perante o drama a que se submetiam grandes parcelas da população brasileira e assim expressarem seus dilemas (CÂNDIDO, 1967).

f) O lugar das massas no Estado Novo (1937-45)

Um retorno ao Estado populista esclarece acerca do lugar das massas na estrutura da sociedade com a instauração do Estado Novo, discussão que consideramos pertinente, uma vez que através das análises históricas da assistência a esta categoria podemos entender não só a sua relação com o Estado, mas a sua capacidade, ou não, de colocar em evidência a pertinência da concretização dos seus interesses.

O Estado Novo, com o golpe de Getúlio Vargas em 1937, inaugura uma nova forma de atuação do Executivo, este, por sua vez, destrói os resquícios de uma política centrada no federalismo e sepulta a República Velha. Todo o poder é centralizado nas suas mãos e os Estados passam a ser administrados por interventores nomeados pelo Presidente. A forma de administrar, nos moldes de um regime controlado a partir de um aparato burocrático centralizado na sua figura caracteriza este novo momento. Nos seus primeiros anos, os problemas socioeconômicos continuavam os mesmos e as estratégias para a sua solução implicavam uma maior participação do Estado. O café em queda contínua induz ao sacrifício sua produção ao serem queimadas milhões de sacas anualmente por seu turno, a Segunda Guerra Mundial levou o país a diversificar sua produção agrícola e a substituí-la por outros produtos, o que se intensificou pela demanda vinda do processo de urbanização. Estava formado assim, o mercado consumidor no país. A década de 1940 vai marcar um processo de planejamento estatal, o que coloca o país em um outro momento de sua produção, a industrialização, que apesar da pouca relevância, esta fase modifica, sobremaneira, a interferência do Estado na economia (SOLA, 1978).

A interferência do Estado que se intitula provedor dos interesses da

nação, sinalizava a debilidade de uma ou mais classes sociais na estrutura de poder, seu papel assim era apenas de colaboradoras junto ao executivo, não exerciam a sua hegemonia política. Assim, o Estado Novo assume os interesses de diferentes grupos, por exemplo, as oligarquias rurais, ligadas ao mercado externo ou interno e à burguesia industrial, pois ambos se desenvolviam sob sua tutela. Ressaltamos que a burguesia industrial sob a proteção do Estado se encontrava em uma situação privilegiada, era favorecida a impulsionar suas estratégias para o acúmulo de capital, ainda que não se encontrasse em condições para o empreendimento típico do mundo moderno, devido aos seus interesses individuais, o que impedia que selassem seus compromissos de classe com o Estado. Uma situação compreensível visto que, até o presente momento, os interesses das oligarquias rurais não se chocavam com os interesses da burguesia industrial, uma vez que esta se encontrava dependente dos financiamentos advindos da agricultura. A despeito da dependência, a industrialização já era um fato, o que possibilitou a abertura para o debate desenvolvimentista no país. Estes anos, que duram até 1945, quando Getúlio Vargas completará 15 anos no poder, são caracterizados sobretudo pelas suas contradições internas diante da sua estratégia de tentar conformar interesses tão diferentes (SOLA, 1978). As massas começam a ser incorporadas no processo político ao pressionarem o Estado para atender suas demandas. Não dava mais para ignorar grandes contingentes populacionais que se avolumavam nos centros do país em crescimento, devido à implantação do processo industrial e às péssimas condições de vida rural. Isto decorre da crise de poder que começa ainda em 1930, quando do rompimento com as oligarquias rurais e a cidade surge no cenário como uma força política com grande poder de decisão. Diante deste contexto social, o populismo²⁹ é a solução encontrada pelo Estado para capturar as massas e atender às suas demandas. É assim que Getúlio Vargas se legitima. No caso das massas, uma vez capturadas pela estrutura do Estado, representam os interesses de uma determinada classe que não é a sua, uma espécie de submissão a uma liderança política, que na realidade atende a outros interesses. Desse modo, o Estado populista se legitima como um fenômeno típico das sociedades capitalistas, das sociedades de classes (WEFFORT, 1980).

29 Francisco Weffort é considerado pioneiro no estudo do populismo na historiografia brasileira. Para ele, trata-se de uma relação entre um governante com imagem paternal que encarna a personalização do poder estatal, estabelecendo uma relação direta de dependência com o povo prescindindo de mecanismos de representatividade ou de mediações políticas. O autor recusa a ideia de passividade da massa popular brasileira, indicando que o populismo brasileiro não se resumiu a uma mera manipulação ideológica de um povo inexpressivo. Antes, existiu uma pressão popular, principalmente da população urbana, que chegou a surtir efeito, mas a falta de homogeneidade entre a população dificultou a unidade que traria uma representação política necessária. Sobre o assunto consultar WELFORT, F. C. (1980).

O que nos interessa aqui é destacar como as massas começam a fazer parte da agenda do Estado, fato que marca a sua inserção na política nacional. Considerando esse aspecto, só para ressaltar, a burguesia, em períodos anteriores, como já assinalamos, se constrói atrelada ao Estado. Neste momento, o comportamento das massas é similar ao comportamento burguês, no que concerne à luta pela satisfação dos seus interesses, ou seja, espera que o Estado atenda à sua demanda. A sua cobrança frente ao Estado burguês, de certo modo, sinaliza a sua incapacidade de construção coletiva para além do que estava posto historicamente: a dependência dos diferentes interesses do Estado.

O Estado populista se encontra diante de um dilema: atender aos anseios de uma classe trabalhadora que urge pela garantia de seus direitos, pela sua inserção na dinâmica capitalista. Soma-se à classe trabalhadora uma massa ansiosa pela inserção nos circuitos de troca capitalista, cooptada que fora pela ideologia dominante, formavam o exército de reserva e de certo modo se fazia necessária para a dinâmica do capital. Assim, esperava respostas do Estado, a este cabe atendê-la, mesmo que discriminadamente, conforme jogo de forças políticas em questão.

Em 1940, com a implantação do Estado Novo, Vargas resgata a figura da primeira-dama cuja função é assistir aos mais necessitados. Desse modo, sua estratégia política para se manter no poder se completa: ao Estado cabe organizar as demandas da classe trabalhadora, cuja intenção é intensificar o processo de acumulação; e para os que se encontram fora das relações econômicas o assistencialismo associado à figura da primeira dama. Nesse contexto é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA)³⁰, em 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

No passado, as massas tiveram um comportamento reativo, sem autonomia, sem grandes possibilidades de construção e neste momento resistem, se fazem presentes na agenda política, porém não conseguem imputar a si mesmas a possibilidade de construção de uma outra relação com o Estado, posto que foram influenciadas pelo que estava posto na cena política do país. Desse modo, delegam ao Estado um papel que deveria ser seu e disputam com a burguesia conservadora os recursos existentes. Por conseguinte, pela relação paternalista que passam a manter com o Estado, não conseguem mudar a sua posição, de fato, nesta estrutura social. De certo modo, se fracassaram na tentativa de mudar os rumos das coisas, ainda é possível caracterizá-la pela falta de autonomia e pelo comportamento reativo (MENEGAT 2012).

30 A LBA teve como objetivo ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, se tornou um órgão de assistência às famílias necessitadas em geral. A LBA era presidida pelas primeiras-damas. Essa instituição de assistência social foi extinta somente em 1 de janeiro de 1995.

g) O limite imposto à economia brasileira e a formação do exército industrial de reserva

A expansão do processo de industrialização do país, a partir da década de 1950, não se ampara numa base de financiamento nacional, não há capital suficiente para ser transformado em tecnologia, ainda que haja potencial para financiar algumas frações de acumulação. A saída encontrada objetivamente foi recorrer ao endividamento externo e o Estado o faz num momento em que as exportações tinham crescimento quase nulo, o que em tese inviabilizaria esta estratégia. Isto é compreensível, porque a expansão do processo de industrialização no país foi um ato objetivo deliberado pela burguesia. Diante do cenário econômico mundial desfavorável, o país poderia ter optado apenas por manter sua posição na divisão internacional do trabalho, de produtor de bens primários de exportação e assim priorizaria o mercado interno. Mas o caminho não poderia ser este, uma vez que esta mudança esteve condicionada aos processos externos, desse modo é obrigado a encontrar outro caminho, a opção é por crescimento econômico via financiamento externo. A proposta de industrialização de Kubitschek não se sustentaria sem o capital estrangeiro internacional. Sob este aspecto, o controle da indústria brasileira passa para o capital estrangeiro. É mantida a nossa condição de dependência (OLIVEIRA, 2008).

Quanto à relação salário real e acumulação, a dinâmica deste processo foi obscurecida pela ilusão de que a renda média das classes trabalhadoras teve um aumento considerável. Este obscurantismo diante de tal realidade deveu-se ao fato de que as condições do campo eram extremamente miseráveis e o impulso da indústria levou à urbanização do país, possibilitando à classe trabalhadora o acesso a alguns bens duráveis, que até então eram inacessíveis. Confunde-se melhoria de condições de vida com aumento real de salários. A verdade é que durante vinte e cinco anos de industrialização do país o salário real não acompanhou os ganhos de produtividade, o que houve foi uma deterioração do salário mínimo, ao contrário do produto interno bruto que cresceu com exceção dos anos 1962-1963. Situação que reflete a economia do Brasil até 1968. A situação da queda dos salários reais é intensificada quando os custos de reprodução da força de trabalho se mercantilizam, industrializam. Os preços dos serviços necessários às condições de vida na cidade, bem como da cesta básica se reflete no bolso dos trabalhadores com o processo inflacionário. Simultaneamente ao aumento da força de trabalho há erosão do salário real. Inflação essa que não atingia a todos os setores da classe trabalhadora urbana, apenas os setores menos qualificados que não participavam da renda total e não acessavam bens duráveis. É uma crise que não é totalmente uma crise clássica de realização e culmina em 1964, com o rompimento do pacto populista pelas

massas trabalhadoras que se unificam. O Estado perde sua capacidade de mediar o conflito e manter o equilíbrio econômico, não há viabilidade política para o crescimento econômico (OLIVEIRA, 2008). Neste ponto, faremos uma referência ao papel da ditadura militar no processo de reprodução do capital, ressaltando que tal interferência é pertinente, posto que reforça a tese de Oliveira (2008) que retomaremos em seguida.

Os processos políticos engendrados no Brasil durante a ditadura militar fortaleceram a condição de dependência ao capital internacional, a industrialização, portanto minou a possibilidade de nos emanciparmos da condição de país subdesenvolvido, dependentes do capital internacional. A aliança entre burguesia internacional e “sua correspondente nacional” coroa este momento. A ditadura militar se constituiu como um instrumento do capital internacional na persecução do seu objetivo, a valorização do valor, e o fez por meio da ideologia desenvolvimentista envolta em um nacionalismo que se amparou no crescimento econômico, via industrialização, por conseguinte foram beneficiadas no plano interno, as classes médias e altas da sociedade, e no plano externo, a burguesia internacional (CAMPOS, 2009).

O marco da consolidação do capital internacional no país se inicia a partir da segunda metade da década de 1950 quando as multinacionais invadem o mercado interno, no momento em que a conjuntura internacional, em plena Guerra Fria, reclamava uma aliança forte com a burguesia nacional, como garantia para a manutenção da reprodução do capital. A conjuntura exigia que o capital das grandes corporações encontrasse aqui uma política econômica que favorecesse aos seus interesses. Não foi difícil conseguir o pacto, mas a possibilidade de uma economia estatizada minaria seus objetivos, assim precisava de uma garantia legal que desse continuidade à consecução de seus interesses, o que se concretizou com a anuência do Estado ditatorial.

O período se caracteriza assim, pela dominação do capital internacional, europeu e americano, e pela subordinação da política econômica do país, do Estado, às multinacionais. O golpe militar de 1964 financiado pelas multinacionais foi providencial, uma vez que minou a inquietação da sociedade em controlar a economia nacional. Neste momento identifica-se uma tensão o que poderia ter sido a etapa de um processo revolucionário, na medida em que o controle sobre o capital nacional poderia ter vencido os interesses da burguesia internacional e de sua representante no país. Havia uma tensão posta entre as forças nacional-popular e o “complexo multinacional”³¹. Para este, a política do Estado brasileiro seria impeditiva da contínua retirada do país de parcelas significativas de lucros,

31 Termo utilizado pelo autor.

assim, a possibilidade de João Goulart ascender ao poder e manter uma política estatizante afetaria diretamente os seus negócios. A condição legal para manter a economia brasileira funcionando a seu favor era de fundamental importância para estas multinacionais, daí o golpe ter sido um instrumento propício a manutenção da reprodução do capital, em um momento, em que os processos democráticos, as massas na rua, sinalizavam o fim de seus objetivos.

A “Lei de remessas de lucros” – João Goulart só sanciona dois anos depois, cauteloso que estava quanto ao acirramento dos conflitos sociais – antecipou o golpe de 1964. A política econômica depois do golpe muda drasticamente, uma vez que restringe o financiamento às áreas sociais o que limita o gasto público, dentre outros, e o arrocho salarial, política que atingia diretamente as classes populares. O golpe militar representou aquele nexos funcional que manteria a economia brasileira na condição daquilo que sempre fora, um país dependente dos condicionantes externos. As medidas liquidaram, dentre outros dispositivos os impeditivos ao capitalismo imperialista, como o fim de medidas discricionárias ao capitalismo financeiro, o que facilitou o seu trânsito no país e o acesso ao sistema de crédito internacional. Assim o país entra em uma nova fase de endividamento externo, e intensifica o processo de remessas de lucros para o exterior, o que debilitou ainda mais a sua economia (CAMPOS, 2009).

As análises de Campos (2009) reforçam a condição de dependência do Brasil ao capital internacional e a sua condição de país de economia periférica e dependente, conforme tese de Oliveira (2008).

O Estado cumpre o papel de financiar e controlar o sistema para que a acumulação de capital durante a consolidação do processo de industrialização no país se realize. O populismo que o caracteriza não evitou a quebra do pacto de classes pelo acirramento das contradições entre trabalhadores e burguesia industrial, desmistificando o seu papel de conciliador dos demais interesses, o que de certa forma obscurecia de fato o seu papel face às mudanças econômicas e sociais, pelas quais passava a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2008).

Diante do exposto, as massas, em oposição aos períodos anteriores, paulatinamente, poderão ser incorporadas ao processo de produção, posto que, agora, formam um contingente fundamental para a consolidação do capitalismo, compõe o exército de reserva, são importantes para o ciclo do capital, para a desvalorização da força de trabalho necessária para manter a nova forma que se instaura. Elas agora se tornam visíveis, fazem parte da agenda do Estado e o Estado populista as captura, conforme já discutimos.

O quadro diante do golpe militar até 1967 era de inflação e recessão. O Estado, por sua vez, tenta restaurar o equilíbrio econômico via investimentos públicos e privados e o faz repassando os custos às classes baixas, na medida em

que procura não transferir tais custos à produção. Estes são transferidos à classe trabalhadora caracterizando o período pela alta concentração de renda.

O Brasil chega à década de 1970 com uma concentração de renda ainda maior do que no período que o antecedeu até 1964. Uma década marcada por uma política que impossibilitou uma redistribuição de renda aos diferentes estratos da classe trabalhadora, visto que a transferência dos ganhos obtidos é destinada à acumulação e não ao consumo. Transferência que, paulatinamente, possibilita ao setor financeiro produzir altas taxas de lucros e competir com o setor produtivo pelo capital. O que deveria ser um mecanismo impulsionador da economia se torna o contrário, não potencializa o crescimento da economia real, limita-o. A acumulação real encontra seu limite. Diante de tal situação, resta ao governo recorrer aos créditos externos num processo infinito e intensificar a exploração do trabalho a fim de evitar o colapso da economia, afinal, o valor precisaria se valorizar. A fórmula D-D' é que vai dinamizar a economia brasileira a partir deste momento.

O lugar que coube ao Brasil no sistema econômico mundial a partir da década de 1930 até 1970 analisado por Oliveira (2008), desmistifica a perspectiva de que um dia o país possa fazer parte do grupo de nações capitalistas desenvolvidas. O referido autor termina suas análises inferindo que o subdesenvolvimento é uma estrutura capitalista, deste modo o Brasil não tem possibilidades de dar saltos que o impulsionem para o grupo das economias centrais. Aqui estão presentes elementos herdados, historicamente, de um passado em que as forças políticas de resistências não romperam com tal legado. Deste modo, o autor faz uma analogia da forma capitalista que nos coube com um animal sem forma, disforme, o ornitorrinco. O subdesenvolvimento é uma estrutura capitalista, portanto, o capitalismo toma uma forma aparentemente mal acabada que não é nem moderno nem arcaico e são tais características, a despeito de sua contradição, definidoras das estruturas sociais aqui enraizadas e que, amalgamados, tais elementos constitutivos impediram o desenvolvimento do país, chance que já não existe mais.

O paternalismo, o autoritarismo, o clientelismo, a centralização financeira e política que demarcaram, como demonstramos, as características do Estado brasileiro, se expressam também no padrão de resposta do sistema de proteção brasileiro. A cronologia para caracterizar, nos marcos do sistema de proteção social, o reconhecimento e consolidação da questão social no Brasil, é a seguinte: de 1930 a 1943, o Estado reconhece a questão social ao assumir a assistência social na sua agenda; de 1930 a 1943, o sistema de proteção social vai se edificando e de 1930 a 1970 tal sistema se consolida. Toda a consolidação do Sistema de Proteção Social se dará pela premissa de que é através do trabalho que cada indivíduo, por seu mérito, será inserido no mercado, cabe, portanto, as políticas sociais sanarem as

distorções que porventura podem ser geradas pelo mercado e pela incapacidade dos indivíduos, expressas nas desigualdades de oportunidades (DRAIBE, 1989).

h) Algumas inferências acerca da posição do Brasil no cenário econômico mundial

O capitalismo que nos coube caracteriza-se pela dependência econômica, por uma estrutura que se constrói sem romper com um passado escravocrata, pelo contrário, são tais elementos que caracterizam a sua particularidade. Uma sociedade que se ergue pela submissão, pelo centralismo, pelo patriarcalismo, pela naturalização das desigualdades, pela subserviência, assim se caracteriza pela barbárie que ao longo de todo o processo vai se atualizando, por exemplo, a forma como o Estado responde aos interesses das massas, que no primeiro momento, não cabem na estrutura escravocrata e posteriormente sobram na sua estrutura. O caráter sistêmico do capitalismo expresso na função do Estado periférico se manifesta sobremaneira, na sua forma de atuação junto às massas.

O Estado burguês ao se consolidar herda valores arcaicos incorporados a valores modernos, que considerando o trato com as massas, se materializa nas políticas que a elas são destinadas. Seus interesses são negados desde a sua formação, quando não faziam parte de tal estrutura. Afinal, o que fazer com os que sobram? A ideologia meritocrática tem seus limites, contudo, o reforço à caridade resgata os valores de uma sociedade irracional, que nega a racionalidade dos padrões modernos assegurados no campo do direito. São estes valores modernos que serão impossibilitados de aqui se incorporarem e assim, impulsionarem o jogo político considerando os interesses dos subalternos, a despeito das suas lutas e resistências. Desse modo, os conflitos sempre foram “resolvidos” de cima para baixo, sem a participação política que envolvesse as massas na trama dos diferentes interesses.

Os valores modernos aqui se instalaram apenas de maneira ideológica, atendendo aos interesses de uma burguesia que se forma atrelada ao Estado. As políticas sociais, portanto, trazem consigo esta marca indelével de um passado que se reatualiza pelas práticas sociais sem revolucionar o seu conteúdo. As massas nunca foram inseridas na estrutura da sociedade como partícipes de um projeto social, sempre ficaram à margem.

As estruturas econômicas são delineadas pelo que há de arcaico e moderno e se plasmam na estrutura política que é o Estado, assim, as ações deste Estado, as políticas sociais, estarão marcadas por estes aspectos. São as estruturas modernas que caracterizarão as políticas para os que estão nos circuitos de troca capitalista, pela venda de sua força de trabalho e desse modo por todo um sistema de proteção que os incorporem, em contraposição, aos que estão fora destes circuitos resta-lhes

a caridade, a filantropia e o assistencialismo, traços do que há de mais arcaico no trato com as massas. O período de Vargas vai demarcar o campo de atuação do Estado pelo assistencialismo que o caracteriza e demarcará as políticas sociais no país.

A sociedade brasileira, desde o seu processo de formação, se inscreve no sistema capitalista em condição de submissão face às estruturas capitalistas centrais. O seu lugar na economia, pelo caráter sistêmico de tal estrutura, o limita à condição de país subdesenvolvido. O subdesenvolvimento, portanto, é também uma estrutura capitalista e, como tal, não é uma etapa a ser vencida rumo ao desenvolvimento, pelo contrário, é uma posição dentro de tal estrutura que, ressaltamos, já sinaliza para o seu limite. É no campo do limite econômico que as massas vão se avolumando e cobrando do Estado a sua parte, o seu quinhão, de um Estado, que lhe atende paulatinamente, considerando as suas configurações herdadas de um passado e que somadas às contradições, que vão se pondo no campo econômico determinam as suas respostas. É neste processo que surgem os programas de transferência de renda, como veremos posteriormente.

Como demonstrou Oliveira (2008), o crescimento da economia brasileira também encontra sua demarcação na década de 1970, isto demonstra o caráter sistêmico do capitalismo bem como a nossa posição, ou seja, os limites já estavam dados no centro do sistema muito antes de aqui começarem a dar sinais de existência, porém, o seu impacto é mais forte em economias subdesenvolvidas como a nossa.

2.2 Persistem os limites da economia brasileira

As estatísticas sobre o crescimento da economia, apesar de informarem sobre o seu bom desempenho, não negam a dificuldade de se manter o crescimento econômico, apesar de a questão de fundo que baliza as referidas discussões ser a própria instabilidade do sistema capitalista. Destacamos que isto não invalida admitir que apesar da crise haja certa expansão de alguns setores das chamadas economias emergentes como o Brasil, mas, indaga-se sobre a possibilidade deste crescimento ser forte o suficiente para atingir, positivamente, por um longo espaço de tempo, a maioria da população economicamente ativa do país, as massas. A contradição revelada pelas estatísticas, considerando os dados gerais já demonstrados, ilustra a dificuldade, a complexidade que é mensurar a economia, contudo, consideradas as discussões sobre o limite da forma, que fizemos no capítulo primeiro, nos possibilita inferir de maneira negativa sobre a nossa indagação.

Segundo estatísticas sobre o nível de atividade das regiões metropolitanas do país – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto

alegre –, na primeira metade de 2011 houve uma continuidade do crescimento da economia, contudo, em menor ritmo. Ressaltamos que este quadro não se generaliza demonstrando disparidades regionais, situação que não impede inferir que, em geral, houve um bom desempenho da economia na geração de novos postos de trabalho e também nas condições de emprego, como por exemplo, a diminuição da taxa de desemprego e da informalidade (IPEAa, 2011).

Ainda no que se refere ao ano de 2011, os valores absolutos de trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada foram de aproximadamente 682 mil novos contratos, dados que demonstram um aumento de 6,2% em relação a 2010. Quanto à informalidade, estes valores são também positivos, na medida em que se considera anos anteriores, quando o nível de informalidade da população, no primeiro semestre de 2011 chegou em junho, a 35,6% representando uma queda de 1,66% em relação a 2010. Os 35,6% foram o menor patamar já registrado para o período desde 2003 sendo que, a taxa registrada para a primeira metade de 2011 representou uma queda de 3,6 (p.p) desde 2008 (IPEAa, 2011).

Como já foi demonstrado, apesar da crise, o país ainda nesse período consegue manter seu crescimento, o que não se pode comemorar porque essa circunstância revela uma situação conjuntural, logo, as estatísticas não garantem a persistência de tal posição, isto é uma incógnita. Ademais, os dados estatísticos oficiais, apesar de indicarem alguns pontos positivos, não são capazes de reverter os efeitos perversos sobre o quadro de desigualdade persistente no país. O fato de o Programa Bolsa Família atender cerca de 13.000.000 (treze milhões) de famílias em 2012 – note-se de famílias e não pessoas – já desconstrói a positividade dos dados estatísticos, pelo menos no que concerne a este público.

Por conseguinte, a questão no Brasil é singular, posto que, embora o país consiga crescer isto não modificaria a estrutura interna desigual que o caracteriza. Estudos comprovam que se o Brasil conseguisse distribuir renda similar ao Uruguai com os recursos existentes no país, o número de pessoas pobres seria reduzido de 35% para 12%. Assim, não basta só que o país cresça. É fundamental que haja distribuição de renda, portanto, a distribuição se torna fator mais importante no combate à pobreza do que efetivamente o crescimento econômico (BARROS et al., 2000). A despeito do ritmo acelerado com que a desigualdade vem sendo reduzida no país no quadriênio 2001-2005, momento em que o país conseguiu imprimir um dos ritmos mais acelerados de diminuição da desigualdade, ainda assim não conseguiu ultrapassar mais do que 5% dos países no ranking da desigualdade, pois seriam necessários mais de 20 anos, em ritmo de crescimento acelerado, para que o país conseguisse sair desta situação (BARROS, et al., 2007).

O desemprego no país atinge muito mais a população jovem e os que já estão com mais de 40 anos. Quando se considera as várias formas de ocupação e

subocupação estas ficam aquém do que se considera internacionalmente como o mínimo aceitável, os números sobem e atingem 22.000.000 de trabalhadores e destes, cerca de 65%, ou seja, mais de 14.000.000 de pessoas não são consideradas pelos dados oficiais, devido a multiplicidade de formas de precarização nas condições de trabalho (POCHMAN, 2004). São os sobrantes, os destinatários dos programas sociais, os mais vulneráveis social e economicamente. Incluem-se nesta conta os beneficiários do Programa Bolsa Família. E aqui reside um problema de difícil solução: o crescimento econômico em tempos de crise.

Em situação de crise, sobretudo a que assola o mundo desde a década de 1970, as possibilidades de acirramento das contradições, são maiores do que efetivamente uma distribuição de renda mais igualitária, sobretudo no Brasil considerando todo o legado que contribuiu para a formação do Estado e consequentemente das relações com as massas. Isto só ocorrerá se estas massas puderem organizar suas propostas e enfrentar politicamente a questão, ressaltamos como infere Menegat (2012), na perspectiva de um novo tipo de sociedade, situação que não está posta no país, devido à fragmentação dos diversos interesses em pauta. Destarte, propostas de distribuição de renda diante das sucessivas crises capitalistas correm o risco de se tornarem obsoletas considerando que, em momentos de crescimento econômico não se conseguiu superar o quadro histórico de desigualdades sociais em que se encontra o país, embora as estatísticas demonstrem melhorias, sobretudo via transferência de renda. Ademais diminuir a pobreza não é a mesma coisa que diminuir a desigualdade, isto os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2002-2014) sabem tão perfeitamente que incorporaram o combate à pobreza e miséria extrema e não a desigualdade na sua plataforma de governo.

Conforme mencionado a literatura, com base em dados reais, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Desigualdade que por muito tempo foi e ainda é camuflada pela esperança de que um dia o país possa equiparar-se, economicamente, aos países desenvolvidos. Esperança que no passado se deveu, dentre outros fatores, ao tão propalado ciclo desenvolvimentista sustentado ideologicamente, por diferentes governos e por muitos intelectuais. Estes, confinados ou não nos centros universitários, divididos entre os que priorizaram análises conjunturais e visualizaram momentos de possibilidades de crescimento econômico, e os que criticaram os destinos do país. Esse legado contribui para o entendimento do Brasil na atual conjuntura política econômica e social, o que possibilita desmitificar a máxima de que o Brasil é o país do futuro, um futuro que segundo Arantes (2004) “teima em não chegar”.

O lugar do Brasil no sistema econômico mundial revela uma situação de atraso, frente aos países desenvolvidos, desde então algumas análises resgatam

tal atraso para justificar o nosso futuro desenvolvimento e a nossa inserção no quadro das economias centrais. Salientamos que o momento atual não suporta mais tais interpretações, daí a ideia de que o país pode sair do atraso e se igualar às economias centrais, ou seja, romper com as barreiras impeditivas e avançar rumo ao desenvolvimento, não tem validade empírica.

a) O acirramento dos limites impostos à economia brasileira

O primeiro mito fundante da nacionalidade brasileira desvela um otimismo negador das etapas determinantes do processo, em que o atraso brasileiro seria uma vantagem. Mito encontrado nas explicações de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais e ainda presente no imaginário brasileiro até o final de 1980 alimentando o otimismo de que o país daria certo (ARANTES, 2004).

A retórica do mito fundador inicial já não encontra eco. Se em tempos históricos diferentes fomos o país que não deu certo e o país que deu certo é nesta dialética que ainda somos apontados, para mal ou para bem como o futuro do mundo. A vida empobrecida da classe trabalhadora nos espaços da periferia, ou à margem dos bairros nobres dos grandes centros do país ilustra uma situação existente, não só nos países periféricos como nos países desenvolvidos, como por exemplo, os Estados Unidos onde o desemprego não é mais só uma questão de ordem conjuntural, mas uma realidade que se instaura. A periferia toma conta do centro numa relação dialética que explode em conflitos de toda ordem e o Estado encontra nas políticas sociais a única maneira de tentar contê-los e o exemplo são as políticas de criminalização da pobreza, programas de transferência de renda e as políticas econômicas que deixam intacto o capital rentista.

Diante de tal cenário, observa-se que o Brasil, ainda luta para encontrar via mercado e Estado possibilidades de se encaixar na trama das relações capitalistas, que como vimos já se encontra em estágio de colapso, ilustrada por uma vida social empobrecida. Tal situação não impede alguns teóricos de acreditarem em medidas que poderiam direcionar melhor a economia brasileira, a despeito das estatísticas reforçarem ainda mais a dificuldade para mantê-la em níveis suportáveis. Desse modo, reforça a complexidade que é sair do processo de crise e continuar o crescimento em níveis considerados significativos para sustentar a economia, para o valor se valorizar. Desde a década de 1980 é fraca a participação da indústria de transformação do Brasil no PIB para a América Latina, fato observável quando se compara os dados com a década de 1970. Desde então observa-se a queda da taxa de investimentos no país e a perda da posição relativa dos países subdesenvolvidos na produção industrial mundial, como a queda da taxa de investimentos desde a

década de 1980, intensificada em 2005, e ainda que tenha subido cerca de 16,9% em 2008 e 19% em 2010 e 2011, o país não recuperou o nível alcançado em 1970, que foi da ordem de 25% do PIB; soma-se a isto a crise que agrava estas estatísticas (CANO 2012). Isto reitera nossas discussões acerca da dificuldade de saídas que vislumbrem altos índices de crescimento, que insira o Brasil no rol dos países desenvolvidos.

Ao comparar estes dados com o percentual necessário para o valor se valorizar, que são os 3% (HARVEY, 2011), podemos notar que a produção da indústria de transformação já está para além de agonizante. Esperar que esta produção se afirme para dar continuidade à lógica da valorização do valor é desconsiderar a situação da indústria mundial. O processo de regressividade da produção industrial assinala a relação do país no comércio mundial delimitada pela situação clássica centro e periferia, além de enfatizar a situação negativa também para a América Latina, sobretudo para o Brasil considerando a estrutura das suas exportações para a China, em queda. O Brasil está passando por um processo de desindustrialização, de reprimarização da pauta exportadora, devido ao significativo aumento das importações e declínio das exportações que ocorrem também na América Latina. A saída para o processo de desindustrialização em curso apontada por ele deve ser resultante de uma política interna, que assegure os investimentos na produção, em contraposição à política que tem reprimido os investimentos internos, criado empregos fora do país e estimulado a saída de capital para o exterior. Um outro ponto preocupante é a incerteza, diante de uma eventual crise econômica mundial, da possibilidade de as reservas internacionais conseguirem desafogar a economia (CANO, 2012).

Os dados supracitados desmontam possibilidades de grandes saltos econômicos, sobretudo quando se compara o desempenho da economia brasileira, conforme discussão no primeiro capítulo, especialmente com Brenner (2003) sobre o limite do setor de manufaturados iniciados nos Estados Unidos. Portanto, apostar no processo de industrialização quando a economia já não se sustenta mais nos países centrais é otimismo demais sem base real, afinal, o Brasil teria que superar tecnologicamente tais países e encontrar mercados para os seus produtos o que é inviável, pois o que pode ocorrer são alguns setores da economia apresentarem saldos positivos, mas não o suficiente para dinamizar a economia e consequentemente transformar as massas, como no passado, em exército industrial de reserva.

Uma política voltada para o desenvolvimento é uma decisão de indivíduos. Desse modo, apostar numa possível mudança de direcionamento da política econômica é desconsiderar a realidade. A situação não é tão simples, sobretudo, diante da explosão do processo de financeirização da economia mundial da qual o

Brasil não pôde fugir, pelo contrário.

Como já foi visto no primeiro capítulo, na década de 1970 o excedente de capital procura novos fluxos de valorização, dentre os quais o financiamento de países em vias de industrialização, como foi o caso do Brasil dentre outros países da América Latina. Já discutimos também sobre as bolhas financeiras que provocaram várias crises por todo o mundo sinalizando uma característica da financeirização e é este processo que agora nos interessa entender.

A inserção do Brasil nos processos de financeirização se dará via empréstimos ainda na década de 1980 e, como os demais países da América Latina, foi abalado pela bolha financeira e pelo comando do capital portador de juros. O Brasil cumpre a agenda exigida pelos organismos internacionais e chega à década de 1990 como um país com grande potencial econômico, afinal os juros por aqui, em contraposição à maioria dos países de economia central estavam entre os maiores do mundo, o que levanta a sua credibilidade. Por conseguinte, aparece no cenário mundial como uma potência emergente. O retorno econômico via processos financeiros assegura ao país um ambiente econômico propício à especulação. Como era de se esperar, o impacto da crise chega e a estratégia encontrada para assegurar o crescimento e o consumo interno, ainda que temporariamente é a implementação de políticas de juros baixos. Uma outra estratégia adotada pelo governo foi a abertura do crédito consignado, para aproveitar as oportunidades do mercado interno, isto também se constitui um problema, pois o crescimento econômico é insustentável por esta via (PAULANY, 2010).

Os questionamentos acerca do comportamento econômico do país, sobretudo diante do processo de financeirização da economia – cujos direcionamentos são efetivamente empurrados por condicionantes de natureza exógena, dos quais o país não poderia fugir devido ao caráter sistêmico da economia – evidenciam as respostas do Estado diante da crise econômica e a sua dificuldade em manter o funcionamento do sistema. Este terá que adequar as suas funções a este momento do capital, o de financeirização da economia. Dessa forma, as políticas sociais serão influenciadas diretamente por este processo.

2.3 As políticas sociais pós-1980: os programas de transferência de renda

Como já enfatizamos, apesar de não pretendermos nos restringir às discussões sobre as políticas sociais, nosso trabalho não pode prescindir destas análises uma vez que, através delas podemos entender o movimento da relação do Estado com as massas. O resgate das discussões tem como objetivo demonstrar o quadro de pobreza no Brasil e analisar a trajetória das políticas sociais, com destaque

para o surgimento do Programa Bolsa Família. O nosso objetivo, reiterando o já expressado, é discutir sobre estas políticas considerando as suas limitações ao confrontá-las com a situação econômica em curso.

a) Os anos 1980 e as estratégias para conter as massas: as respostas do Estado que os anos 1990 herdaram.

O fenômeno da pobreza conceituado sob diferentes perspectivas é um indicador para os objetivos das políticas sociais, pois sinaliza o alcance das suas ações particulares, como por exemplo, o Programa Bolsa Família. Em tese, o referido programa visa a impedir a continuidade do ciclo intergeracional de pobreza que, historicamente tem atingido milhares de famílias brasileiras por meio de uma transferência de renda e do acesso a serviços sociais básicos e da assistência social. Há uma infinidade de definições acerca do fenômeno, de tal forma, que precisamos fazer um esforço de síntese para delimitarmos as suas diferentes análises, ou seja: ausência de renda, impossibilidade de atendimento das necessidades básicas (ROCHA, 2005); privação de capacidades (SEN, 2000); violação dos direitos universais do homem (SANÉ, 2004); é sentida, subjetivada e envolve aspectos conflituosos típicos das sociedades capitalistas; a pobreza é multifacetada (BERNARD, 2003).

Porém, não é nosso interesse, discorrer sobre as diferentes abordagens acerca do fenômeno da pobreza e tampouco identificar grupos nessa categoria, pois, o nosso objetivo é o oposto de muitos desses conceitos, uma vez que discutimos o limite da forma mercadoria, das possibilidades de resposta do Estado frente a um público específico, as massas, que como vimos não têm um lugar na estrutura social. Na medida em que há uma impossibilidade estrutural de manter o ordenamento social em um nível de coesão que satisfaça os princípios sobre os quais esta sociedade está erigida, as suas categorias analíticas aos poucos se tornam ineficazes. Ainda que, as análises tentem dar conta da pobreza em sua multidimensionalidade acabarão em algum momento se perdendo na complexidade das relações sociais e por seu turno, perdendo a noção da totalidade do fenômeno.

O momento requer a negação objetiva do ordenamento social em curso, as modernas sociedades produtoras de valor, pois o desemprego estrutural não atinge tão somente aquele segmento, que ao longo do processo histórico cabia na categoria pobreza. Basta que se olhe para os jovens europeus, a chamada “geração perdida”³² – muitos nunca irão encontrar trabalho, a despeito da qualidade da

32 Disponível em: < <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/miriam-leitao/2013/09/11/ CRISE-FORMA-GERACAO-PERDIDA-NA-EUROPA.da/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

sua formação educacional, estes não podem ser categorizados como pobres, em comparação com outros segmentos que se encontram na base da pirâmide social. Há uma complexidade concreta na realidade, que dificulta o conceito de pobreza alcançar determinados segmentos que estão também fora do processo de produção, devido à crise estrutural do sistema.

Não obstante tal categorização, a realidade objetiva aponta, no nosso caso, para cerca de milhões de famílias que não conseguem sobreviver sem a ajuda imediata de uma transferência de renda e para alcançá-las o Estado criou um conceito abstrato de pobreza como uma forma de tentar a todo custo inseri-las na dinâmica capitalista, e o fez porque este é o seu papel, tentar manter o sistema funcionando e resonder àqueles mais atingidos pelo sistema. Tal conceito é necessário pela impossibilidade de atender a todos que de alguma forma se encontram fora do processo de produção, desse modo procura atender aos que mais necessitam de assistência, uma limitação econômica e política do Estado. A isto não podemos nos esquivar. A despeito da limitação do conceito, o resgate que faremos acerca do fenômeno do seu entendimento à luz do desemprego estrutural responde à compreensão da sua discussão, especificamente a partir da década de 1970, corte histórico do presente estudo. Um caminho para entendermos a sua dinâmica, sobretudo no Brasil a partir dos anos 1980, momento em que há uma mudança de rumo da política destinada a atender a população pobre do país. Ressaltamos que, os chamados avanços destas políticas limitam-se especificamente ao seu campo de atuação, à maior participação dos beneficiários no desempenho das políticas, à sua gestão, enfim, são perspectivas que analisam a realidade sob a ótica de como o Estado deve administrar a chamada questão social, sem negar a forma assumida pela sociedade, a mercadoria. As análises abaixo refletem a perspectiva dos autores e são fundamentais para a compreensão de como as políticas se delineiam, mas reiteramos: para o nosso objetivo serão uma forma de compreendermos a atuação do Estado no gerenciamento das políticas sociais no país.

Ao analisar o quadro de pobreza no Brasil a partir da década de 1980, tem-se uma situação agravante. O Brasil já vivenciava um quadro de pobreza absoluta decorrente da forte concentração de renda e dos altos índices de desigualdade social. Esse quadro implicava que a pobreza crônica, generalizada se instalara no país (ROCHA, 2005). A questão a ser resolvida não se encontrava na relação entre crescimento e igualdade social e sim no combate à desigualdade, uma medida mais eficiente do que o próprio crescimento para mudar a situação de muitos brasileiros, uma vez que havia uma alta concentração de renda nas mãos de poucos grupos (BARROS et al., 2006). Contudo, as dificuldades para modificar a relação de desigualdade são muitas, chega-se a um consenso de que é possível reduzir a pobreza sem interferir na desigualdade, uma vez que o acesso a serviços sociais

básicos pode impactar sobre tal condição. Uma estratégia cabível, consideradas a relação conservadora e a ausência de um projeto que incorpore as massas, de fato como partícipes da riqueza do país. Um mecanismo de controle político e econômico providencial para o Estado: deixar intocável a desigualdade, sobretudo de renda. A década de 1980 já sinalizava também a dificuldade de reduzir a pobreza enquanto insuficiência de renda pelas restrições de recursos, diante de um quadro crítico que se instalara no país. Havia uma dificuldade em garantir políticas que possibilitassem o acesso a serviços sociais básicos e viabilizassem a promoção social dos grupos mais pobres.

A década de 1980 foi um marco para a consolidação da assistência social no Brasil no âmbito do direito. Pela primeira vez na história coube ao Estado garantir assistência às massas que ficaram relegadas historicamente, do chamado mundo do trabalho. A constituição de 1988 institui a seguridade como um direito, daí em diante a Assistência Social, a Previdência e a Saúde formaram os três pilares da seguridade social. O governo brasileiro se obriga, portanto, a garantir direitos em uma conjuntura econômica desfavorável aos gastos, o que se constitui como uma situação paradoxal, uma vez que neste momento necessitaria de mais recursos para custear os gastos sociais. Os anos 1980, portanto só se constituem um avanço apenas na medida em que se desconsidera o papel do Estado nesta conjuntura em que o capital já agoniza sobretudo no país, como inferiu Oliveira (2008). O Estado, pela dificuldade que teria de sustentar uma política de inserção das massas no processo de produção, utiliza-se de mecanismos para fazê-lo através do direito. Isto permite asseverar acerca da luta pela assistência social, de certo modo ter favorecido ao capital considerando que a garantia dos direitos, neste momento, refrearia os ânimos e conseqüentemente possibilitaria ao governo respirar um pouco e começar a implementar estratégias para fazer valer o texto constitucional. O que para muitos seria considerado um avanço político, no plano econômico a questão é mais complexa, posto que isto comprova que a luta por direitos deve ser considerada uma luta limitada à estrutura social. Não há lei que obrigue o Estado a garantir direitos se os seus cofres não o permitirem, portanto a fragmentação das lutas sociais por mais resistentes que sejam são funcionais ao sistema, afinal, por detrás da lei há um soberano e neste caso é o capital. As lutas dentro da forma capital deveriam também negar o componente jurídico-institucional, sob a qual a sociedade se mantém.

Os anos 1980 representam um marco do ponto de vista legal, na direção da consolidação dos direitos sociais. A Constituição de 1988 institui a Seguridade Social como um direito. Assistência Social, Previdência e Saúde formam os três pilares da seguridade social, como já inferido, mas não há uma articulação dessas políticas com as demais. As políticas sociais caracterizam-se pela fragmentação e desarticulação.

Os anos 90 herdaram, portanto, no plano político, o conservadorismo, o patrimonialismo, o populismo e, segundo Sonia Draibe (2003), negam as diretrizes universalistas da reforma social. No governo de Fernando Henrique Cardoso a política de ajuste econômico baseada no modelo neoliberal se consolida. Os ajustes econômicos, a crise fiscal que já era fato, contribuíram para intensificar o problema da falta de recursos financeiros para a área social. Segundo Sonia Draibe, o modelo neoliberal imposto dificultou a reestruturação do Estado do bem-estar social. Dois dos governos desse período, o de Collor e Fernando Henrique Cardoso são analisados pela autora. Ela critica a maneira como as políticas sociais foram tratadas principalmente no governo Collor, cuja gestão foi centralizadora e destrutiva do sistema de políticas sociais. Sonia Draibe (2003) mostra as orientações de efeito negativo deste governo sobre o sistema de proteção social, as quais foram redução do gasto social federal e corte dos programas sociais. A maioria dos programas sociais foi extinto, principalmente os de natureza assistencial. O clientelismo e o patrimonialismo definiram seu estilo de administrar a política social. Observa-se aí um paradoxo, pois as bases em que se assentavam as reformas do sistema de proteção social não se concretizavam, na prática, devido à estagnação dos programas sociais e à deterioração das redes públicas de serviços.

Sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, Sonia Draibe (2003), aponta que, em 1995, o aumento da equidade e da igualdade foram objetivos que estiveram na pauta da reestruturação do Estado do bem-estar social, cuja estratégia de desenvolvimento social repousa na estabilidade macroeconômica e na retomada do crescimento econômico. Diante do desemprego, o governo percebe a importância dos programas de geração de novas oportunidades de trabalho, bem como, a melhoria da qualificação profissional e a garantia da proteção ao trabalhador. No combate à pobreza foi criado o programa Comunidade Solidária, priorizando as regiões mais pobres do país. Houve uma preocupação com serviços sociais básicos universais, que envolveram programas de previdência social, saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento. Ainda sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, especificamente, na área da Assistência Social, não foi criado um Ministério de seguridade social para articular tais políticas. O programa Comunidade Solidária foi implementado na contramão do que ficou definido na Lei Orgânica da Assistência Sociais-LOAS, a Assistência Social como um direito. Ignorou-se, dessa forma, a criação do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Este só foi criado no governo de Luís Inácio Lula da Silva, momento de certa abertura política para implementações de propostas no campo da Assistência Social (PEREIRA, 2007).

Ao analisar as políticas sociais de enfrentamento à pobreza no Brasil, no contexto da crise econômica dos anos 1990, Campos (2005) aponta o seu caráter

contraditório, ao garantir direitos sociais institucionalizados na Constituição de 1988 em meio à crise econômica global, que teve como consequência o aumento do desemprego e uma retração do aumento da renda da população mais pobre. O resultado foi o aumento da demanda por direitos sociais, o que implicou na necessidade de aumento de recursos humanos e financeiros para implementação de ações no campo social. Nesse período houve, segundo o autor, avanços e dificuldades. Ocorreu uma evolução dos gastos sociais, principalmente pelo Governo Federal, gastos que não foram desprezíveis, mas foram insuficientes para garantir o que estava previsto na Constituição de 1988, devido a uma série de medidas adotadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, dentre elas a de utilizar recursos que seriam destinados às áreas sociais para outros fins. Na sua conclusão, Campos (2005) reitera sobre a importância das políticas sociais na década, demonstrando os seus efeitos positivos, que foram capazes de “contrabalançar os efeitos negativos, oriundos do mercado de trabalho”. O que o autor demonstra através de suas análises da década de 1990 é a importância tanto de compreender a questão da pobreza em meio às mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, quanto o papel que o Estado deve desempenhar diante da consolidação dos direitos sociais institucionalizados. Campos (2005) oferece subsídios para se afirmar que ações do Estado, mesmo que fragilizadas diante das inúmeras formas de manifestações de vulnerabilidade a que as populações pobres estão sujeitas, ameniza de alguma forma as diversas carências sentidas. As análises de Campos (2005), portanto, reforçam a necessidade do papel do Estado no enfrentamento à pobreza no país. Algumas ações de combate à pobreza são ilustrativas das respostas do Estado na década mencionada: O Plano de Combate à Pobreza e à Miséria (PCFM), instituído no governo de Itamar Franco, em 1993; o Programa Comunidade Solidária, no governo de Fernando Henrique Cardoso; o Programa Comunidade Ativa, em 1999; o Programa de Combate à Miséria, denominado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 14, posteriormente Projeto Alvorada; a instituição, pelo Congresso Nacional da Comissão Mista de Combate à pobreza (a partir desta comissão foi criado o Fundo de Combate à Pobreza, aprovado em junho de 2001); os programas de transferência de renda denominados Renda Mínima ou Bolsa Escola (SILVA, 2003).

Os anos 90 encerram-se ainda com um modelo de proteção social em que reformas precisam ser discutidas, concretizadas, agora em um cenário com alguns avanços e uma sociedade cada vez mais destituída de direitos. As contradições advindas do modelo de produção, cada vez mais excludente, e da presença de uma legislação mais universalizante posta pelo texto constitucional exigem políticas sociais mais articuladas com as políticas econômicas e não submetidas a estas. As restrições econômicas constituem assim, um empecilho para a consolidação da

Assistência Social como um direito. O Sistema de Proteção Social no governo Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006) herda as conseqüências sociais, os avanços e desafios, legado das décadas anteriores citadas. A perspectiva diante de um presidente vindo de um partido de base popular, o Partido dos Trabalhadores PT, a princípio, criou um certo otimismo quanto a um melhor encaminhamento da questão social, principalmente, quanto ao problema da pobreza. Esperava-se, no seu primeiro governo, uma política social mais efetiva e que, no mínimo, elevasse a patamares superiores as condições de vida dos mais vulneráveis economicamente.

b) O surgimento dos programas de transferência de renda no Brasil.

Os programas de transferência de renda no país foram implementados a partir de 1995 e desde então têm se consolidado enquanto estratégias de combate à pobreza e miséria extrema, juntamente com outras iniciativas atuais, por exemplo, o plano Brasil Sem Miséria, no governo da presidenta Dilma Rousseff. O debate internacional mais recente sobre este tipo de programa data de 1980, devido às transformações na economia que cada vez mais tem gerado milhões de desempregos no mundo inteiro e também pelas diferentes formas de precarização do trabalho. O Welfare State³³ e a Assistência Social formas clássicas de resposta à questão social não respondem mais às novas demandas sociais (SILVA, 2004). O Estado precisou se reorganizar para manter a funcionalidade do sistema, as políticas neoliberais cumpriram esta função, cujas estratégias específicas se efetivaram, dentre outras, através dos Programas de Transferência de Renda, uma medida compatível com o novo ordenamento econômico. Os Programas de Transferência de Renda, a partir dos anos 90, portanto são medidas adotadas pelo Estado capitalista no marco do projeto neoliberal, para atender as massas, aos desempregados do sistema.

O neoliberalismo não foi responsável sozinho pelo longo período de estagnação da economia – como vimos, o responsável foi o esgotamento da capacidade do setor de manufaturados internacional –, entretanto desempenhou um papel fundamental nos anos 1990, na medida em que viabilizou a implementação do capital financeiro. Tal programa já existia desde a década de 1970, quando o capital financeiro necessitou de maior liberdade para mobilizar-se mais rapidamente e o mundo precisava ser mais livre para que o capital cumprisse seu desígnio. As políticas neoliberais desempenharam um duplo papel, ou seja,

33 Segundo a referida autora é um seguro social formado pelos que se encontram inseridos no mercado de trabalho. Para uma leitura mais aprofundada sobre a temática ver: FIORI, J. Estado de bem-estar social: padrões e crises. PHISIS, Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 1997. ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, set. 1991.

destinavam-se a manter a expansão do lucro ao capital financeiro, sustentadas na contenção ao crédito e no equilíbrio orçamentário e ao mesmo tempo eram responsáveis pela lentidão do crescimento e pelos altos desempregos (BRENNER, 2003). Podemos deduzir que isto já sinalizava que os Programas de Transferência de Renda se constituíam uma alternativa de baixo custo condizente com o baixo crescimento da economia. Representavam uma estratégia para a retirada, em momento de estagnação econômica, de um quantum mínimo para atender uma parcela significativa da população desempregada causada pelo redirecionamento da economia, pelo capitalismo em sua fase de financeirização. Uma medida incompatível com a possibilidade de valorização do valor, uma vez que estas massas beneficiadas pelas transferências de renda não teriam lugar na estrutura produtiva, mas por outro lado uma estratégia condizente com o momento atual posto que, o Estado-mercado disponibilizaria de um percentual mínimo do dinheiro circulante para recolocá-las, ainda que artificialmente, nos circuitos econômicos. Isto representa uma circularidade sem sentido, ou seja, retira-se dinheiro do mercado para retornar ao mercado e fazer funcionar a própria economia, sem a mediação do trabalho. Ao Estado não haveria interesse mercantil em transferir dinheiro direto para as massas, o que reflete o limite do sistema, uma vez que a política keynesiana não poderia mais retornar devido às restrições da própria economia. Uma estratégia que aponta para o limite da inserção dos beneficiários nos circuitos econômicos, um limite que chegou, portanto para a imensa massa de desempregados no mundo inteiro. No cumprimento de seu papel que é manter o sistema funcionando, a transferência de renda se torna assim uma estratégia do Estado capitalista para gerir a própria crise. Nesta perspectiva, os programas de transferência de renda não podem fugir da circularidade a que estão submetidos. A função da transferência de renda nesta concepção não é tão somente recolocar as massas na dinâmica do consumo, mas, sobretudo de tentar a todo custo manter a ideia de que o sistema continua funcionando, a despeito da sua peça principal não caber mais na engrenagem.

Assim, as políticas de transferência de renda surgem em diversas partes do mundo para atender uma massa de sobrantes a partir do critério de elegibilidade definido em cada país. No geral, são políticas bem diferentes³⁴ nas suas modalidades, intenções e prerrogativas. O que há de comum entre elas é a natureza focal do atendimento à população de risco (LAVINAS, 1998). No Brasil,

34 Para uma compreensão acerca dos programas de transferência de renda condicionadas na América Latina e no Caribe, no marco da proteção social, considerando as suas possibilidades e desafios no enfrentamento à pobreza, ver: FONSECA, A. M. M. da. Los sistemas de protección social en América Latina: un análisis de las transferencias monetarias condicionadas. Trabalho apresentado no Seminário Internacional da FAO em dezembro de 2006.

a primeira proposta de renda mínima foi elaborada em 1991, pelo então senador do Partido dos Trabalhadores (PT), Eduardo Suplicy. Destacamos que o referido senador defende uma proposta de renda de cidadania como um instrumento de justiça social e do direito ao exercício da cidadania. A proposta de Suplicy se insere no debate internacional de que uma renda mínima representa muito mais um mecanismo de justiça social, do que um valor de impacto que satisfaça as necessidades materiais das pessoas pobres³⁵. Cinco anos depois, Cristovam Buarque implanta no Distrito Federal, o Programa Bolsa Escola destinado às famílias com renda abaixo de meio salário mínimo mensal per capita, que tivessem na sua composição crianças de 7 a 14 anos na escola, e que residissem há pelo menos 5 anos no Distrito Federal. Desde então, programas desta natureza começaram a ser implantados no país. Em fevereiro de 1996 foi aprovada a lei do prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) destinado às famílias com renda inferior a meio salário mínimo mensal e que tivessem na sua composição crianças de até 14 anos na escola. Em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na gestão de Antonio Pallochi (PT), foi implantado também um programa de renda mínima. Os três programas citados, ilustram as ações concretas sobre programas de institucionalização de uma garantia de renda às famílias mais carentes no Brasil, ainda que temporariamente. A Lei 9.533, de Dezembro de 1997, autoriza o governo a apoiar financeiramente, os municípios que associassem programas de renda mínima a ações socioeducativas. O governo se comprometia, assim, a custear 50% dos gastos dos municípios comprometidos com tais ações, uma forma de incentivar a iniciativa pública estatal para responder à questão da pobreza no país (SUPLICY, 2004).

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional aprovou e sancionou a Lei José Roberto Magalhães Teixeira, de nº 10.219/2001, que autorizava o governo federal a realizar convênios com governos de todos os municípios para adotarem o Programa de Renda Mínima, associado à educação, através do Programa Bolsa Escola. A referida Lei previa a responsabilidade da administração dos programas pelos municípios e o governo federal repassaria diretamente às famílias, por meio de um cartão magnético, o benefício. O Congresso Nacional nesta mesma linha de raciocínio aprovou o Fundo de Pobreza, cuja parcela de 1,7 bilhões destinava-se, em 2001, para aquela finalidade (SUPLICY, 2004).

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 08 de Janeiro de 2004

35 Sobre esta discussão ver: PARIJIS, P.V. et al. Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

é aprovado e sancionado o projeto de Lei nº 10.835/04. A referida lei garante a todos os brasileiros e residentes há mais de cinco anos no país, um benefício monetário anual, independente da sua condição socioeconômica. O benefício começaria a ser pago primeiramente aos mais necessitados. Nenhum país, exceto o Estado americano do Alasca³⁶, foi tão longe na concepção de justiça social, o que se configura um paradoxo, considerando as condições políticas e econômicas do país (LAVINAS, 2004). Desse modo, a lei permanecerá letra morta, não terá condições de ser cumprida, pois o que está em jogo no atual sistema de proteção social no país é o seu caráter residual, focal, restritivo, ou seja, totalmente oposto ao “espírito universalista-redistributivo”³⁷, subordinado que está à uma política de estabilidade que leva à geração de superávit primários (LAVINAS, 2004). Após a aprovação da referida lei foi feita uma reforma administrativa que unificou os antigos Ministérios de Segurança Alimentar e Combate à Fome, originando o então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e criou, dentro do ministério a Secretaria de Renda e Cidadania, responsável pela gestão do Programa Bolsa Família instituído em 2003 (SUPLICY, 2006).

O Programa Bolsa Família desde a sua implantação em 2004 tem suscitado inúmeras discussões, sobretudo em relação as suas potencialidades e limites. Alguns limites são os seguintes: deveriam ser programas de redistribuição e não de distribuição de renda; os critérios das escolhas das famílias que devem ser beneficiadas são restritivos deveriam abarcar outros grupos que se encontram em situação de pobreza; não existem recursos humanos suficientes, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, para gerir estas políticas; os municípios não têm condições institucionais e financeiras para apoiarem estes programas; os programas deveriam ser universalizados e não focalizados; nem todas as famílias que necessitam de atendimento acessam os programas; os impactos sobre a situação de pobreza ainda são modestos. Quanto às potencialidades destaca-se algumas positivities, quais sejam: o foco na família contribui para superar a fragmentação das políticas sociais; há uma maior autonomia na utilização do benefício; possibilitam reduzir a corrupção, pois o benefício chega diretamente às famílias sem intermediários; há uma maior redução de gastos administrativos e de práticas clientelistas; são políticas descentralizadas que trazem no seu desenho o monitoramento, a avaliação, o controle e a articulação das transferências com programas estruturantes (SILVA, 2007). As informações supramencionadas acerca dos programas de transferência de renda no Brasil nos ajudam a entender o debate

36 Em 1976 foi criado no Alasca o Alaska Permanent Fund, um fundo cobrado dos royalties do petróleo que o governo distribui incondicionalmente aos habitantes, uma estratégia, segundo concepção governamental, para que todos participem da riqueza produzida no país.

37 Termo utilizado pela autora citada.

atual e a direcioná-lo para outra perspectiva, que é a discussão na esteira da crise do capital. Agora a nossa preocupação recai sobre o governo de Luís Inácio Lula da Silva, sobretudo porque é no seu primeiro mandato que o Programa Bolsa Família é criado, conforme já demonstramos.

c) As políticas sociais no Brasil: retomando o debate atual

As políticas sociais acompanham o movimento do capital e no Brasil, especificamente no governo Lula, são formas de controle de massas que servem de manutenção das bases políticas do governo, um populismo regressivo. O Brasil é um país populista e subdesenvolvido, tanto pelas oportunidades dadas e não aproveitadas, quanto pelo abandono de uma política de Estado em detrimento de políticas sociais (FILGUEIRAS, 2007).

A assertiva supramencionada carece de complementação: o subdesenvolvimento é uma expressão da forma capitalista e devido ao caráter sistêmico do capitalismo, o país já se coloca num situação, desde a sua formação, de dependência, ainda que em alguns momentos de sua história os grupos políticos puderam de algum modo interferir no processo econômico conforme já discutido. E quanto ao populismo de Lula concordamos que a sua ascensão ao poder foi possível pelo apoio da maioria do conjunto da sociedade, ou seja, forças conservadoras, grupos religiosos, esquerda partidária, enfim por uma mesclagem de forças sociais que sob o ponto de vista da política refletiram a negação do campo político no qual os subalternos puderam reivindicar seus interesses. É a negação da alteridade no campo da política, é a era da indeterminação no campo econômico com rebatimento no campo político (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, desde o primeiro governo de Lula, havia uma crença na resistência às sucessivas crises econômicas pelas quais o país passaria, sobretudo, a que se alastra desde 2008. De certa forma, esta crença persistiu no governo Dilma Rousseff e as estatísticas mostram que economia pôde respirar um pouco, sem capitular a crise, por um certo tempo. O populismo de Lula reflete as suas opções políticas: priorizar o pagamento da dívida externa e como consequência cortar gastos na área social. Uma política imposta vinda de fora que redefiniu as regras do jogo internamente, da qual Lula fazia parte. Desse modo, a visibilidade às ações do governo na esfera social precisavam ser superestimadas, os programas de transferência de renda cumprem também este papel – especificamente, o Bolsa Família – acompanhados pela sobrevalorização dos dados estatísticos quando se trata de mensurar a desigualdade no país. Entre 2000 e 2006, o total de gastos da União cresceu de 26,3% para 33,7, respectivamente, enquanto os gastos sociais no mesmo período decresceram, de 43,8% para 39,4% (FILGUEIRAS et al., 2007).

A trajetória do governo dos Partidos dos Trabalhadores, sobretudo a partir do segundo mandato de Lula é marcada por um misto de conservação, mudança, reprodução e superação. Ressaltamos que tais análises têm como perspectiva a luta de classes, o que não é o nosso encaminhamento, porém elas trazem esclarecimentos acerca da posição das massas no governo de Lula, na terminologia do referido autor, o subproletariado.

O novo realinhamento político que ocorre nas bases do Partido dos Trabalhadores (PT), em que o afastamento de uma classe média intelectual é substituída pela adesão de segmentos significativos, de pobres do país garantiu à Lula o seu segundo mandato. Tal aproximação com as massas definiu um novo tipo de política do partido, menos radical, mas conformadora dos conflitos de classes, cujo realinhamento tem como agenda a redução da pobreza e assegurou ao partido a hegemonia política até o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Ressalta-se a sua falta de popularidade e o acirramento da crise econômica. Retornado: se por um lado, o “mensalão”³⁸ afastou a classe média intelectualizada do partido, por outro, as políticas de combate à pobreza aproximaram as massas de Lula. Isto significou um novo padrão de comportamento das camadas populares, contraposto a um padrão histórico em que tais camadas se desligam das classes dominantes. A centralidade do conflito entre esquerda e direita é reordenada para um outro campo ideológico, ricos e pobres. O referido autor demonstra que o surgimento do lulismo foi possível pela existência de um número relevante de pessoas despreparadas, sem competências para inserir-se no mercado de trabalho produtivo. Para ele, a oposição entre o capital e o trabalho devem ainda nortear as análises se quiserem dar conta da compreensão da totalidade (SINGER 2012). A questão para nós envereda por outro caminho. Ora, como bem ele demonstrou, 1/3 da população brasileira não está preparada para o trabalho, isto quer dizer que se estivesse estariam ativamente no mercado de trabalho? Como já enfatizamos, a questão não é tão simples assim, o trabalho produtor de valor está desaparecendo e isto não tem relação com a capacidade técnica para o trabalho. Ademais, a criação de trabalho no país, durante o governo Lula tenha sido significativa, mas não foi suficiente para dar conta de tantos sobrantes.

As massas no Brasil, considerando as discussões desse autor, não apresentaram um comportamento tão alheio à cultura política do país. E não se pode desconsiderar que o momento econômico para elas é outro, diferente dos anteriores, assim elas não farão mais parte do exército industrial de reserva. São massas que sobram mesmo e por terem historicamente, um comportamento reativo,

38 Em 2005 o Ministério Público denunciou no Supremo Tribunal Federal um esquema de corrupção e desvio de dinheiro público que envolvia a compra de votos dos parlamentares no Congresso Nacional brasileiro. Terminologia utilizada pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) quando dos seus depoimentos ao referir-se ao esquema como uma espécie de mesada recebida pelos deputados para apoiarem as ações do Executivo.

ou um comportamento similar ao burguês, em que espera do Estado uma solução, o encontro com o reformismo de Lula foi providencial, tanto para o partido que queria se manter no poder, como para elas que nunca foram, a não ser ideologicamente e legalmente, postas na agenda efetiva do Estado. Se o Partido dos Trabalhadores (PT) desenha, portanto, um novo momento político, como afirma Singer (2012), o faz porque é sabedor da importância deste contingente invisível, e o captura na hora certa, o que demonstra a estratégia para a sua manutenção no poder.

Não estamos mais no século XIX e estas massas sem a perspectiva de inserção no mercado de trabalho não podem deixar de apostar naquilo que seria a última salvação, um partido de esquerda, com um discurso condizente com a sua postura política que remonta a história: são avessas à revolução, ao conflito direto, apresentam um comportamento reativo. Se o momento econômico foi propício, conforme afirma o autor, a um momento de expansão, por outro lado, acreditamos que a oportunidade estava dada devido à condição destas massas no cenário econômico, não são mais exército de reserva. Cremos que este é um elemento considerável para se analisar o comportamento das massas neste momento de adesão a um partido de esquerda, o que demonstra uma característica da sociedade brasileira, o patriarcalismo, que demanda a existência de um senhor que solucione as mazelas, este senhor estava posto, o Estado, via um presidente que na sua origem era humilde, o encontro estava dado historicamente: um partido que luta pela continuação no poder, uma massa de sobranes sem perspectivas e sem tradição política combativa e uma conjuntura econômica minimamente favorável.

O governo Lula, a despeito de ser um governo de esquerda não vislumbrou romper com a cultura política já enraizada, assim os avanços das políticas limitam-se ao histórico das políticas sociais e é neste contexto que ele cria o Programa Bolsa Família. Nesta perspectiva, ao se considerar a história da relação do Estado com as massas, a situação não se distancia de outros momentos, aliás, podemos até considerar um retrocesso devido a relação que elas mantêm diretamente com o governo federal – continuam reativas. Outro aspecto similar é a baixa cultura destas massas, pois continuam com um padrão cultural que as limitam na sua capacidade de pensar para fora do que está instituído, de construir formas de vida alternativa sem a força do Estado. Nessa perspectiva o Programa Bolsa Família cumpre uma função – conter as massas. Ao mesmo tempo em que atende minimamente as suas necessidades e as controla, de certo modo, o próprio Programa se vê limitado pelas condições econômicas em curso. A nossa tarefa a partir deste momento é responder à seguinte indagação: quais os limites do Programa Bolsa Família diante da crise estrutural do capital?

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Até o presente momento, delimitamos as bases sobre as quais repousam as nossas análises acerca dos limites do Programa Bolsa Família. Discutimos porque a continuidade do ciclo de valorização do valor não foi mais possível desde a década de 1970, quando o excesso de capital produzido não encontrou nos fluxos tradicionais condições de valorizar-se e a saída foi a financeirização. O rebatimento de todo este processo é visível no Estado e na sociedade respectivamente, através do crescimento da sua dívida pública e pelo aumento de uma massa de desempregados. Ao Estado coube adaptar-se e atendê-las e o fez, sobretudo via políticas de transferência de renda, que a partir de então tornaram-se um dos instrumentos, para atender aos sobrantes do sistema.

O Brasil, pela sua dependência sistêmica devido à condição de país periférico, não conseguiu se esquivar e nem poderia, dos efeitos econômicos, sobretudo do pós-1970. Por isto, demonstramos ainda, como tais processos impactaram diretamente na economia brasileira, o que levou como nas economias centrais, ao limite da sua possibilidade de desenvolvimento e a geração de uma massa de desempregados. Uma parte dela foi alocada posteriormente no único setor em crescimento, o de serviços, um setor improdutivo, que por sua vez, não foi capaz de absorver tanta mão de obra excedente e o Estado para tentar controlar um problema de ordem estrutural seguiu dentre outras, a via das transferências de renda, ao implantar o Bolsa Família.

O Programa Bolsa família, dessa forma se tornou um instrumento viável para assistir aos desempregados, em momento de crise estrutural que atinge diretamente o Estado por meio da dívida pública, inserido que está nos circuitos financeiros, o que já sinaliza para o limite de sua atuação no campo das políticas sociais. São estes os nossos direcionamentos para analisarmos o limite do Bolsa Família. Iniciaremos demonstrando a relação existente entre o montante destinado ao Bolsa Família e a crise do Estado, para em seguida analisarmos as estratégias utilizadas pelo Estado, para a inserção dos beneficiários nos circuitos financeiros e as implicações provenientes deste processo.

3.1 Questões para o debate

a) Sobre o Programa

O debate em torno do Programa Bolsa Família circula entre alguns eixos analíticos que reforçam as pesquisas direcionadas especificamente para os avanços e retrocessos das políticas sociais. Esse debate registrado na literatura especializada sobre o tema, via de regra, destaca aspectos relativos ao combate à pobreza e desigualdade de renda no país, tendo como horizonte sua funcionalidade ao sistema capitalista e como perspectiva o neodesenvolvimentismo³⁹. Em uma outra perspectiva encontram-se análises como a que ora apresentamos que o critica por ser uma estratégia do governo, que não considera os fatores de ordem estrutural causadores do aumento da pobreza e miséria. Vale destacar que a maioria dos estudos aqui levantados sobre o Bolsa Família no Brasil não tem como referência a teoria marxista que aponta os limites dos direitos de cidadania no interior da sociedade capitalista. De toda forma, alguns autores apontam para limites com relação à própria cidadania burguesa na atual conjuntura, especialmente os avanços relativos ao Bolsa Família.

Entre algumas sínteses sobre as análises que envolvem as temáticas mais discutidas sobre as políticas de transferência de renda, com destaque para as mais acaloradas, destacam-se: políticas universais x políticas focalizadas; condicionalidades; focalização, cobertura e impactos; utilização político-eleitoral e clientelismo, bem como as portas de saída (BICHIR, 2010). Alguns mitos e pressupostos são derrubados sobre o Programa, uma vez que sua tese que reforça as transferências de rendas é ambígua, e destaca-se que os efeitos econômicos não são tão significativos (SCHARRZMAN, 2009). Esse autor insiste na necessidade das políticas clássicas para a inserção destes grupos, como as políticas nas áreas de emprego, de seguro social, de educação e qualificação profissional e na área de atendimento à saúde, como estratégias de inserção social, para ele todo o resto é pura fanfarrice.

As nossas análises terão como foco central as portas de saída, uma vez que consideramos o eixo mais polêmico e desse modo desafia o Programa, pois serão através delas que buscaremos compreender como os beneficiários se inserem nos circuitos financeiros. Será este o eixo sobre o qual nos debruçaremos para identificar os seus limites consideradas as questões já postas na introdução deste capítulo.

O Programa Bolsa Família foi criado por Medida Provisória nº 132

39 Discutiremos posteriormente, o tema do neodesenvolvimentismo a partir dos autores: Sampaio Jr. (2012) e Castelo Branco (2009).

de 20 de Outubro de 2003, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. É um programa Federal de transferência de renda direta com condicionalidades. A defesa da tese de que uma renda mínima associada ao acesso às políticas sociais, sobretudo de educação e saúde, contribuirão de maneira positiva, para que as famílias pobres e extremamente pobres do país interrompam o ciclo geracional de pobreza a que historicamente estiveram submetidas é o princípio que norteia o Programa. A pobreza é a expressão de múltiplos determinantes, dentre eles, a desigualdade de renda, de gênero, sexo, idade e etnia. Combatê-la exige a implementação de estratégias diferenciadas, o que requer mudança na cultura política do país. Essa concepção fundamentou os eixos essenciais que compõem o desenho do Programa Bolsa Família, a saber: a transferência de renda cujo objetivo é promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e a coordenação dos programas complementares, que tem como objetivo complementar as ações do Programa.

O caráter desenvolvimentista e de inclusão produtiva perpassam o seu desenho; há uma aposta do Governo no investimento das capacidades humanas, via proteção social, como uma estratégia de inserção de todos no mercado e como consequência, a obtenção de ganhos de produtividade e também ganhos sociais na medida em que mantém níveis mais elevados de coesão social. Ao Bolsa Família cabe incluir os beneficiários via acesso a uma renda de cidadania e inseri-los nos circuitos econômicos, além de estabelecer uma ponte intersetorial para o acesso a rede de serviços públicos ofertados em cada município. O governo para mitigar as diferentes vulnerabilidades propõe a articulação com várias políticas setoriais, cujo objetivo é atacar os inúmeros determinantes da pobreza e da desigualdade e o faz através de outros programas, planos, estratégias e medidas.

O controle acerca das unidades familiares é mantido por meio de um cadastramento em um banco de dados, o Cadastro Único (CadÚnico) cujas informações são atualizadas bianualmente. O CadÚnico ao longo dos anos foi se modificando com o objetivo do seu melhoramento que é identificar e reconhecer as famílias que precisam ser incluídas nas políticas sociais, aquelas com rendimentos de até três salários mínimos. No mês de março de 2013, segundo Relatório de Informações Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), existiam 82.488.661 pessoas com perfil CadÚnico, o que correspondia a 25.800.472 famílias. As famílias, neste mesmo mês de referência, estavam assim distribuídas: 23.308.940 tinham renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo; 18.618.493 famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00; 5.336.162 com renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 e 13.282.331 famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70,00.

Segundo os critérios de elegibilidade, dados de 2013, só pode acessar o Bolsa Família as famílias com renda mensal per capita entre os limites da extrema pobreza, de 0 a R\$ 70,00, e os pobres com renda entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00. Ressaltamos que estar cadastrado no CadÚnico não implica o acesso ao programa, uma vez que os critérios de elegibilidade estão abaixo deste perfil. Para cumprir sua política de focalização segmentada o governo estipulou valores diferenciados para o pagamento dos benefícios. No total, são seis tipos de benefícios: um fixo, destinado somente aos extremamente pobres e 5 variáveis, pagos dependendo do número de crianças e da existência de gestantes e/ou nutrizes na composição familiar. Em dezembro de 2013 o menor valor pago foi de R\$ 32,00 e o maior de R\$ 306,00. No início do programa a idade limite para a inserção de famílias que tivessem crianças na sua composição variava entre 7 e 15 anos. A idade aumentou e incluiu os de 0 a 17 anos. Famílias que têm na sua composição gestantes e nutrizes têm direito ao benefício e precisam cumprir a agenda de saúde e educação. As crianças devem estar com o calendário de vacinação em dia e frequência escolar de no mínimo 75% para aqueles com idade de até 15 anos e 85% para os adolescentes de 16 aos 17 anos. As gestantes e nutrizes devem ter acompanhamento médico.

O governo federal criou em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cuja missão foi promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. O órgão implementou vários programas e políticas públicas a fim de cumprir sua missão, além de gerir o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social do Transporte (SEST). As ações do Ministério são desenvolvidas nas três esferas do governo e em parcerias com a sociedade civil, organismos internacionais e instituições de financiamento. Toda estratégia visa a promoção por meios de programas de transferência de renda daí a implementação do Bolsa Família – inclusão social e cidadania. Outras ações são realizadas pelo referido ministério, como o combate à fome através da produção e distribuição de alimentos e de incentivo à agricultura familiar, além do compromisso com a consolidação do direito à assistência social em todo o território nacional.

A Secretaria de Renda e Cidadania, órgão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é responsável direta pela gestão descentralizada do Bolsa Família, partilhada entre os diferentes entes federativos, União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios. Dentre outras ações a referida Secretaria é responsável por selecionar, a partir dos dados contidos no CadÚnico, as famílias que estão aptas a receber o benefício e estipular os valores dos benefícios. Cabe à Caixa Econômica Federal (CEF) ser o órgão operador do

Programa, é ela quem processa as informações, quem calcula o valor da renda domiciliar per capita e define quanto deve receber cada família e só assim paga mensalmente através do cartão magnético que, preferencialmente, deve estar em poder das mulheres.

O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, criado pelo governo federal no dia 02 de Junho de 2011, por meio do Decreto nº 7.492, para atender a milhões de famílias em situação de miséria extrema. O Brasil Sem Miséria atende às famílias extremamente pobres que estão no Bolsa Família, aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00. Em 2013 o governo comemorou a saída da extrema pobreza de 22 milhões de famílias. A ideia é também incluí-las no setor produtivo, o governo acredita no crescimento da economia concomitantemente com a inserção desses grupos. Os extremamente pobres são cercados por estratégias que lhes possibilitam o acesso ao mercado de trabalho, por meio também de sua inclusão em outros programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁴⁰. Outros programas e estratégias também estão disponíveis para muitas famílias com perfil CadÚnico, a saber: a tarifa social de energia elétrica, Minha Casa Minha Vida, isenção de taxas em concursos públicos, uso de cisternas, Programa de erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Projovem, Bolsa Verde, Brasil Carinhoso, dentre outros, somam-se aos demais, os chamados programas emergenciais. Destacamos que, outros segmentos como a população de rua, os quilombolas, os indígenas e mais recentemente os catadores de lixo, também estão sendo, paulatinamente, beneficiados.

O controle sobre as famílias beneficiárias também é feito por meio do fluxo da entrada no mercado de trabalho realizado através da checagem dos dados do CadÚnico com a Relação anual de Informações Sociais (RAIS)⁴¹, para evitar que elas ultrapassem os critérios de elegibilidade definidos para a sua inserção e continuem a receber o benefício.

O desenho do Programa contempla a participação da sociedade na gestão pública por meio de fiscalização, monitoramento e controle das ações da administração, através das Instâncias de Controle Social (ICS) instituídas formalmente, no ato da adesão ao Programa. Segundo a concepção governamental é um espaço, em que a sociedade bem como os beneficiários tem para garantir e assegurar seus interesses. Sua área de atuação abrange todos os

40 Programa criado em 2011 pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica a trabalhadores e jovens do país. Os cursos são oferecidos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC e do SENAR, e em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. Acesso em: 10 nov. 2014. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>.

41 Instrumento de coleta de dados da gestão federal sobre o mercado de trabalho no país.

componentes do Programa, a começar pelo acompanhamento cadastral, o objetivo é evitar irregularidades.

O Programa Bolsa Família atendeu em março de 2013, 13.872.243 famílias que naquele mês de referência, a média dos benefícios pagos foi de R\$ 149,71. Importa destacar que desde a sua criação até o ano de 2013, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), 12% dos beneficiários deixaram o programa devido ao aumento da renda ter ultrapassado o critério exigido para sua inserção. Assinala-se, outrossim, que, continuamente, o número de beneficiários tem aumentado ao longo destes anos mas não se tem dados comparativos entre o número de famílias que são desligadas porque foram inseridas no mercado, pelo fato de sua renda ter ultrapassado a definida pelos critérios de elegibilidade, e os que ingressaram no Programa. Não obstante, pode-se afirmar que há um aumento significativo no número de beneficiários desde a sua implementação e se o orçamento destinado para o Bolsa Família fosse maior, com certeza mais famílias seriam beneficiadas. Ademais, se fossem consideradas as famílias com perfil CadÚnico para o recebimento de uma transferência de renda, ou seja, as que têm renda per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo, o número seria bem maior.

No ano de 2014, o Programa Bolsa Família completou dez anos, considerando a data da sua implementação em 2004. Desde então, tem crescido a literatura que evidencia seus aspectos positivos no combate à pobreza e desigualdade de renda no país, e a que o condena por ser uma estratégia do governo que não considera os fatores de ordem estrutural causadores do aumento da pobreza e miséria. Consideradas as ambivalências das críticas, nos posicionamos entre os que fazem, ou pelo menos, tentam elaborar uma crítica elucidando fatores de ordem estrutural. Compreendemos que o fato de objetivarmos uma crítica ao Programa, nossa posição não nos coloca ao lado dos que negam tal ajuda para as famílias beneficiárias, pelo contrário, sabemos da importância do benefício, por mais irrisório que seja.

b) O que os números revelam

O Governo Federal tem divulgado alguns dados que merecem destaque para que se entenda porque ele comemorou os 10 anos do Programa com muito otimismo. As pesquisas atribuem ao Programa Bolsa Família e ao Programa Brasil sem Miséria, parte da redução da desigualdade social no país nestes últimos anos. Segundo Primeira Análise dos Indicadores Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), cerca de 3,5 milhões de pessoas saíram da pobreza somente em 2012. Observados os dois extremos da distribuição de renda, os 25% mais pobres tiveram um crescimento da renda acima dos 5% mais ricos. Entre os anos 2011 e 2012, descontados o crescimento populacional e a inflação, os 10% mais pobres da população tiveram um crescimento de 14% na renda real, mas, os 20% mais ricos continuaram a crescer suas rendas, estes, por sua vez, acumularam um aumento de 9,4%. Apesar do otimismo, os referidos dados denunciam a dificuldade de enfrentar a desigualdade, quando a renda dos ricos continua a crescer, porém, o otimismo com os números persistem. Em pesquisa citada anteriormente neste trabalho, Ricardo Paes de Barros et al. (2000) já afirmara que para diminuir a pobreza no Brasil, a diminuição da desigualdade social é mais importante que o crescimento econômico e a partir dos dados acima, o atual presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) reconhece que houve uma diminuição da pobreza, sem contudo ter havido uma diminuição significativa da desigualdade de renda. Essa questão coloca em xeque os objetivos do Bolsa Família.

O critério para mensurar a pobreza, segundo este raciocínio, deveria ser a comparação do crescimento da renda per capita das famílias ricas do país com a renda per capita dos beneficiários. Em tempos de crise do capital e considerando a dificuldade que é medir a riqueza, saber quem são os ricos, como se beneficiaram com a crise, quem ganhou e quem perdeu neste momento não é tarefa fácil, por conseguinte, fica complicado afirmar que o Programa Bolsa Família diminuiu a pobreza. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) é ciente da dificuldade de mensurar a riqueza no Brasil, o que nos permite afirmar que os dados demonstrados perdem a possibilidade de uma comparação mais rigorosa que respalde esse tipo de assertiva.

O discurso que reforça a diminuição da pobreza só é compreensível quando se cria uma medida abstrata e a partir dela se considera tal assertiva, no caso do Bolsa Família por exemplo é o valor do benefício. Quando se toma os extremamente pobres que são as famílias com renda per capita de até R\$70,00 (dados de 2013) é visível tal abstração. É um valor que está implícito um conjunto de variáveis que não estabelecem relações com a riqueza real da sociedade brasileira, e sim com o limite de sobrevivência destas famílias. Quando se observa a medida que estabelecem para a saída da extrema pobreza e inserção na pobreza, a relação é a mesma. Não há como comprovar empiricamente que uma família com renda per capita de R\$ 70,01 é menos pobre do que uma com renda per capita de R\$ 70,00. São medidas desvinculadas da realidade exceto quando se considera apenas o critério quantitativo de aferição. Em uma sociedade em que a riqueza é proveniente da exploração do trabalho e este tipo de trabalho se encontra em falta, a medida da chamada inclusão social é limitada às condições históricas e ao

que é permitido, no caso brasileiro, retirar da riqueza produzida, considerados o conservadorismo das relações socioeconômicas já enraizadas historicamente.

Em comemoração aos 10 anos do Programa, Dilma Rousseff, então presidenta do país, destacou alguns pontos considerados positivos e um deles foi observado na sua afirmação que o Bolsa Família não “é esmola” e sim, nas suas palavras: “tecnologia social de distribuição de renda e combate à desigualdade”. Sua fala foi baseada em estudo que aponta a importância do Programa Bolsa Família dentre outros, para o aumento real do Produto Interno Bruto (PIB). Vale ressaltar que para cada real adicional gasto no referido Programa, estimula um crescimento de R\$ 1,78 no PIB, além do efeito sobre o consumo das famílias beneficiárias que viram seu poder de compra aumentar (NERI et al., 2013).

No ano de 2014, o orçamento previsto para o Bolsa Família foi de R\$ 24.650.890.000,00, para um orçamento total de R\$ 1.362.442.164.684,00. Para o refinanciamento da dívida foram destinados R\$ 654.746.947.069,00. Poderíamos, a partir destas cifras, elaborar várias assertivas tais como: o valor destinado a sustentar o Bolsa Família é menor do que o valor reservado para o pagamento da dívida externa, isto demonstra o conservadorismo da sociedade, que prefere alimentar o sistema a alimentar as famílias; seria mais justo inverter os valores destinados ao pagamento da dívida com o montante destinado ao Bolsa Família, pois só assim o Programa receberia mais recursos. Enfim, seriam inúmeras as afirmativas que poderíamos extrair do volume de dinheiro que o Estado disponibiliza para atender aos sobranes do sistema, porém, todos estes argumentos servem apenas para encobrir o que está por trás destas cifras e não nos diz muito sobre o que elas representam.

Não obstante não responder ao que realmente importa, podemos entender porque o valor para atender tantas famílias é menor do que o destinado ao pagamento da dívida externa. O valor para atender às famílias é muito baixo, porque o governo necessita de uma política superavitária para que sobre dinheiro para o refinanciamento da dívida e com isto não se torne um inadimplente. Ele precisa manter-se nesta posição evitando que isto ocorra, pois do contrário, não terá condições de sobrevivência por estar preso ao círculo vicioso dos financiamentos, sem os quais não poderá cumprir com os seus compromissos, sobretudo o de destinar um montante mínimo para o Bolsa Família. Assim, a dívida pública tem uma função social, cobrir os gastos do Estado, isto é muito oneroso como, por exemplo, o montante que deveria satisfazer as necessidades mínimas de catorze milhões de famílias.

O papel desempenhado pela dívida pública revela a dependência do Estado brasileiro em relação ao capital, sem recorrer ao débito fica sem recursos para sustentar as políticas públicas em geral e não somente ao Bolsa Família.

Demonstramos também, em outro momento do nosso trabalho, a posição social das massas e sua relação paternalista com o Estado, neste trajeto discorreremos sobre a força do conservadorismo da sociedade brasileira, portanto, um dinheiro que chega diretamente na conta de cada beneficiário seria um avanço do ponto de vista das políticas sociais, mas isto não revela a relação com a estrutura social. Dessa forma é importante assinalar o que está obscuro, encoberto, ou seja, é o fato de a transferência de renda traduzir para as políticas sociais o atual estágio em que se encontra o modo de produção, ou seja, o processo de financeirização, etapa em que o dinheiro produz dinheiro, lembrando a fórmula de Marx, D-D'.

Ao fazermos este exercício, as possibilidades mínimas do Estado brasileiro atender tantos sobrantes são reveladas. Esta nossa atividade interpretativa objetiva tornar evidente a limitação do Estado, preso que está à lógica financeira e não poderia ser de outro modo, bem como a impossibilidade real de as políticas de transferência de renda induzirem a um rompimento com o conservadorismo introjetado nas respostas históricas que o Estado brasileiro dispensou às massas, uma vez que, não podemos dissociar as questões políticas das econômicas, pois mercado e Estado formam um todo orgânico como já demonstrado. Daí a relevância em analisarmos o Bolsa Família considerando os condicionantes econômicos, posto que sem estabelecer a relação do programa com o limite da sociedade brasileira as nossas análises ficariam incompletas.

O governo espera que a quantia despendida ao Bolsa Família tenha um retorno favorável à economia. Pelos seus cálculos, as cerca de catorze milhões de famílias em potencial, terão contribuído para a produção de riqueza do país, não como trabalhadores, mas como consumidores. Aqui reside o otimismo do governo em relação ao Bolsa Família: a sua eficácia enquanto tecnologia social de distribuição de renda e combate à desigualdade. Porém, isto se configura como um grande problema, uma conta muito complicada, afinal, essas pessoas estão fora do trabalho produtivo, como explicar que uma renda recebida seja capaz de se valorizar e retornar para o cômputo da produção de riqueza? O percurso de valorização do valor começa no processo de produção e não na sua ponta, no consumo, como já demonstrou Marx. Assim, todo o esforço de o capital se valorizar passa necessariamente pela exploração da força de trabalho, que produz mercadorias e que, só posteriormente, se realiza no mercado. No entanto, na medida em que o dinheiro chega diretamente no consumo ele o faz fora dos circuitos de valorização do valor, o que ilustra como o Bolsa Família está limitado pelo instrumento artificial, a transferência de renda, que passa diretamente para a ponta do ciclo, ou seja, dinheiro que produz dinheiro sem a mediação do trabalho produtivo, ou seja D-D'. Considerando que o dinheiro sai direto da economia para sustentar a própria economia, se traduz em um mecanismo de bolha e em

algum momento pode estourar. Assinalamos que, há um processo de formação e explosão das bolhas (BRENNER, 2003) e, neste caso, quando estourarem os beneficiários estarão envolvidos. Queremos demonstrar ainda, como uma imensa massa de desempregados foi inserida no mercado consumidor negando a lógica estrutural da forma capital. O lugar ocupado pelos beneficiários não é naquela esfera na qual se encontram aqueles trabalhadores, que geram valor ao venderem sua força de trabalho em forma de salário e vão ao mercado consumir, ainda que o mínimo, para dar continuidade ao ciclo produtivo. Desse modo, a transferência de renda substitui a relação salário versus capital produtivo. Os beneficiários não entram neste circuito, estão interconectados a uma outra circularidade que não é o processo de sustentação, mesmo que precário da estrutura social, pois são colocados diretamente na esfera do consumo, por meio de um mecanismo artificial, a transferência de renda, como demonstramos.

Em tempos de artificialidade do capital, o Bolsa Família, portanto representa o seu correspondente econômico no âmbito das políticas sociais e lembrando, as massas nunca fizeram parte de um projeto de inserção social, continuam fora dele. Tal ordem de coisas, já sinaliza o quão limitada se encontra a política social destinada a elas, afinal, quais seriam as estratégias cabíveis para a inserção de uma massa que cresce continuamente? Que outras possibilidades, no marco das relações desta forma social, o Estado teria para reverter este quadro? Poderia o Estado brasileiro, em momento de crise estrutural sistêmica financiar os custos de cerca de catorze milhões de famílias que sobram na estrutura social? Por meio do Bolsa Família percebemos a impossibilidade destas massas serem inseridas no mercado de trabalho produtivo, como traduz também o limite da esfera de atuação do Estado brasileiro. Nesta perspectiva, se entende porque o governo precisa dar visibilidade a esta estratégia com dados quantitativos, que sem dúvida podem até reforçar suas teses quando se considera que estas pessoas estão acessando alguns bens, mas não resistem a uma análise quando os elementos constitutivos desta forma social são evidenciados. Sobretudo, quando já existem sinais de uma bolha financeira envolvendo os beneficiários do Bolsa Família, conforme veremos em outro momento.

c) Argumentos que legitimam o Programa Bolsa Família

Inúmeros são os argumentos em favor das transferências de renda no país, não obstante a nossa crítica, reiteramos a importância do Bolsa Família, apenas como uma medida paliativa diante da situação emergencial caracterizada pelas dificuldades que os beneficiários se sujeitam cotidianamente, daí a nosso distanciamento de muitas defesas do programa.

A defesa de programas de transferência de renda se sustenta a partir de três eixos, a saber: a expansão da economia impulsionada pelo aumento da taxa de emprego e nova orientação das políticas públicas; o gerenciamento do crescimento econômico pelo Estado com a participação de setores produtivos e movimentos organizacionais e; por último, o reforço à soberania do Estado pelas políticas (POCHMANN, 2010a). Um reforço às suas análises desenvolvimentistas é feito por esse autor para respaldar o seu argumento acerca das novas bases sobre as quais se sustentam as sociedades pós-industriais do século 21, o desenvolvimento ambiental sustentável e que o Brasil tem se colocado ao adotar um terceiro padrão de desenvolvimento por ele denominado modelo social desenvolvimentismo⁴², diferente dos demais, pelo seu caráter mais inclusivo. O avanço em direção à consolidação de um novo padrão de mobilidade social, considerando ainda o reforço que o referido autor faz à sua tese, foi proporcionado pela expansão da economia verificada no aumento das taxas de emprego e também, na combinação de uma nova orientação das políticas públicas, cujo foco tem sido os segmentos com menores rendimentos. Tal padrão de mobilidade combinou, desde então, crescimento da renda per capita com redução da desigualdade pessoal de renda. As mudanças foram acompanhadas pelos seguintes fatores: a política de aumento do salário mínimo; as políticas de transferência de renda; as políticas de inclusão bancária, que beneficiaram tanto a produção quanto os segmentos mais baixos e, por último, o financiamento para a habitação. Ele reitera sua perspectiva reafirmando que os avanços econômicos foram acompanhados também por avanços na área social, sobretudo para aqueles segmentos não alcançados pelas políticas sociais, os extremamente pobres, que hoje são beneficiários do Brasil Sem Miséria. Os seus argumentos são ainda reforçados quando aposta na crise enquanto possibilidade de um novo ciclo econômico favorável ao crescimento econômico, a um novo desenvolvimentismo. Para ele, tal desafio deverá balizar-se por uma nova matriz energética que assegure a soberania do país e ao mesmo tempo possibilite um padrão de consumo que respeite a sua capacidade ambiental. Gerenciado pelo Estado, o país deve conduzir sua política objetivando a inserção no padrão econômico internacional com a participação da sociedade, o que evidencia o caráter democrático de tal desenvolvimento.

Desenvolvimento, nessa perspectiva, implica em planejamento do Estado a longo prazo, desse modo, requer um padrão organizativo e horizontal que envolva diferentes atores, ou seja, tanto os setores produtivos quanto os movimentos

42 Segundo o referido autor, o primeiro modelo ocorreu entre 1930 a 1970, período de transição da sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial; o segundo modelo ocorreu entre 1970 até os anos 2000.

organizados da sociedade civil, numa rede de relações que incite o aprendizado da convivência e conseqüentemente encerre em conquistas para o conjunto da sociedade.

A coesão de classes propostas nas teses supramencionadas não encontra na realidade condições políticas e, tampouco econômicas de se efetivar, que é manter padrões de consumo de diferentes estratos sociais em uma sociedade que historicamente, já encontrou seu limite. É uma questão orgânica que envolve numa mesma relação mercado e Estado, este, por sua vez, está limitado pelos condicionantes econômicos, amarrado pela dívida pública, conforme observamos anteriormente. O referido autor vai elencar ainda uma série de medidas, além das transferências de renda, dentre elas uma que não podemos deixar de analisar: a tributação sobre a riqueza, para sustentar o avanço do fundo público que seria destinado à maioria da população para a garantia do seu bem-estar. Sua proposta vislumbra o empoderamento do Estado, cuja finalidade é a de evitar que grupos minoritários monopolizem a economia, possibilidade viável por estar em curso um novo padrão de mudança surgido com a crise. Organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) que, no passado, direcionavam as respostas às crises, neste momento, se colocam incapazes, o que abre possibilidades para novos padrões de governança global a partir de outras bases e o Brasil, segundo ele, está no caminho certo. As suas concepções direcionam tais políticas ao apostar ainda na ideia de que os pobres do país, paulatinamente, serão incorporados na dinâmica da sociedade brasileira em crescimento. O Estado desenvolvimentista social é capaz de direcionar estes segmentos através de políticas sociais como as transferências de renda, e a geração de emprego, o Bolsa Família é um exemplo deste argumento.

O centro da reflexão do novo desenvolvimentismo consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Trata-se da atualização de dilemas já postos pelo desenvolvimentismo. Essa nova proposta do governo, também denominada de neodesenvolvimento, o autor considera como simulacro do desenvolvimento e se apresenta como uma terceira via que evitava o grave problema do neoliberalismo (SAMPAIO JR., 2012). O principal objetivo dos novos desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico, combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na questão social. Trata-se de um novo modelo de política econômica, incluindo-se medidas fiscais, cambiais e monetárias no melhor estilo keynesiano e desenvolvimentista. Além das políticas econômicas tradicionais são propostas uma série de medidas, tais como a

constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismo endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada.

O novo desenvolvimentismo defende a tese de que, a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte atuando como instância reguladora das atividades econômicas. O combate à exclusão passa, segundo os autores da proposta, necessariamente pelo crescimento econômico a taxas acima de 5% ao ano. Para os neodesenvolvimentistas, o principal meio para a redução das desigualdades sociais são as políticas econômicas de corte keynesiano (controle do capital, expansão do gasto público, câmbio fixo e redução das taxas de juro) e a promoção da equidade social, entendida como igualdade de oportunidades. As políticas sociais são consideradas medidas necessárias, fala-se na necessidade de inclusão social, sendo o Bolsa Família uma dessas propostas.

Vale destacar que o Estado nessa perspectiva é considerado um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais. As leis burguesas, que igualam os distintos indivíduos na figura do cidadão, mascaram a real fonte das desigualdades sociais, a saber: a existência da propriedade privada, a relação de assalariamento da força de trabalho e sua consequente exploração. Sabe-se, no entanto, que no plano econômico o Estado é o guardião, em última instância, da ordem burguesa que produz e reproduz as desigualdades sociais e assegura a propriedade privada, sendo suas funções complementares ao mercado. Ressalta-se que o novo desenvolvimentismo estrutura toda a sua argumentação em torno da contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista quando na prática não existe essa separação. No Brasil, as grandes corporações produtivas têm boa parte de seus lucros advindos de atividades especulativas. Em termos políticos, os novos desenvolvimentistas, ao se guiarem pelo conceito de equidade social, defendem a promoção da igualdade de oportunidades entre os indivíduos via educação. O reformismo social keynesiano, um dos pilares fundantes do projeto novo desenvolvimentista assenta-se na tese de que, a redistribuição de renda e riqueza representa uma parte secundária. Aspectos sociais são, portanto, secundários nessa proposta (CASTELO BRANCO, 2009).

Como já discutimos, o subdesenvolvimento é uma estrutura capitalista é a forma que assumem países da periferia. O Estado burguês não se transformará em uma outra lógica senão a capitalista, envolto que está em manter os interesses burgueses, o que inviabiliza a sua negação. Negar a sociedade implica negar esta forma de Estado. Historicamente, o país assume esta posição com a ajuda deste Estado, e ainda que um partido de esquerda esteja no governo este, ao contrário, não rompeu totalmente com o conservadorismo enraizado e expresso nas respostas aos problemas sociais. Politicamente o que se teve foi um governo de esquerda

que apostou no mercado interno como fator de desenvolvimento e tentou incluir as massas na dinâmica desenvolvimentista, é um exemplo do caráter endógeno do crescimento no Brasil. A inserção só é possível enquanto técnica de gestão de massas que clamam por dinheiro, direitos, que como vimos, já não é fácil sustentar. O mercado interno, numa análise conjuntural, pode dinamizar a economia, mas dificilmente será capaz de fortalecê-la e sustentar o ciclo contínuo do capital de modo que insira o país na rede de relações capitalistas internacionais, em um novo patamar para além do que, historicamente sempre fomos: um país subdesenvolvido. Em tempos de globalização, investir no dinamismo do mercado interno implica posicionar-se na contramão dos processos sistêmicos das economias capitalistas ditas avançadas, ou seja, a procura de novos mercados na luta frenética para assegurar, minimamente, níveis de valorização do valor. A dúvida recai sobre a possibilidade de o ciclo econômico interno assegurar índices de crescimento econômico que mantenham níveis de emprego, que abarquem os beneficiários do Programa Bolsa Família e permitam aos mesmos desligarem-se do referido Programa. Pelo que já se discutiu, asseveramos que, ainda que haja mercado a ser explorado no país, este não é capaz de alcançar segmentos de baixa renda atingidos pelo desemprego estrutural, o que torna o Programa uma necessidade. Sem ele as famílias não conseguem sobreviver e serem controladas.

Segundo a Secretaria de Comunicações do Governo Federal (2013), em 2012 foram criados 1,3 milhão de empregos, no primeiro bimestre de 2013 subiu para 170,6 mil empregos, um crescimento de 0,43% em relação a dezembro de 2012, isto significa que para atender a demanda somente dos beneficiários, quantos anos de crescimento contínuo seguido de geração de empregos seriam necessários para atender a este segmento? E como garantir o crescimento de emprego para outros segmentos sociais? Portanto, o que é impeditivo não são as estratégias que não conseguem avançar, não é um problema de gerir o fundo público, pode até passar por estas estratégias, mas não se encerram nelas, e tampouco de distribuir ou redistribuir riqueza, as próprias políticas sociais perdem a função social que é a possibilidade de inserção das massas na sua dinâmica.

A defesa de Tereza Campello (2014), então ministra do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é feita na mesma lógica da tese do desenvolvimento social em curso no Brasil, defendido por Pochmann (2010a). Segundo a ministra, o impacto distributivo do Programa Bolsa Família é perceptível em indicadores, que incluem não só aspectos sociais da condição de pobreza das famílias beneficiárias, como o aprimoramento das políticas sociais. Campello infere também que o resultado desta política só foi possível devido a força do Estado para redirecionar os processos econômicos em defesa de uma política de inclusão social, daqueles segmentos que nunca foram assistidos em seus

direitos. Vale destacar os impactos positivos na área social, como a redução da desnutrição e como consequência a diminuição do índice de mortalidade infantil; a redução dos indicadores de evasão escolar o que levou a regularização da trajetória escolar; enfim, elevaram a condição destas famílias, a um padrão mínimo de bem estar social. A ministra vai referendando sua defesa ao Bolsa Família demonstrando também índices positivos específicos de uma gestão mais comprometida com essas famílias pobres do país: como uma maior cobertura do programa atingindo uma parcela bem maior deste segmento e menor desvio do público alvo, o que registra índices altos de focalização, além de uma gestão mais participativa. No decurso dos seus argumentos ela coloca na centralidade das suas defesas o papel que o Estado teve no atendimento à população mais vulnerável, o que reforça a tese do Estado social desenvolvimentista preocupado em promover os direitos sociais e a inclusão social da população pobre do país. O peso do Estado que impulsiona o crescimento e concomitante a este processo, a inclusão de um quarto da população que estava fora de tal processo é enfatizado como uma política possível da retirada do lugar destas famílias da condição de vulnerabilidade. Um outro ponto positivo elencado pela ministra, foi o acesso destas famílias aos circuitos econômicos, como as instituições bancárias e a um consumo planejado. Quanto a esta última questão nos remeteremos posteriormente.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), depois de anos de crítica ao Programa Bolsa Família intitulando-o “Bolsa Esmola”, denunciando-o como uma medida assistencialista utilizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para se manter no poder, no ano de 2013 reformulou suas análises. Aécio Neves, então pré-candidato à Presidência da República, mantém a crítica às estratégias do governo no combate à pobreza, mas mantém o Programa, conforme parte de sua proposta. A proposta do PSDB é transformar o Bolsa Família em uma política de Estado, mas parece que o partido ainda não se liberou do pensamento conservador, de que o Bolsa Família impede as pessoas de procurarem trabalho, por isto ataca as ações do governo que objetivam a inclusão dos beneficiários no mercado de trabalho, pela ausência de estratégias mais definitivas que as retirem totalmente da condição de desempregados. Sua ideia é manter o benefício por 6 (seis) meses a beneficiários que conseguirem emprego, proposta lançada no congresso por Aécio Neves, em novembro de 2013.

Ressaltamos que as propostas não mudam a estratégia para responder ao problema das massas no país e, por conseguinte, a forma como o referido Programa tem sido implementado pelo governo. A proposta de transformá-lo em política de Estado já está posta na Constituição desde 1988, sobretudo nas diretrizes que esperam a consolidação da Política de Assistência Social e qualquer governo pode se esquivar, mesmo que ele se torne um direito a ser cumprido, posto que, a vida

do Programa depende muito das condições econômicas e não somente de uma vontade política. E, para além de o Programa se constituir ou não um direito, o que preocupa é o Bolsa Família ter sido a estratégia encontrada para dirimir as mazelas sociais de muitos brasileiros. As referidas propostas já nascem fracassadas na medida em que não conseguem avançar para transformar a realidade. Desse modo se tornam apenas paliativos à impossibilidade estrutural de inserção das massas no processo de produção. Assim, a resposta do PSDB para o problema o coloca no mesmo crédito político em que se encontra o governo do PT. Afinal, manter o Programa significa uma proposta cabível dentro da atual condição em que se encontra uma sociedade subdesenvolvida que há muito já encontrou o seu limite e ainda rende muitos votos.

O conservadorismo proposto no Bolsa Família, ao discorrer sobre os aspectos contraditórios que direcionam a política brasileira, se configura entre o arcaico e o moderno. Uma adaptação ao clientelismo de Estado, conformação das massas ao seu projeto de poder, ao recompensá-la com uma tênue ascensão social, mas muito significativa considerando seu nível de pobreza. Prática clientelista que impede a democracia no Brasil (MARTINS, 2011)

O Estado totalitário preparou a sociedade para uma economia de mercado nos moldes democráticos durante as duas grandes guerras mundiais e o fez por meio da adequação das massas e, posteriormente dos indivíduos, a aceitarem as leis econômicas como leis naturais imanentes ao moderno sistema produtor de mercadorias. A democracia não faz parte de um movimento evolutivo da humanidade fora da relação social de produção e o que tem se movido neste processo é a capacidade de adaptação do capitalismo, pela sua essência totalizadora, diante de qualquer forma de regime político. A mercantilização da vida não é alheia aos processos políticos que se reproduzem por meio deles, sobretudo os democráticos, onde a liberdade individual reflete a econômica, pela necessidade de mercados e consumidores livres. Os processos democráticos não são alheios à economia capitalista, pelo contrário, estão sujeitos à sua dinâmica, desse modo o reforçam, portanto, não serão através deles que a sociedade negará a si própria. Tal ordem de coisas não deverá ser negada no âmbito do Estado democrático que, pelos seus princípios, sobretudo da pluralidade e liberdade de ideias, estão conformados a um modelo econômico que envolve a todos na trama das suas relações de troca mercantis (KURZ, 1990).

A lógica totalitária da forma mercadoria é intrínseca aos processos democráticos, uma vez que o Estado penal surge na década de 1990, exatamente naquela sociedade na qual os processos democráticos foram efetivados na sua plenitude. O Estado penal foi também uma resposta à impossibilidade de o Estado do bem-estar social atender a uma massa que cresce continuamente e desse

modo, a resposta do estado não se efetiva apenas no campo da assistência, mas do Estado penal. Este tipo de Estado não é prerrogativa dos regimes totalitários, mas sobretudo da social democracia, o que representa a perda da autonomia da política e elucidada, assim, o seu papel em estágio regressivo desta forma social. Assim, na medida em que esta forma social chega ao seu limite, o pacto de classes funcional à conformação dos conflitos inerentes a um estágio anterior da forma capital se quebra, não entre as formas clássicas das classes sociais, mas entre a classe trabalhadora e as massas. Há uma ruptura interna dos laços sociais, sobretudo com as massas, que representam o desmoronamento da sociedade, em um momento em que não se constituem como exército de reserva, desse modo, não são mais necessárias ao capital, estão à mercê da sua própria sorte, postas à margem da sociedade burguesa (MENEGAT, 2012).

Diante das discussões de Kurz (1990) e Menegat (2012), e retornando às análises de Martins (2011), estas induzem ao pensamento de que o Estado é supra-histórico e que há uma relação dialética entre mercado e Estado, que este, por seu turno, encontrará melhor direcionamento na condução das sociedades mercantis, porém a história tem mostrado o contrário. O conservadorismo não é decorrente da inexistência dos processos democráticos, mas da atual conformação do modo de produção. Portanto, as críticas supramencionadas feitas por Martins (2011) desconsideram a organicidade da sociedade, implícita na relação Estado e mercado, sem a qual a crítica ao Bolsa Família fica incompleta.

3.2 A condição de cidadania dos beneficiários

a) O perfil dos beneficiários

Antes de receber o benefício, a maioria das famílias vivia na condição de extrema pobreza, 72,4% tinha uma renda per capita de até R\$ 70,00; 20,5% recebia R\$ 140,00 e apenas 7,1% tinham renda entre R\$ 140,00 e R\$ 339,00 (CAMARGO ET AL, 2013). A definição do perfil dos beneficiários pelos referidos autores destaca algumas variáveis como cor, faixa etária, regionalismo, escolaridade e condição domiciliar, conforme dados a seguir.

Os negros e pardos representam juntos três quartos dos beneficiários do Programa, os brancos são minoria. Os percentuais de negros e pardos são respectivamente, 7,0% e 66,7%, contra apenas 24,8% dos brancos. A maior concentração de pretos e pardos está nas regiões Norte e Nordeste. No Nordeste 83,5% dos beneficiários são pretos e pardos, no Norte esses números correspondem a 88,4%, enquanto no Sul há um predomínio da cor branca em relação aos pretos e

pardos que respectivamente são: 25% e 73,4%. Quanto aos indígenas, o percentual nacional é de 0,8% e as regiões norte e Centro-oeste, respectivamente, concentram 2,5% e 2,7%. Quanto à faixa etária, o perfil do beneficiário é predominantemente jovem, quase a metade, 48,8% têm até 17 anos.

Os que se encontram entre 7 e 15 anos, 28,0%, respondem por mais de um quarto dos beneficiários e os que se encontram na faixa etária de até 06 anos correspondem a 15,1% dos beneficiários. Somente 0,8% possuem 65 anos ou mais. A pobreza no país é regionalizada, o Norte e Nordeste concentram um maior número de famílias em situação de extrema pobreza. No Nordeste, 82,2% dos beneficiários são extremamente pobres contra 54% distribuídos na região Sul. De modo geral, o nível de escolaridade dos membros responsáveis é baixa, 52,1% não completaram o ensino fundamental e 12,1% não têm instrução nenhuma, dados que se agravam dependendo da região em que residem. Na região Nordeste este percentual chega a ser duas vezes maior do que nas outras regiões brasileiras, ou seja: 16,0%, contra 8,6% na região Centro-Oeste, 7,1% na região Sul e 6,9% na região Sudeste.

Em 10 anos o percentual de negros e pardos no ensino superior mais que triplicou, eram 10,2% em 2011 e em 2012 representavam 27,4%. Os negros também representam mais da metade dos bolsistas do PROUNI⁴³, dos cerca de 1,2 milhões de contratos do referido Programa, 630 mil são bolsistas negros. Segundo o governo, uma estratégia das políticas públicas para a inserção dos beneficiários negros e pobres no sistema educacional. O PRONATEC, também é um outro programa comemorado pelo Governo Federal que desde 2011 atende ao Programa Bolsa Família, em outubro de 2013 havia 800 mil beneficiários matriculados em diversos cursos no país (MDS, 2014).

O censo de 2010 demonstra a precariedade dos domicílios dos beneficiários do Programa Bolsa Família em comparação com o restante da população brasileira. Os percentuais são assim distribuídos: abastecimento de água por rede pública, 82,8% contra 65,6%; rede coletora de esgoto ou fossa séptica, 66,8% contra 50,6%; coleta de lixo, 87,4% contra 64,9%; e iluminação elétrica 98,7% contra 89,8%. O problema se agrava quando se considera os serviços prestados aos domicílios localizados nas áreas rurais, apenas 5,2% acessam simultaneamente os serviços. Na região Norte, este índice diminui para 1,5% das famílias. Os autores

43 PROUNI-Programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal no ano de 2004, oferece bolsas de estudos integrais e parciais (50%) em universidades particulares, a estudantes brasileiros que desejem ter acesso a diploma de nível superior. Para ingressar no Programa o candidato deve ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No ano de 2013 para o ingresso em 2014, o estudante que desejava pleitear uma bolsa, deveria ter nota mínima de 450 pontos e nota acima de zero na redação. Outros requisitos estão definidos no site <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suasduvidas.php#conhecendo>.

demonstram que apesar dos índices críticos houve uma tendência na melhoria dos serviços nas áreas urbanas entre os anos de 2007 e 2013.

As variáveis acima analisadas são de competência do Estado e são muitos deficientes, tanto no acesso quanto em relação à qualidade dos serviços. O Sistema Único de Saúde (SUS) no que diz respeito aos equipamentos, recursos humanos e materiais é insuficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo, não atendendo de forma adequada seus usuários. As escolas públicas não abarcam a demanda e também não conseguem oferecer uma educação de qualidade, não só aos beneficiários, mas a todas as famílias pobres do país, como já enfatizamos. O que se observa é que o próprio desenho do Programa Bolsa Família, sobretudo no que se refere ao acesso às políticas sociais de educação e saúde, vai além das possibilidades do Programa. O governo investe no primeiro passo que é o acesso às políticas pelas famílias, e não consegue sair deste patamar, portanto só resta apresentar as estatísticas que dizem muito pouco sobre a educação e a saúde do país. A inserção fica restrita ao que é possível oferecer a estas massas. E, no âmbito da assistência social é vantajoso para o governo quantificar a demanda por assistência no país, já que é uma maneira de controlar as massas. O acesso às políticas é limitado ao que cabe ao Estado oferecer a estas famílias. Numa sociedade em que as relações estão mercantilizadas, as melhores escolas são pagas e custam muito caro. Os planos de saúde, por sua vez, ainda que sejam pagos, a maioria é também, de péssima qualidade, portanto, o acesso à saúde e educação de qualidade está limitada à forma mercantil desta sociedade. Por outro lado, a educação é um processo mais amplo, que inclui o desenvolvimento de todas as capacidades humanas importantes para o convívio social, dentre eles a escolarização. A crise do trabalho produtor de valor se expressa na crise do processo educacional, dentre eles notadamente a escolarização, afinal todos acessam a escola para encontrar no futuro um trabalho e manter um pouco a sua dignidade. Em tempos de crise tudo isto se desmorona o que se reflete de forma aguda no mercado de trabalho.

b) A difícil condição de estar empregado

O cruzamento dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com o CadÚNICO, possibilitou acompanhar o desempenho dos beneficiários do Programa Bolsa Família e assim avaliar o seu comportamento no mercado formal de trabalho entre os anos de 2004 a 2007. Um dos aspectos analisados foi a proporção de indivíduos com perfil CadÚnico que se insere no mercado formal de trabalho, e que é muito baixa: em 75% dos municípios do país, a proporção de empregados formais é inferior a 7%; e os que têm maior

proporção correspondem a menos de 15% da população. Ressalta-se também que a proporção média salta de apenas 4,3% em 2004, para 5,8% em 2007. A inserção dos beneficiários no mercado de trabalho é muito frágil e precária, de modo geral, a precariedade é constitutiva de todo o território brasileiro entre a população que compõe o Cadastro Único. É precária a inserção dos beneficiários do Bolsa Família no mercado formal de trabalho, como exemplo: 30% perderam seus empregos em menos de seis meses. A taxa de desligamento e admissão são, respectivamente, muito maiores e bem menores entre os beneficiários. Outras variáveis são preponderantes sobre a trajetória que levam os beneficiários do Programa Bolsa Família a se desligarem dos trabalhos, em comparação com os não beneficiários com perfil CadÚnico, a saber: o ramo de atividade; a área geográfica em que estão localizados; o sexo; a raça; a localidade, se estão em áreas urbanas ou rurais; a escolaridade e a idade. Ele conclui seu trabalho afirmando que, com relação aos beneficiários do Bolsa Família, as taxas de desligamento são de 42%, significativamente maiores, se tudo o mais permanecer constante, do que as taxas de não beneficiários (LEICHSERING, 2010). O discurso da então ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Teresa Campello, reforça a precariedade laboral em que se encontram os beneficiários do Bolsa Família. Em maio de 2013, ela afirmou que 70% dos beneficiários adultos trabalham, quer em empregos formais ou informais, mas a renda do seu trabalho é insuficiente para que se desliguem do Programa, e que 93% dos benefícios recebidos são gastos pelas famílias com suas necessidades básicas como comida, remédios, material escolar roupas e calçados.

Diante das condições em que se encontram as famílias que acessam o Bolsa Família, conforme se demonstrou, o benefício ao mesmo tempo que reforça a importância do programa, lhes causa dependência e isto é difícil romper. Não houve possibilidades, mantidas as condições econômicas e individuais, de libertação de tal dependência, pelo contrário, há uma relação intrínseca entre assegurar o benefício que, por sua vez, tem uma função que é assegurar a sobrevivência. O trabalho formal não possibilita a sua autonomia devido à própria dinâmica do mercado, um aspecto negativo para os beneficiários uma vez que, como foi asseverado, o tempo de desligamento do emprego formal é bem maior do que seu tempo de admissão. A relação dos beneficiários com o trabalho formal no país é bastante conflituosa, na medida em que não conseguem assegurar as condições de vida pela sua força de trabalho que, de certo modo, poderia garantir-lhes algum tipo de proteção, ainda que mínima, como a aposentadoria e o auxílio doença dentre outros. Neste aspecto, o acesso aos serviços básicos de saúde e educação de qualidade, sem dúvida, seriam indicadores de mudanças na melhoria de suas condições de vida, mas a isto estariam limitados.

A possibilidade de um Estado como o brasileiro, diante da crise mundial, de mudar este quadro é muito distante é anacrônica, e isto já discutimos, como também demonstramos o círculo vicioso da economia em sua fase de financeirização a que o Estado está submetido. Soa ingênuo pensar que, via Estado, as condições de vida destas pessoas sejam significativamente modificadas. O Bolsa Família, assim, limita a capacidade de consumo destas famílias ao mínimo recebido, uma vez que o tempo em que passam sem uma atividade fixa é muito grande. Mas não se pode desconsiderar que, diante das incertezas sobre a possibilidade de estar formal ou informalmente exercendo alguma atividade laboral, contar com uma renda no final do mês, mesmo que esta não possa aliviar e minimizar o constrangimento que causa o desemprego, com certeza será bem-vinda, diante das necessidades sofridas pela ausência de trabalho que lhes assegure padrões mínimos de sobrevivência e pela também ausência de serviços públicos de qualidade como educação e saúde. O acesso à educação, saúde dentre outros serviços, é uma impossibilidade histórica do Estado brasileiro, uma vez que, como já apontamos estes serviços estão sob a mesma lógica da financeirização, limitados ao que é possível retirar da economia, via dívida pública. Não é possível, no marco das relações capitalistas de produção manter serviços públicos de educação e de saúde de qualidade.

c) A cidadania via consumo

Cidadania é uma construção histórica que, dada às condições reais, se configura num espaço político de conflitos, pactos, rupturas, avanços, regressos, mediados por interesses socioeconômicos, raciais, de gênero, religioso, em meio a outros. No resgate histórico, considerando o campo teórico-prático das raízes do conceito de cidadania, vários elementos foram se incorporando tais como, a ideia de igualdade, liberdade, inclusão, status, identidade. No marco desta construção no campo teórico, as concepções sobre a cidadania em Marshall atribuem uma sequência ao desenvolvimento da cidadania moderna. Primeiro vieram os direitos civis, depois os direitos políticos e por último os sociais, o que dentre outras, lhe confere críticas quanto ao caráter evolucionista de sua matriz (REIS, 1988). No Brasil, a trajetória da construção da cidadania não segue a matriz elaborada pela abordagem específica do conceito de cidadania em Marshall, pelo contrário, colocou-a de cabeça para baixo. Os direitos sociais antecederam os direitos políticos posto que os primeiros foram implantados em períodos de supressão dos direitos políticos e redução dos civis; posteriormente, vieram os direitos políticos. Nesta trajetória de mais de cem anos, ainda hoje alguns direitos continuam inacessíveis à maioria da população. As relações construídas com o Estado, dentre outras, foi paternalista e mediada por política de favores. Cidadania se transfigura em

“Estadania”. Aqui negou-se os preceitos de uma ordem democrática liberal (CARVALHO, 2008).

Diante da nossa construção histórica, ainda que fossem garantidos alguns direitos, a ordem democrática liberal não seria condição *sine qua non* para a efetivação dos direitos, posto que a nossa condição de economia periférica foi, de certa forma, determinante da construção das relações burguesas que aqui se consolidaram. As massas, no Brasil, só conseguiram inserir-se na ordem social enquanto sujeitos de direitos a partir da Constituição de 1988, em um momento de crise que já começara na década de 1970, de todo modo, o exercício da cidadania não poderia superar a si próprio, pois desmorona com a crise. Neste contexto não há como garantir direito ao trabalho para todos, um direito sem o qual a vida se torna impossível. Diante das nossas discussões, a impossibilidade para milhões já chegou, ainda que tenham conquistado uma vaga em qualquer atividade.

O fato é que poderíamos arriscar uma assertiva: grupos lutam pela conquista daquilo que consideram socialmente relevante, ou seja, pertencer a uma dada sociedade na qual seja garantida a igualdade de acesso aos bens sociais construídos historicamente, onde eles sejam reconhecidos nas suas diferenças e sejam livres para fazer suas escolhas.

Circunscrito a uma sociedade específica, as modernas, ser cidadão é ser portador de direitos, é participar da riqueza produzida socialmente.

Direitos são garantidos quando se realizam e concretizam por meio de políticas sociais, e historicamente, as classes trabalhadoras foram protagonistas de tal processo ao inovar e ampliar as esferas de operação do direito (HOBSBAWM, 1981). Isto nos permite afirmar que nas sociedades modernas industriais, sem o protagonismo da classe trabalhadora, não seria possível a ampliação dos direitos, a conquista do exercício da cidadania. Durante o processo de luta, a classe trabalhadora compreendeu que o mercado por si só não seria capaz de beneficiar a maioria, a não ser que a máxima liberal fosse capaz de traduzir-se em políticas efetivas. Percebeu, portanto, que o ideário emancipatório perseguido pela burguesia só seria possível no campo político. Nessas disputas as classes trabalhadoras conseguiram apropriar-se de uma parcela do excedente econômico sob a forma de bem-estar. Essas lutas esbarraram nos limites colocados pelo próprio desenvolvimento capitalista, o que recoloca o estatuto da cidadania atrelado às condições de existência de qualquer ordem social modernamente constituída. O desemprego e as baixas taxas de crescimento evidenciam, no discurso liberal, a incompatibilidade do sistema em garantir o bem-estar e manter padrões de crescimento favoráveis à economia. Discurso hegemônico legitimado, nos últimos trinta anos, também pela esquerda, um exemplo, apenas para citar o Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Quase um século de lutas, o que envolveu

pactos, está sendo desconstruído. É o nascimento do cidadão passivo. Assiste-se à desarticulação da classe trabalhadora (ABREU, 2008).

O argumento acima se refere à desarticulação da classe trabalhadora, mas o que está em disputa é a luta pelo acesso ao trabalho no momento em que se dissolve o eixo sobre o qual a sociedade está erigida, o trabalho produtor de valor. A noção de classe trabalhadora também encontra seu limite, a noção de exército industrial de reserva não faz mais o mesmo sentido, posto que as massas não serão inseridas em outros setores da economia, conforme já se destacou. Portanto, neste momento, o Programa Bolsa Família não tem como ir além daquilo que está posto historicamente que é manter a coesão social através da garantia, ainda que temporária, de uma renda, de um benefício que assegure padrões mínimos de subsistência, assegurando, ao mesmo tempo, o consumo das massas. É nesse sentido que Canclini (2001) aponta o consumo como algo que sustenta, nutre e constitui uma nova forma de ser cidadãos. A condição de trabalho dos beneficiários do Bolsa Família também ilustra isso pois como já vimos 70% dos beneficiários trabalham, mas sua renda não é suficiente sequer para repor sua força de trabalho, existe um desprendimento de energia improdutiva que não retorna para os beneficiários em forma de uma renda que possa lhes garantir condições mínimas, daí a sua dependência do Bolsa Família. Isto significa que cada família, ainda que algum membro exerça ou tenha algum tipo de trabalho, não ultrapassa uma renda per capita maior do que R\$ 140,00. Como a sociedade vivencia um momento de crise, o Programa não pode ir além do que esta situação permite, deste modo o Bolsa Família só possibilita minimamente o exercício da cidadania, que é o acesso a serviços de péssima qualidade como é o caso da educação e da saúde pública no país, devido à limitação enquanto consumidor, o que recebe juntamente com sua renda não cobriria gastos como educação e saúde, dentre outros. Então o que se tem são pessoas que trabalham, recebem uma renda e ainda assim não conseguem sair do limite a que os valores recebidos lhes impõem, e a isto estão presos.

O Programa se sustenta também, pelo fato de as massas se sentirem assistidas por meio de uma renda, do dinheiro direto sem intermediações. Deste modo o programa exerce um certo fetiche sobre os beneficiários, todos querem acessar o dinheiro na sua forma mais pura, e mesmo que, legalmente, o recebimento não se insira no âmbito do direito fica difícil qualquer governo tentar desativá-lo. Isto seria um caos, o benefício já faz parte da renda mensal das famílias e se não o recebem o controle sobre os beneficiários é extremamente abalado. No Nordeste, em maio de 2013, diante de um boato que se espalhou cujo teor era o fim do Bolsa Família e um suposto pagamento extra pelo dia das mães⁴⁴ houve um tumulto nas

44 Ver no site <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1284718-caixa-alterou-bolsa-familiana-vespera-de-boato-sobre-programa.shtml>.

agências da Caixa Econômica Federal (CEF) em vários estados como a Bahia, o Maranhão, Alagoas, Piauí, e vários terminais da (CEF) foram depredados. Fato que serviu para que o governo tivesse uma noção do tamanho da fúria das massas diante da possibilidade de não acessarem esta renda. Por mais irrisório que o benefício seja, funciona como mecanismo de controle, não se sabe até quando, sobre as massas. O governo encontrou via Bolsa Família uma estratégia, quase que mágica, que é o dinheiro direto na conta das famílias, para evitar que sua legitimidade e sua política macroeconômica sejam afetadas. Decerto que todos os governos têm mecanismos de controle de massas e que historicamente, no Brasil sempre tiveram um comportamento reativo, mas não se pode desconsiderar que a reação pode ocorrer pela violência. Salientamos, outrossim, que, o Programa não é o único mas é um dispositivo para complementar outras estratégias de contenção à fúria de milhões de brasileiros sem muitas possibilidades de inserção social, sobretudo, considerada a lógica do capitalismo periférico em tempos de crise do trabalho produtor de valor.

Como programa focalizado e sem continuidade garantida por lei, o Programa Bolsa Família fere a lógica dos direitos sociais consolidados com a Constituição de 1988, que institui a seguridade social como um direito. O que, do ponto de vista das conquistas políticas representou um avanço, ainda que condicionado à lógica econômica, circunscrita a uma economia periférica numa ordem capitalista mundial em crise. O referido Programa também não se insere no âmbito da Seguridade Social, é coordenado pela Secretaria de Renda e Cidadania (SENARC), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme mencionado anteriormente, criou-se uma gestão paralela ao definido constitucionalmente, quando, na verdade, deveria vincular-se à Assistência Social. O Programa fica fora do controle do Conselho Nacional de Assistência posto que os recursos destinados a ele não passam pelo fundo da assistência, o que impede o seu controle pela referida política. Não é simplesmente um problema de gestão, mas de marginalidade dentro de uma política que, do ponto de vista histórico conquistou avanços, mas do ponto de vista prático, efetivo, nega o direito às famílias beneficiárias de serem assistidas legalmente. O Executivo elimina o estatuto jurídico dessas famílias, o direito de serem assistidas pelo Estado, ao mesmo tempo em que este mesmo Executivo presta assistência a estas famílias, desse modo há uma reversão da ordem jurídica. Suspende-se uma norma ao mesmo tempo em que ela continua em vigor. A suspensão do direito só é compreensível quando se considera que de fato a assistência aos pobres, no Brasil, não pode ser realizada concretamente, ainda que a lei a garanta. É uma lacuna entre norma e realidade. O que está prescrito legalmente, fruto de conquistas históricas, é transformado em assistencialismo por meio de um mecanismo interno à política.

É uma medida assegurada pelo Estado para manter um maior controle sobre o programa, uma estratégia condizente com a situação atual de crise estrutural, este é o papel do Estado.

Um novo pacto entre Estado e sociedade civil se configura no Estado de direito. Evidenciamos que são novas relações incorporadas a velhas práticas. Um novo formato de controle sobre a vida do cidadão se consolida, um controle direto sem intermediações. Um controle consentido, as famílias que recebem o benefício, dada a introdução da educação e da saúde como valor, das relações mercantis a que estão submetidas e à sua condição de pobreza, não o concebem como tal. Um controle justificado pelo próprio beneficiário. O Programa Bolsa Família assegurou, dentre outros, ampla base de apoio eleitoral, principalmente no Nordeste, à reeleição de Luís Inácio Lula da Silva (MARQUES et al., 2006).

É certo que todo programa social pode ser utilizado como moeda de troca em época de eleição, mas não se pode desconsiderar o peso do Bolsa Família, pela sua dimensão e pela sua visibilidade em um processo eleitoral, sobretudo em uma sociedade em que as massas sempre foram relegadas a segundo plano e historicamente tiveram um comportamento político reativo. Esta constatação instiga-nos a pensar, sobre que tipo de poder de massa está se configurando. Quais os direitos que estas famílias podem acessar? Legalmente poderiam acessar todos os direitos, mas limitam-se pela própria incapacidade de sustentabilidade econômica.

Nessa perspectiva, que tipo de relações são delineadas entre uma massa carente, sem poder de associativismo, dispersa, e um executivo paternalista, que controla e posterga respostas desconsiderando as reais contradições da lógica deste capitalismo periférico? Os laços paternalistas são reafirmados, consolidados limitando o campo das liberdades individuais, o campo das escolhas, dentre elas, a política. Pela necessidade que o Executivo tem de consolidar os laços com as massas, já sinaliza que as coisas não vão bem, neste caso é bom mantê-las sobre controle. A questão que se coloca é como as massas conseguirão romper com esta situação, deixarem o comportamento reativo e passarem a lutar não por direitos, mas por um outro modo de vida, que não tenham que se sujeitar ao recebimento de uma fração insignificante do ponto de vista da riqueza socialmente construída a qual estão muito longe de acessarem. O caminho é íngreme, pois terão que negar todo o aparato Estatal mercantil e assim fundar outro modelo societário que conduza a coletividade a formas de vida equalizadora das distâncias sociais, sem tantas injustiças e menos violenta.

3.3 O limite de inserção dos beneficiários nos circuitos financeiros

a) As portas de saída

Nos últimos anos, as transferências de renda, sobretudo o Programa Bolsa Família, a queda na taxa de fecundidade e a inserção produtiva contribuíram para o crescimento da renda dos mais pobres, uma evidência da existência das portas de saída, o que abre oportunidades para a criação de estratégias que garantam aos grupos mais vulneráveis sua inserção social. Existem ainda quatro tipos de garantias de inserção destes grupos, quais sejam: os trabalhadores precisam saber da existência das portas de saída, dos postos de trabalho; eles precisam ter competência para assumirem tais postos, serem habilitados para a atividade que almejam; é preciso que as barreiras que os impeçam de habilitar-se sejam ultrapassadas e, por último, que lhes sejam garantidas as condições mínimas para aproveitarem integralmente as oportunidades, como a garantia de uma renda mínima e subsídios para transportes e alimentação.

Além disso, também assinala outros fatores, não menos importantes, que influenciam no esforço coletivo e individual de inclusão produtiva: protagonismo, esforço e perseverança. Para reforçar o seu otimismo apresenta dados que demonstram um comprometimento do país com a erradicação da pobreza nestes últimos anos (BARROS et al., 2011).

As portas de saída, na perspectiva acima, dependem do apoio conjunto dos setores públicos e privados, consideradas as suas especificidades, sem o qual não há viabilidade para que as oportunidades sejam criadas, ou que, as já existentes, sejam acessadas. Assim, o esforço coletivo entre setores públicos e privados são imprescindíveis para a criação de oportunidades que consigam atingir as camadas mais pobres da população. As argumentações apresentam propostas de inserção dos grupos mais vulneráveis, os extremamente pobres, e atrela tais oportunidades ao crescimento econômico do país, ou seja, sem crescimento não existem oportunidades, o que desvela o caráter desenvolvimentista implícito também nas suas argumentações.

No esforço para explicar como assegurar políticas públicas de inserção social, os referidos autores seguem com seus argumentos e reforçam a necessidade da existência de “oportunidades produtivas”⁴⁵ que assegurem plenamente trabalho para todos. Por fim, reconhecem que as estratégias em curso implementadas pelo governo são por sua natureza insustentáveis posto que não há como assegurar

45 Termo utilizado pelos autores.

a continuidade do gasto público, porém, discorrem acerca da importância de cooperativas, da economia solidária na ampliação do mercado local. Para concluir apoiam o Plano Brasil Sem Miséria, uma proposta que corrobora com suas convicções de que é preciso intensificar esforços para a promoção da inclusão produtiva. O papel do Estado neste processo é o de complementar as ações do setor privado, sobretudo nas comunidades em que a economia é debilitada:

Nesta perspectiva, o fundo público tem um papel fundamental, uma vez que cabe ao Estado também gerar empregos diretos e indiretos. Estas teses reforçam as estratégias que o governo já utiliza, via Programas e planos para a geração de emprego e renda a exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁶.

O PAC, implementado pelo governo federal desde 2007, é ilustrativo de tal concepção desenvolvimentista. O programa induziu a uma onda vertiginosa de crescimento econômico interno ao impulsionar um surto de empregabilidade, principalmente, em um dado setor, o da construção civil. O governo Federal se mostrou muito otimista em relação a este programa, sobretudo pelo volume de investimento e pelo número de empregos criados. Segundo o 8º Balanço do PAC2, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros entre os anos de 2006 a 2010. Nestes quatro anos, os investimentos do PIB saltaram de 1,62% para 3,27%, e no mesmo período foram criados 8,2 milhões de postos de trabalho. Dados, que segundo o governo, são dignos de comemoração pelo impacto positivo que tiveram durante a crise entre 2008 e 2009, posto que ao garantir emprego e renda, garantiu, também, o consumo de bens e serviços e assim a economia pode se manter ativa. E o otimismo governamental continua para os próximos anos. A questão é que o Programa, pela sua natureza, tem início e fim, são obras de infraestrutura que não duram para sempre, é apenas um surto de empregabilidade que o governo não pode manter indefinidamente.

As ações e objetivos do PAC têm implicações para as políticas sociais, uma vez que parte de seus recursos são retiradas das contribuições sociais que deveriam financiar as políticas de seguridade social, o que implica também na fragilidade dos direitos sociais (SALVADOR, 2012). Os autores reforçam a tese da disputa pelo fundo público como garantia do acesso aos bens públicos pelos segmentos mais vulneráveis socialmente. A disputa pelo fundo público, nessa perspectiva se torna um instrumento de luta da classe trabalhadora se configura como instrumento político na luta pela riqueza produzida devido ao volume de recursos que poderiam ser gastos com políticas sociais e são transferidos para o capital financeiro.

46 Criado em 2007 pelo Governo Federal, o Programa foi concebido como uma estratégia desenvolvimentista. A ideia é construir grandes obras de infraestrutura que promova o crescimento de forma sustentada e acelerada. O Governo acredita que estas obras mantenham a dinâmica da economia, gerem qualidade de vida e diminuam a desigualdade social.

Para os autores supracitados, a defesa da apropriação deste excedente pela classe trabalhadora faz todo o sentido, posto que se o Estado financia a economia, e o faz por meio da dotação orçamentária, e como vimos, a política superavitária e desenvolvimentista desvia parcelas significativas do dinheiro público, o que torna este um espaço de luta. A regressividade dos impostos reforça a tese dos referidos autores quando visualiza este campo de disputa política.

Em uma outra perspectiva analítica, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2009), entende que o princípio da capacidade contributiva deve ser respeitado em qualquer sistema tributário, ou seja, a contribuição depende da renda quanto maior ela for maior será a contribuição. O sistema tributário deveria obedecer a este princípio, os pobres pagariam menos impostos porque têm uma renda menor, o contrário, ocorreria com os ricos. No Brasil ocorre exatamente o inverso (IPEA, 2009, p.4).

A crítica de Salvador é pertinente quando ele afirma que o Estado retira parcelas significativas do seu orçamento para financiar a economia. Este é o papel do Estado, manter a economia funcionando, como já discutimos, e isto não é possível sem um orçamento. Porém, a luta pelo orçamento é um tanto complicada, significa afirmar a capacidade econômica da sociedade, a sua viabilidade, pois entendemos que isto induz a acreditarmos que os nossos problemas são advindos de um processo corrupto do Estado, da má administração dos recursos públicos. Esta concepção retira o Estado da esfera econômica para além da economia de mercado. Como vimos este já se encontra totalmente envolvido nos processos econômicos pelo papel que a dívida pública desempenha atualmente: o de manter o sistema. A saída para a crise, conforme já afirmado, foi a dívida pública, portando podemos asseverar que o Estado está administrando a crise com um instrumento da própria crise, a dívida pública. Traduzindo para as nossas análises específicas, a forma encontrada para atender as massas foi transformá-las em beneficiárias de uma parcela mínima desta dívida, a transferência de renda. Neste caso, a transferência de renda torna-se um instrumento da crise administrada pelo Estado para controlar milhões de famílias que sobram na estrutura da sociedade brasileira.

A disputa pelo fundo público não está imune às intempéries econômicas, pelo contrário. A democratização do acesso aos recursos provenientes do Estado, seguramente não serão suficientes para manter a funcionalidade do capital e assegurar políticas públicas destinadas a atender as massas no país. A discussão vai para além da disputa pelo orçamento público, não há recursos que sejam capazes de atender tanta demanda, sobretudo porque a crise não é conjuntural e sim estrutural, faz parte do movimento autocontraditório da forma social, e como consequência a dinâmica do crescimento das massas será crescente. Ademais, se a disputa for pelo acesso a riqueza produzida sem projetos que modifiquem o modo

de ser desta sociedade, as relações entre as pessoas continuarão a ser mediadas pelo dinheiro alimentando uma circularidade que não encontra na realidade saídas, a não ser a própria violência. Serão inúmeros segmentos sociais na luta pela fração do dinheiro circulante, o que inviabilizaria qualquer projeto de negação da forma mercadoria, e isto já está posto socialmente.

b) A abertura de crédito para as pessoas de baixa renda no Brasil

Dentre as diferentes forças que estão por trás das alterações do capitalismo contemporâneo conduzido pelas finanças está a dependência ao endividamento em todos os ramos de atividades da economia (PLIHON et al., 2008). O capitalismo conduzido pelas finanças, segundo esses autores, ocorreu em toda a extensão da sociedade e atingiu segmentos de população de baixo poder aquisitivo. Eles destacam três fases do processo de financeirização, a saber: os eurodólares e a crise da dívida dos países desenvolvidos; liberação financeira e crises dos mercados emergentes e endividamento do consumidor, securitização e a crise do subprime. Para nós importa neste momento destacar a captura do consumidor pelo mercado financeiro.

As finanças são controladas por uma comunidade de investidores que asseguram uma linha de crédito àqueles que por meio de um endividamento adicional procuram aumentar suas rendas. Ao fazerem isto, ou seja, ao dissociarem a renda já existente do crédito obtido aos usuários têm uma margem de operação maior do que aquela exclusivamente proveniente da renda recebida, tudo isto foi facilitado pela inovação nos instrumentos financeiros. Um capital capaz de se movimentar pelo ciberespaço em uma velocidade bem maior gera, conseqüentemente, lucros mais rápidos devido sobremaneira pela sua facilidade de criar novos instrumentos e recolocá-los na dinâmica do mercado. A capacidade de se multiplicar extrapola o capital comercial ou industrial. (PLIHON, 2008).

O capital financeiro, continuando o raciocínio do autor acima citado, impõe um ritmo acelerado ao crescimento movido pelo endividamento, e atinge as famílias americanas nas décadas de 1950 e 1960⁴⁷. Estas, com seus salários estagnados diminuíram a importância do seu peso na economia, pela queda do seu consumo que para mantê-lo, ou teriam que aumentar o ritmo de trabalho, o que estariam limitados por uma questão física, e/ou poupar menos. Medidas complicadas, uma vez que se encontravam com um salário estagnado, a estratégia encontrada foi inseri-los na dinâmica da financeirização, assim elas se tornaram

47 Lembrando que nesta época, segundo Brenner (2003), o setor de manufaturados americano estava com dificuldades para manter o crescimento.

endividadas. O governo brasileiro, lembrando o que já mencionamos em momento anterior do nosso trabalho, através de pesquisas do IPEA, serve de ilustração à suspeita supramencionada acerca dos níveis de crescimento do PIB, no nosso caso específico acerca das transferência de renda, ou seja: a afirmação de que para cada real adicional gasto no Programa Bolsa Família estimula um crescimento da ordem de R\$ 1,78 no PIB.

A partir das análises desses autores acerca da crise do subprime ocorrida em 2008, devido ao endividamento das famílias americanas, a impossibilidade de controle da economia já está evidenciada. Como eles afirmaram, há uma crise que é decorrente da incapacidade de controlar os fluxos financeiros, os bancos de investimentos não têm mais condições de gerenciar tais estratégias, o sistema financeiro chegou ao limite das suas táticas e as consequências serão mais crises. Os autores⁴⁸ terminam seus argumentos ao levantarem a hipótese de a crise do subprime ter sido catalisadora de uma grande crise financeira em escala global, e se isto for verdade não será um mero ajuste recessivo que irá dinamizar a economia.

O que estamos tentando demonstrar é que o impulso ao crédito e por seu turno ao endividamento é uma necessidade do capitalismo financeiro e aqui já começa a ocorrer com os beneficiários do Programa Bolsa Família. E se a bolha financeira se formou e estourou no centro do capitalismo financeiro é um bom motivo para acreditarmos que o mesmo pode ocorrer, ou seja, existe um processo de bolha que ao crescer significamente não terá outra alternativa a não ser estourar.

Até 2003, a população de baixa renda no país não tinha acesso às atividades bancárias e tampouco ao sistema de microcrédito, até que o tema da inclusão social começa a fazer parte da agenda governamental e as ações para a sua concretização, paulatinamente, se consolidam. Neste momento, algumas estratégias que visavam inserir os segmentos mais pobres da população no sistema financeiro foram respaldadas pelo discurso do empreendedorismo. O microcrédito⁴⁹ se apresenta, desde então, como uma nova estratégia de desenvolvimento social para o Brasil. O governo Federal, desde 2003 legalizou as atividades de crédito aos pequenos

48 Assinalamos que o autor a despeito de caracterizar a crise em seus elementos sistêmicos e afirmar que é uma crise de grandes proporções propõe como saída o surgimento de uma metateoria nos moldes keynesianos. Ficamos com a proposta de Kurz acerca de não haver saída nos marcos regulatórios do capital, que traduzida para o endividamento das famílias é mais um sinal do seu limite.

49 Uma estratégia muito conhecida foi a do microcrédito na Índia. Em 2006, o prêmio Nobel da Paz foi para Muhamad Yunus e seu banco de microcrédito Grameen, por ter aberto linha de crédito a pessoas de baixa renda com pequenos negócios em Bangladesh. Considerada uma inovação, uma experiência exitosa uma vez que retirou da pobreza milhões de pessoas. Marcelo Neri, em sua pesquisa intitulada “Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro”, analisa o sucesso do Crediamigo na região nordeste do país para compreender o sucesso do crescimento do microcrédito naquela região. Ver: o sucesso do crescimento do microcrédito naquela região. Ver no site: <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/crediamigo/index.htm>>.

e médios empreendedores nas áreas urbana e rural e criou toda uma estrutura para incentivá-los nas suas atividades empreendedoras. A consolidação do processo de inclusão financeira ficou definida em torno de alguns objetivos que vão desde a ampliação do acesso aos serviços como a abertura de conta corrente e conta poupança, a compra de seguros, a créditos, e o recebimentos e meios de pagamentos, à ampliação do acesso ao microcrédito para os que desenvolvem atividades formais e informais. Com a ampliação ao microcrédito o governo esperava aumentar as possibilidades de geração de trabalho e renda e, assim, atingir a população de baixo poder aquisitivo, via redução da informalidade e das taxas de juros, mecanismos que poderiam autonomizar e fortalecer este segmento. Foi neste momento que as cooperativas de crédito também foram incentivadas e reconhecidas amplamente pelas autoridades financeiras (BRASIL, 2010).

Para atender toda a nova clientela, o número de correspondentes bancários no país entre os meses de novembro de 2002 e dezembro de 2010 subiu de 70 mil para 180 mil pontos de atendimentos. A inclusão bancária via abertura de conta corrente evidenciou também um quadro de mudança entre os anos de 2003 a outubro de 2010. Com uma população, em 2003, de 175 milhões foram registrados 70 milhões de CPFs que mantinham relacionamento com instituições financeiras. Em 2010, com uma população de 195 milhões de pessoas, o registro dos CPFs subiu para 115 milhões. O mais impressionante foi o número de pessoas com conta-correntes simplificadas ativas que em 2003 não existiam e em outubro de 2010 já somam 6,5 milhões (BRASIL, 2010). Em quase uma década o sistema financeiro conseguiu capturar milhões de pessoas em situação de pobreza no país e incluí-las na sua dinâmica.

Nos últimos 12 (doze) anos, só na Caixa Econômica Federal (CEF) foram abertas 6 (seis) milhões de novas contas poupança ao ano, em um total de 50 milhões de contas ativas, correspondentes a um saldo, em 2013, de 197 bilhões de reais. Do total de contas abertas, 2,3 milhões foram dos beneficiários do Bolsa Família. Na modalidade Conta Caixa Fácil foram abertas 12,5 milhões de contas desde 2013, destes, 2,9 milhões são beneficiários do Programa Bolsa Família (FERNANDES, 2013).

A evolução também ocorreu no volume de transações da CEF em parceria com os bancos comunitários⁵⁰. Em janeiro de 2011, apenas 02 bancos comunitários eram seus parceiros e juntos operacionalizavam cerca de 18.700 transações, em setembro de 2013 o número de bancos parceiros da Caixa subiu para

50 Segundo o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), são projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH, prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>.

15 e o volume de transações correspondia a 112.895. Na comparação dos dados evolutivos tem-se: de dezembro de 2011 a dezembro de 2012, a quantidade de transações evoluiu em 29% e o volume de transações subiu 42%; de dezembro de 2012 para dezembro de 2013 a quantidade e o volume evoluíram respectivamente para 92% e 94% (FERNANDES, 2013).

O Governo Federal para incentivar os pequenos negócios criou em 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Orientado PNMPPPO com o objetivo de incentivar a abertura de crédito e oferecer suporte técnico para os interessados em abrir seu próprio negócio. As fontes de recursos destinados ao PNMPPPO, são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, conforme disposições legais (BRASIL, 2013b).

O Crediamigo⁵¹ existente desde 2003 passa a ser operacionalizado pelo Banco do Nordeste em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC)⁵² para atender à população de baixa renda, utilizando-se da metodologia do PNMPPPO. Seus clientes atuam por conta própria em setores formal ou informal e desenvolvem atividades em setores da indústria, da agricultura e do comércio, este último conta com a maioria dos trabalhadores. São exemplos de negócios desenvolvidos pelos pequenos empreendedores as marcenarias, sapatarias, carpintarias, produção de alimentos, gráficas, padarias, vendedores ambulantes, vendedores em geral, mercadinhos, armarinhos, bazares, restaurantes, feirantes, lanchonetes, pequenos lojistas, açougueiros, salões de beleza, oficinas mecânicas borracharias, dentre outros (BRASIL, 2013).

A obtenção dos empréstimos pode ser feita individualmente ou em parceria com outros empreendedores, os chamados grupos solidários. Qualquer pessoa maior de idade com interesse em alguma atividade específica e observadas as exigências técnicas de mercado podem acessar o referido crédito. Não há muitas exigências burocráticas, apenas um documento de identificação do requerente com foto, apresentação do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o comprovante de residência. As vantagens apresentadas são muitas dentre elas cita-se: abertura de conta corrente, juros baixos, orientação personalizada no ambiente de trabalho do cliente, além de cursos de capacitação gerencial.

O volume de operações financeiras já realizadas pelo PNMPPPO de 2005 a 2010, incluindo o Crediamigo, aumentou significativamente. Em 2005,

51 Considerado o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul. Disponível em: <<http://www.banconordeste.gov.br/crediamigo/>>.

52 O Instituto atua em áreas periféricas e comunidades rurais com o objetivo de promover a inclusão e o desenvolvimento socioeconômico de pessoas e coletividades. Sua área de atuação abrange as regiões Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.inec.org.br/>>.

o número de operações em unidades era de 632.106 cujos valores concedidos correspondiam a R\$ 602.340,00. Em junho de 2010 o número de operações e valores concedidos já havia aumentado, respectivamente, para 919.787 e R\$ 1.301.820,00. Considerados os cinco anos, de 2005 a 2010 foram realizadas mais de 6,2 bilhões de operações e um volume total de crédito, em termos nominais acima de R\$ 7,9 bilhões (BRASIL, 2013).

A quantidade de operações de crédito do Crediamigo e os valores acumulados aumentaram devido às facilidades de acesso entre os anos de 2002 e dezembro de 2013. Em 2002, o número de operações somava 947.110 e os valores desembolsados foram de R\$ 721.500.000,00. Em dezembro de 2013 o número de empréstimos e de valores aplicados foram respectivamente: 16.406.334 e R\$ 21.221.900,00.

O incentivo ao microcrédito tem modificado a estrutura econômica dos negócios e surgido a figura do Microempreendedor individual (MEI). São os novos sujeitos com características diferenciadas dos micro e pequenos empreendedores. São pessoas que trabalham em seu próprio empreendimento, sem terem empregados (SEBRAE, 2009).

Em pesquisa sobre o perfil destes novos sujeitos dos negócios, o SEBRAE analisou o perfil de mais de 3 milhões de microempreendedores individuais (MEIs), os chamados “conta própria”, até agosto de 2013, que se formalizaram entre 01 de Julho de 2009 a 28 de Fevereiro de 2013. Alguns dados merecem destaque para o nosso trabalho posto que ajudam a visualizar a dimensão do crescimento destes empreendedores no mercado. De Setembro de 2012 a agosto de 2013 o número de microempreendedores individuais superou o número das micro e pequenas empresas em quase todas as regiões do país. As atividades desenvolvidas pelos MEIs são predominantemente as de comércio seguidas das atividades de serviços que correspondem respectivamente, a 39,3% e 36,7% de todas as atividades. As demais, como a da indústria, construção civil e agropecuárias, correspondem respectivamente a 14,7%, 8,8% e 0,6%. (SEBRAE, 2013).

Quanto à escolarização, 69% dos MEI no Brasil têm até 08 anos de estudos, 23% de 09 a 11 anos, 3% de 12 a 14 anos e 6% 15 anos ou mais de estudos. A comparação da escolarização por faixa de anos por regiões demonstra maior escolaridade em anos de estudo em relação às demais regiões concentrados na região Sudeste, e menor na região Norte do país. Consideradas o desenvolvimento no setor de serviços em relação a outras atividades, por regiões tem-se: Nordeste, 18%; Sul, 18%; Norte, 19%; Centro Oeste, 22% e Sudeste, 26%. É notório o desenvolvimento do setor de serviços em relação aos demais como também os setores de atividades desenvolvidas por este segmento de empreendedores por região do país cuja liderança é a região Sudeste (SEBRAE, 2009).

No que tange à Previdência Social, do total de trabalhadores por conta própria, 83% não são contribuintes, e este quadro se agrava nas regiões menos desenvolvidas do país, em contraposição aos maiores contribuintes que estão localizados na região Sudeste. De modo mais específico, do total de trabalhadores por conta própria no país que contribuem para a Previdência Social, os dados acerca deste tipo de proteção são mínimos. São 19.212.795, trabalhadores por conta própria no país, destes, 15.984.355 não contribuem e apenas 3.228.420 são contribuintes. Os dados demonstram que este perfil de trabalhador em sua maioria não está protegido pelo sistema de seguros, o que evidencia a sua vulnerabilidade social, o trabalho por conta própria limita a sua possibilidade de se proteger do mercado. Quanto ao acesso a bens de consumo como televisão, rádio, telefone e microcomputador, do total dos que trabalham por conta própria no Brasil, 75% possuem aparelho de televisão, 88% têm rádio, 93% dispõem de telefone e apenas 19% possuem microcomputador. Observados os dados por regiões os números demonstram as diferenças entre os que habitam as regiões Sudeste e Sul em relação às regiões Norte e Nordeste. Considerados os itens mais acessados e os de menor acesso tem-se: na região Sudeste o acesso à televisão é de 97%, no Nordeste é de 89% e na região Norte é de 86%; o microcomputador é o bem menos acessado: na região Sudeste o percentual é de 31% e nas regiões Nordeste e Norte é de 6% em cada região (SEBRAE, 2009).

O bem de consumo mais acessado no Brasil é o telefone. Talvez seja mais um instrumento de trabalho do que propriamente um bem a que o dinheiro lhes permita acessar. Os dados supramencionados revelam dentre outros que a maioria das pessoas que trabalha por conta própria não tem condições de acessar uma tecnologia mais cara que as demais pelas limitadas condições econômicas. Os negócios, na maioria dos casos servem apenas para suprir as necessidades mínimas de subsistência e mantê-los na circularidade do mercado, sem, contudo, saírem do patamar econômico em que se encontram, salvo casos excepcionais. Nos últimos anos houve um aumento na criação dos chamados pequenos negócios, empresas com regime fiscal diferenciado, o SIMPLES⁵³. Ressalta-se que 62% deste tipo de empresa no país não tem empregados e há um otimismo em relação a estes negócios (SEBRAE, 2013).

O crédito consignado, uma outra modalidade de empréstimo, visou envolver outro grupo de beneficiários de baixa renda, os aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os que recebem menos de um salário por mês são os seus maiores clientes, isto é visualizado pelo percentual de operações

53 É um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos diferenciáveis aplicáveis à Empresas de Pequeno Porte e às Microempresas. Faz parte da política governamental de incentivo aos pequenos negócios. Disponível em: < www.reccita.fazenda.gov.br>.

realizadas por eles que em 2008 representavam 89,4% e em 2010, 57%, contra as pessoas que recebem entre um e três salários mínimos mensais que foram responsáveis nos mesmos anos de referência por, respectivamente, 6,4% das operações e 27,9%. O aumento dos empréstimos consignados para as pessoas físicas demonstram a magnitude das transações realizadas desde 2004 até agosto de 2010. Em 2004 os empréstimos consignados em folha somavam 16,0 bilhões e em agosto de 2010 subiram para 128,5 bilhões.

Os empréstimos sem consignação em folha, nos mesmos anos de referência, foram, respectivamente, 19,7 bilhões e 60,8 bilhões. O número de operações e do volume de dinheiro envolvidos entre 2004 e 2010 mostram a velocidade com que os aposentados do INSS foram abocanhados pelo sistema financeiro. No ano de 2009, cinco anos após o governo Federal ter regulamentado esse tipo de operação foram efetuados 9,6 milhões de contratos cujos valores financiados somaram R\$ 22,7 bilhões. Entre 2004 e setembro de 2010 foram efetuadas 41,8 milhões de contratos envolvendo um volume de recursos da ordem de R\$ 81,88 bilhões. A regulamentação das cooperativas também propiciou um aumento no número de associados, bem como no volume de recursos destinados a atender a este público. Entre 2002 e 2010 houve um aumento no número de associados de 1,6 milhão para 4,5 milhões, concomitantemente, houve um aumento no número de depósitos que saltou de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 25,5 bilhões, assim como houve ampliação das operações de crédito que subiu de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 27,8 bilhões (BRASIL, 2013). Toda evolução dos empréstimos ratificam o esforço do governo federal para consolidar a sua política de inclusão financeira.

O acesso aos cartões de crédito, outra modalidade de crédito no Brasil, tem crescido muito, com perspectivas futuras de aumento ocorrido pela inserção também da população de baixa renda a este sistema. O crescimento no número de cartões entre 1999 a 2005 foi de 191%, no último ano da série existiam em circulação no país, 65 milhões de cartões, aumento que reflete o número de transações que foi de 1,8 bilhões (ZOAIN, 2007). No ano de 2012, o faturamento com cartões de crédito foi 21% maior do que no ano anterior, e finalizou o primeiro semestre deste mesmo ano com faturamento total de cartões de crédito e débito no valor de R\$ 369,7 bilhões, sendo 213,7 bilhões em cartões de crédito e 111 bilhões de cartões de débito (SEBRAE, 2012a). Segundo relatório anual de 2012 da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), no ano de 2011, existiam 173 milhões de cartões de crédito no país, e, em 2012, o número subiu para 203 milhões, representou um aumento de 17,3%. O mercado de cartões, conforme aumento do número de usuários, já objetivava atender segmentos de outras classes sociais, o que já

ocorreu em 2013. As análises da Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), acerca da evolução da carteira de crédito de pessoas físicas com cartões entre 2007 e 2013, demonstrou o crescimento do volume deste tipo de crédito, ou seja: em 2007 existiam 34.066.000 em 2013 aumentou para 125.432.000.

Estudos anteriores já apontavam o cartão de crédito como uma das modalidades que mais cresceria no país, até mais que o varejo, dados de 2010 demonstraram o quanto é utilizada, como se pode constatar pelo que representaram nas vendas de algumas empresas, a saber: 47% das vendas do Pão de Açúcar, 45% das Lojas Americanas, 79% da Renner, e 38% da Drogasil. Naquele momento, a indústria dos cartões de crédito era bastante otimista em relação ao potencial deste setor, sobretudo nas classes C, D e E (VIEITAS, 2010). O crescimento do uso do cartão, em relação ao varejo, pode ser explicado pela relação que os bancos mantiveram com o comércio varejista para a obtenção de informações sobre a população de baixa renda desde 2004. Tal parceria proporcionou aos bancos compartilhar informações sobre o histórico de crédito destes clientes e isto levou os varejistas a emitirem cartões próprios destinados a este público, a consequência foi o comércio varejista se tornar o principal emissor de cartões de crédito do país (PLANO CDE, maio 2012)⁵⁴.

Outros dados mostram que a classe D e a classe E, esta última onde estão os beneficiários do Programa Bolsa Família proporcionam individualmente uma rentabilidade anual de apenas R\$21,00 aos bancos quando comparados aos clientes de alta renda que proporcionam individualmente R\$ 1.500,00, entretanto, este mesmo cliente de renda baixa com um cartão de crédito rende R\$ 61,00. É um segmento que o mercado objetiva sua expansão (CARE⁵⁵, 2011). Todos esses dados relativos ao crédito fácil destinado aos segmentos de baixa renda revelam uma política de endividamento desses segmentos que favorece sobretudo o setor financeiro através das altas taxas de juros.

As cidades estão repletas de empreendedores, em cada esquina, em cada pedaço do país se pode ver um, ficaram inundadas de serviços, de mercadorias e como consequência a competição por parcela do mercado fica mais acirrada, as relações sociais mais desumanizadas, na medida em que tudo se mercantiliza se transforma em um negócio. O consumo desmedido se torna a regra. Todos sem exceção são potencialmente compradores, ainda que não possuam dinheiro de verdade, e sim de plástico, têm crédito para acessar limitadamente mercadorias até então inacessíveis, e os beneficiários também estão envolvidos nos pequenos negócios, mas isto tem um custo muito alto.

54 Disponível em: < <http://bankablefrontier.com/>>

55 A CARE Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIPI. Fundada desde 2001, tem como objetivo contribuir para a autonomia sobretudo de mulheres e jovens para que possam romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Disponível em: <<http://www.care.org.br>>

c) A inserção dos beneficiários no sistema financeiro

Ao acessar o Bolsa Família, o usuário recebe um cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF) para receber o seu benefício. O cartão não representa apenas um dispositivo para receber uma transferência monetária, é também a entrada para o sistema financeiro. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) não o obriga a acessar nenhum produto, entretanto, muitos o fazem devido o próprio governo Federal ter ampliado o crédito a estas famílias, quer para incentivar o consumo ou a geração de renda, como já demonstramos. Ainda que o beneficiário não tenha que necessariamente acessar um instrumento financeiro, este é o objetivo do mercado, ou seja, inseri-lo no mundo das finanças para que se torne um devedor em potencial. Embora este não seja o discurso do governo, pelo contrário, há um reforço ao potencial de compras destas famílias e em como isto tem possibilitado a muitos, saírem de um patamar de sobrevivência e a outros se desligarem do Programa.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), liberou no ano de 2009 entre os meses de janeiro a março um montante de crédito no valor aproximadamente de R\$ 215.000.000,00 a 225.000 beneficiários do Bolsa Família. O projeto de inclusão financeira do Programa Bolsa Família atende a todos independentemente da região em que moram. Os beneficiários rurais também não ficaram fora dessa estratégia de inclusão, mais de 240 mil beneficiários do Bolsa Família obtiveram crédito por meio do Agroamigo⁵⁶/Pronaf do Banco do Nordeste. De maneira geral, cerca de 2,85 milhões de beneficiários têm conta-corrente simplificada e mais de 580 mil tiveram acesso ao microcrédito produtivo rural ou urbano, como o Crediamigo e o Agroamigo/Pronaf. Dados de Junho de 2013 informam que mais de 473 mil clientes do Agroamigo e cerca de 650 mil do Crediamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família (PGI, 2010).

Dentre as linhas de crédito que foram abertas pelo Governo Federal para atender à população de baixa renda os beneficiários do Programa Bolsa Família, acessam muitas delas, a exemplo o Minha Casa Minha Vida⁵⁷, o Minha Casa Melhor e o Projeto Crescer. A resolução nº 199, de 31 de dezembro de 2013 do Conselho Curador do Fundo Social de Desenvolvimento Social, previu um

56 Programa de microfinança rural do Banco do Nordeste, criado desde 2005 para atender o pequeno agricultor familiar do Nordeste e do norte de Minas Gerais. O total de endividamento permitido é de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

57 Programa habitacional criado em 2009 pelo Governo Federal que possibilita as pessoas com renda bruta de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) financiar a casa própria. O programa já construiu, até o ano de 2013, 1 milhão de moradias e pretende atingir a meta de 2 milhões até o final de 2014. Existem condições especiais para os que têm renda bruta de até R\$ 1.600,00. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcvmv/saiba_mais.asp>.

orçamento de R\$ 1.168.144.012,13 para ser gasto com o Minha Casa Minha Vida Entidades no ano de 2014. No ano de 2013, o Governo Federal disponibilizou uma linha de crédito no valor total de 18,7 bilhões de reais, que foram destinados aos beneficiários do Minha Casa Minha Vida. Um crédito de até R\$ 5.000,00 para quem é mutuário do programa e está em dia com suas prestações. Com esse crédito as famílias puderam comprar móveis e eletrodomésticos financiados em até 48 meses com juros de 5% ao ano. São vários os itens disponibilizados para compra com valores já estipulados pelo governo como: geladeira, fogão, microcomputador, notebook, TV digital, lavadora de roupas, dentre outras. Uma medida que atinge diretamente o Programa Bolsa Família, uma vez que, do Programa Minha Casa Minha Vida, 80% são seus beneficiários. Ressalta-se que o valor da cesta de eletrodomésticos taxados pelo governo é de R\$ 6.834,00, mas o crédito disponibilizado é de apenas 5.000,00. Com esta estratégia o governo espera beneficiar cerca de 3,7 milhões de famílias de baixa renda.

O governo Federal já disponibilizou 9 bilhões de reais a 3,5 milhões de pessoas através do Microcrédito Produtivo Crescer⁵⁸. Até 2013 o programa já tinha atingido um milhão de beneficiários do Programa Bolsa Família. Entre os meses de setembro de 2011 e agosto de 2013 o Bolsa Família foi responsável por 2,3 milhões de operações o que corresponde a uma média superior a dois empréstimos por pessoa. Neste mesmo período foram também beneficiados 1,1 milhão de pessoas com baixa renda, o que significa que os segmentos mais pobres correspondem a 50% dos 3 milhões de pessoas que receberam empréstimos desde 2011. A maior parte dos créditos, 77% , foi concedido à população da Região Nordeste, e destes 91% são beneficiários do Programa Bolsa Família. Ressalta-se que as taxas de juros que eram de 8% no início do Programa caíram para 5% no ano de 2013 (MACHADO, 2013).

No ano de 2012, 68% dos contratos foram feitos por quem atua na informalidade. Os empréstimos variam de R\$ 300,00 a R\$ 15.000,00 que devem ser destinados ao capital de giro ou investimentos. É proibido utilizar o crédito com gastos familiares. Com esta iniciativa o governo pretende aumentar o número de MEIs no país e garantir renda para segmentos inclusos no CadÚnico, para isto, além do crédito lhes são oferecidas lições de educação financeira para que planejem, e organizem o orçamento de seu negócio. A maioria dos beneficiários com perfil MEI, considerando os dados de 2011, o que corresponde a 32%, está localizado na região Nordeste. Do total dos beneficiários MEIs-PBF, 92% exercem atividades na zona urbana e apenas 8% na zona rural. O microempreendedor, em

58 Crédito concedido a microempreendedores para ampliação dos negócios. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/Credito/mpo_crescer/index.asp>.

sua maioria, 50,2% é do sexo feminino. Do total dos responsáveis pelos negócios, 7,5% são filhos dos beneficiários. A faixa etária que mais concentra empreendedor, 56% deles, é entre 25 e 39 anos de idade. Quanto à escolaridade 60% possuem educação em nível de ensino fundamental completo ou incompleto, 39% possuem nível técnico ou médio completo e apenas 1% possui nível superior, uma média acima dos beneficiários que não são microempreendedores. Apenas 0,2% deles são formalizados, a maioria atua na informalidade. Quanto às atividades desenvolvidas são assim distribuídas: 42% no setor de comércio, 31% em serviços, 18% na indústria e apenas 9% na construção civil. O comércio varejista, de bebidas, e serviços ambulantes de alimentação, e a predominância em atividades de necessidades básicas como roupas, alimentação, cabeleireiros, enfim em pequenos negócios. São atividades em sua maioria com baixo valor agregado que não exigem muita especialização, o que condiz com o nível baixo de escolaridade dos beneficiários. Há entre a maioria, 87%, um desejo de se tornar um microempresário, a despeito do quanto esta mudança será onerosa (MOREIRA, 2013).

d) A circularidade das dívidas: um legado da inserção no sistema financeiro

No Brasil, o sistema de crédito para a compra de bens e serviços contribuiu para a inserção do público de baixa renda no mercado de consumo, todavia isto gerou um outro problema, o superendividamento. A população de baixa renda representa uma parcela do mercado consumidor bastante vulnerável devido a sua instabilidade econômica, à sua fragilidade em saldar seus compromissos (SBICCA, 2012). Forçosamente o incentivo ao mercado tem induzido à competição exacerbada e como era de se esperar não inclui a todos, os que não conseguem sobreviver ficam apenas com suas dívidas impagáveis.

A tendência ao endividamento não ocorre apenas no Brasil, há muito tempo já ocorre em outros países como nos Estados Unidos, e tem obrigado os governos a tomarem algumas medidas, entretanto são apenas medidas pedagógicas, pois não há como resolver o problema das dívidas em um sistema que precisa de devedores. Dessa forma, mesmo nas economias centrais, vemos a ocorrência do endividamento por parte sobretudo dos segmentos mais vulneráveis da população. A prefeitura de Nova York, no ano de 2006, criou o primeiro Centro para Oportunidade Econômica (Center for Economic Opportunity-Ceo)⁵⁹, considerada a primeira iniciativa de um governo, naquele país, cuja missão é proteger os indivíduos de famílias de baixa renda por meio de capacitações,

59 Ver <http://ceo.nychhc.org/Default.aspx>

treinamentos e educação para as finanças. Os objetivos do programa visam, dentre outros, além da segurança econômica por meio de consultoria financeira, conectar as pessoas a melhores taxas de crédito e poupanças. Dados daquele ano revelaram que, 26% das famílias que trabalhavam não possuíam nenhuma renda disponível no final do mês. Em Nova York este número aumenta para 48% e alguns bairros chega a atingir 95%. De 2007 a 2008 as dívidas destes grupos cresceram em 20% no bairro do Bronx e mais de 30% em Manhattan (CHAO, 2013).

A Educação Financeira⁶⁰ tem sido a estratégia também utilizada pelo Governo brasileiro para garantir a adimplência dos beneficiários do Programa, para isto foram criadas cartilhas, folders, dentre outros mecanismos que ajudam esse público a entender o mercado. O conhecimento acerca de como utilizar os instrumentos financeiros, segundo o Governo Federal, objetiva informar o público de baixa renda acerca das oportunidades do mercado que eles desconhecem e para transpor barreiras impeditivas para a saída da sua condição de vulnerabilidade.

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em 2009, criou uma cartilha intitulada “Educação Financeira, para os beneficiários do Programa Bolsa Família”, é uma forma pedagógica de ensinar as famílias que já movimentam conta bancária a controlarem seu dinheiro a lidarem com a sua renda e evitarem gastos excessivos. Para nós é também um indicador da concepção econômica do governo em relação à inserção dos beneficiários no mercado. A cartilha ensina passo a passo como os beneficiários devem lidar com seus gastos mensalmente, para evitar o endividamento e conseguirem poupar, uma forma racional de lidar com a sua renda. São ensinadas algumas dicas de como proceder na hora das compras, tais como: comparar os preços dos produtos e a qualidade dos mesmos; trocar objetos com outras pessoas; comprar objetos de segunda mão; optar pela compra no atacado conjuntamente com outras pessoas ao invés de comprar individualmente no varejo; evitar o consumo e o crédito fácil ofertados pelas inúmeras propagandas do mercado e assim adquirir produtos desnecessários; comprar sempre os produtos à vista, assim se evita os acréscimos dos juros e, por fim, não esquecer que dívidas devem ser pagas a fim de evitar calotes. A cartilha também ressalta a importância da poupança, além das vantagens de abrir uma conta, dentre elas, uma chama atenção que é o uso dos serviços bancários como os seguros e empréstimos. Sobre estes últimos há dicas de como os beneficiários devem proceder para adquirir um seguro, para pedir empréstimos junto a um banco e também a pechinchar e negociar juros mais baixos. A referida cartilha ao mesmo tempo em que induz os

60 Segundo o Banco Central, é um processo pelo qual as pessoas e sociedades compreendem os conceitos e produtos financeiros para que possam fazer melhores escolhas na hora de sua utilização, ou seja, que saibam dos riscos e oportunidades do mercado. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>.

beneficiários ao uso racional do dinheiro, a evitarem as armadilhas do consumo via poupança, os induzem também à compra de alguns instrumentos financeiros como os empréstimos e os seguros. A cartilha do MDS também funciona como uma forma de controle, posto que ensina aos beneficiários a priorizarem os gastos, e isto também é uma ironia, na medida em que se está falando de pessoas cuja renda não garante para muitos a cesta básica mensal.

O SEBRAE em 2012 também criou uma cartilha destinada aos beneficiários do Programa intitulada “O empreendedor individual e o Programa Bolsa Família: uma oportunidade para crescer”. O objetivo foi esclarecer acerca das facilidades e dos benefícios de empreender formalmente e também informar sobre as linhas de crédito, a assistência técnica os treinamentos dentre outros. Na cartilha o beneficiário vai encontrar informações acerca das atividades, bem como das condições e do incentivo para a sua formalização como a segurança garantida pela previdência. Outras vantagens também são destacadas, como a do empreendedor possuir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que lhe garantirá acesso a compra de produtos mais baratos diretamente de atacadistas e distribuidores e com isso a abertura de crédito que lhes permita prazos mais longos para os pagamentos. Segundo a cartilha, o empreendedor formalizado terá mais oportunidades de negociação no mercado, a exemplo as vendas diretamente para as prefeituras. E por fim, o SEBRAE se disponibiliza a prestar assistência aos beneficiários que queiram se formalizar e o faz sem custos. (SEBRAE, 2012).

Todo o aparato pedagógico criado pelo governo, como era de se esperar, na realidade não poderia evitar que os segmentos de baixa renda se endividassem. Não há nada que se possa fazer dentro da lógica do capital para evitar que as pessoas caiam nesta cilada, pelo contrário. Segundo a Associação Brasileira de Bancos (ABECS), em pesquisa realizada em 2006, ainda havia espaço para o endividamento das famílias de baixa renda no Brasil, tal pesquisa visava à obtenção de dados sobre as possibilidades que tinha este público para o consumo. O momento era de otimismo em relação à abertura de créditos a esta população, uma vez que segundo a associação, não havia sinais de comprometimento da renda familiar com despesas financeiras e havia evidências, também, de que este público teria aumentado a intenção de investir em poupança. Dados mais atualizados revelam uma situação preocupante. Enquanto o governo comemora dez anos de Bolsa Família, neste tempo houve o endividamento das famílias brasileiras, um ciclo que se encerra devido à expansão do crédito as famílias sobretudo as de baixa renda (CHAO, 2013). Nos últimos cinco anos o crédito aumentou mais que o dobro, para cerca de U\$600 bilhões, e impulsionou o consumo de milhares de pessoas que sofrem para pagar as dívidas adquiridas pelo uso excessivo do cartão de crédito com juros exorbitantes que chegam a 80%. Problemas que se destacam

entre as economias em desenvolvimento e elevaram a sua taxa de inadimplência. O referido autor informa também que, segundo alguns economistas, o governo expandiu o consumo com a intenção de diminuir as desigualdades de renda no Brasil, estratégia que contribuiu para estimular o crescimento e elevar o padrão de vida de muitas pessoas. Em contraposição, não acompanhou tais iniciativas com medidas que pudessem melhorar a produtividade e o crescimento a longo prazo. A estratégia do governo continua a ser a do mero incentivo do consumo. Este panorama é reforçado por outras pesquisas que já sinalizam o problema do endividamento dos segmentos de baixa renda no Brasil, a despeito do mercado que ainda espera capturar parcelas destes segmentos.

O Plano CDE e o Bankanbler Associates (2012) em pesquisa sobre o comportamento de pessoas de baixa renda, com o objetivo de compreender seus hábitos financeiros, alguns resultados merecem destaque, sobretudo, os resultados da classe E, onde estão os beneficiários do Bolsa Família. Na sua maioria, este segmento se utiliza de créditos de pequenos prazos para ajudar a pagar as dívidas que a renda não cobre, e acessam instrumentos formais e informais, a saber: cartões de loja, compras parceladas, dinheiro emprestado a amigos, a agiotas e também cartões de crédito de terceiros. As pessoas convivem sempre com o cuidado para que o orçamento se ajuste no limite da disponibilidade de crédito, posto que sempre podem acessar um bem que se não fosse o crédito seria inacessível. Mas, na maioria das vezes, o crédito não está disponível, é nesse momento que se valem dos instrumentos informais como os amigos e familiares. Um outro dado da pesquisa é que a maioria fica presa à ciranda do crédito, uma situação que a impede de construir um patrimônio, posto que é muito raro a abertura de poupanças. O que a pesquisa destacou, também, foi a relação com os jogos e os sorteios que alimentam, na maioria, o otimismo de adquirir bens. Um outro dado que revela a vulnerabilidade deste segmento é que estar com o nome sujo por conta da inadimplência é uma situação comum.

A Pesquisa do Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, PEIC), (2013), reforça as pesquisas anteriores e mostra que muitas famílias brasileiras já se encontram endividadas e muitas estão sem condições de liquidar suas dívidas. Em 2010, o número de famílias nesta condição era de 59,1%; em 2013 este número aumentou para 62,5%, o impressionante foi o crescimento de 7,5% de endividados em relação ao ano de 2012. De acordo com a percepção dos inadimplentes, 63,9% que estão na faixa de rendimento de até dez salários mínimos, disseram estar muito endividados, contra 53,9% dos que estão na faixa de rendimentos de mais de dez salários mínimos que afirmaram estar na mesma condição. A pesquisa revela também

que considerando o segundo semestre de 2013, o percentual de famílias com contas em atraso aumentou em relação ao segundo semestre de 2012 e, houve um aumento também no percentual das famílias que não terão condições de sanar suas dívidas.

O aumento no número de inadimplentes, de acordo com a pesquisa supracitada, foi verificada em várias modalidades dentre as quais nos interessam o cartão de crédito, crédito pessoal, e carnês, modalidades acessada pela maioria da população de baixa renda e onde estão os beneficiários do Bolsa Família. A inadimplência é considerável na modalidade cartão de crédito, que representa 76,3% entre os que têm renda de até 10 salários mínimos, contra 70,8% os que estão acima de 10 salários mínimos.

Assinala-se que a diminuição no débito adquirido através de carnês pode ter diminuído em função da aquisição de cartões de crédito, que por sua vez o percentual de inadimplentes em 2012 aumentou 4,3%, em comparação com 2010. A pesquisa mostrou também a relação da renda familiar e débito, e o percentual dos que estão com a renda comprometida é preocupante, e mais uma vez os que tem renda abaixo de dez salários mínimos, de modo geral, apresentam níveis de comprometimento da renda mais elevados do que aqueles que tem renda acima de dez salários mínimos. Isto demonstra o quanto o poder aquisitivo tem influência sobre o nível de inadimplência, ou seja, quanto menor a renda maior o nível de endividamento.

O presidente do Instituto Fractal de Análises de Mercado, Celso Grisi (2013), noticiou resultado de pesquisa recente feita pelo referido instituto com os consumidores de baixa renda, e revelou aumento do número de dívidas que este segmento acumulou. A referida pesquisa comparou, dentre outros, a relação do uso do crédito com comprometimento de renda, de janeiro de 2005 a dezembro de 2013, o resultado indica uma precipitação para o endividamento das pessoas que estão entre os que têm uma renda de até R\$ 1.500,00. A pesquisa demonstrou que 1/4 deste segmento se endividou nos últimos sete anos. Dos entrevistados, 26,7% tem dívidas com o sistema financeiro, e o principal objetivo do empréstimo para 55,8% dos entrevistados é pagar dívidas vencidas ou a vencer. Eles recorrem não somente aos créditos nas instituições legais, mas também ao mercado de crédito informal, os agiotas, cujos juros são bem maiores, isto demonstra o seu aprisionamento ao sistema de crédito (GRISI, 2013).

Como se pode observar o mais agravante é que o crédito tornou-se uma regra, e, por conseguinte, o débito uma constante em suas vidas, situação que lhes coloca no limite da inserção financeira.

e) Crédito fácil: a ilusão dos beneficiários

Aos beneficiários foi-lhes dado a possibilidade, mesmo que ideologicamente, de sair do círculo geracional de pobreza que os impedia de entrar na ciranda do consumo, tornando-os refém desta circularidade. A indução ao crédito tem sido uma das saídas encontrada pelo Estado para manter essa massa na funcionalidade do sistema, posto que o automatismo do próprio capital precipita ações para manter o sistema funcionando, uma tendência mundial ao endividamento decorrentes do processo de financeirização⁶¹ da economia.

Os beneficiários não imaginavam que ao receber um cartão magnético para acessar uma renda mensal ficariam presos à armadilha do crédito fácil. A transferência de renda tem servido, dentre outros, para alimentar o capital financeiro na sua expressão do crédito, o que do ponto de vista da economia é um problema. O Estado por meio do Fundo Público destina uma parcela para milhões de famílias, que por sua vez, utilizam para o consumo, o que gera algum tipo de excedente que volta para o Estado em forma de impostos, contribuições dentre outros e o ciclo continua. Uma forma limite de valorização do valor que ocorre sem a intermediação do trabalho produtivo, isto é também um indicador de como a economia não está conseguindo se sustentar.

A facilidade de acesso ao microcrédito, somadas às dificuldades de obterem uma renda direto do seu trabalho, induziu muitos beneficiários ao endividamento, pela primeira vez nas suas vidas. As famílias puderam abrir uma conta em um banco e ainda acessar uma linha de crédito, afinal, poderiam dispor da representação máxima do dinheiro na sociedade. Uma prática social sem a qual a vida moderna não se sustenta. Sem uma linha de crédito, ainda que seja para satisfazer as necessidades de alimentar-se os beneficiários não irão se sustentar, o que demonstra que vivem uma situação limite.

Um modo particular que a sociedade encontrou para se manter se manifesta na vida de cada beneficiário em particular. O mercado atingiu aquele segmento de menor poder aquisitivo, aliás, aquele que dispõe de uma renda que é retirada do circuito financeiro, o orçamento do Estado que é sustentado pela dívida pública, e deste modo faz mover o consumo na outra ponta do

61 Chesnais caracteriza a nova etapa do capitalismo mundial, como “regime de acumulação predominantemente financeira”. Para o autor é “algo mais – ou mesmo outra coisa – do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século”. A característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário, isto é, está, de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (mutual investments funds) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo) (CHESNAIS, 1996).

sistema. Neste processo está se formando uma bolha que a qualquer momento poderá explodir, como historicamente já conhecemos com a crise do subprime nos Estados Unidos. Os beneficiários vivem uma pseudorelação com o mundo real, não têm renda suficiente para usufruir dos bens e serviços sociais, mas por outro lado, os acessam mesmo que limitadamente, é uma relação abstrata com o dinheiro na sua forma mais pura. Uma chance irresistível o que cria dificuldades para se posicionarem fora deste impulso indutivo ao crédito ilimitado e, por conseguinte, ao eterno endividamento.

O ciclo do endividamento a que estão envolvidos os beneficiários pode atravessar gerações, e se este segmento não é mais considerado pobre ou extremamente pobre, pelo exercício da abstração, como já enfatizamos, agora se tornarão devedores. É o início de um novo momento da vida de milhões de beneficiários que nunca fizeram parte de um projeto de inclusão social, agora o fazem na condição de pobres devedores.

Para os que acessaram o microcrédito produtivo, estes foram induzidos pelo discurso da mercantilização, posto que trabalham em uma atividade própria cujo orgulho é a felicidade de poder se livrar da condição de explorado, de sair do lugar de empregado e se tornar patrão de si mesmo. As atividades do setor de serviço, como já foi inúmeras vezes enfatizado, não são capazes de sustentar a forma desta sociedade, desse modo, seu trabalho tem uma função que é o controle subjetivo, estão inseridas no sistema uma vez que adquiriram dívidas. São pessoas que, envoltas no discurso do empreendedorismo, acreditam que ser patrão é uma forma de libertação e não percebem que estão amarradas a um trabalho cotidiano árduo, presos á dureza da sua labuta diária. Estão acorrentados pela sua própria atividade, cuja recompensa para muitos não ultrapassa minimante o acesso aos bens e serviços que esta sociedade pode lhes oferecer. É uma autoexploração do seu potencial humano, que poderia estar direcionado para atividades mais prazerosas, menos repetitiva, menos extenuantes. E nesse aspecto qual o sentido desta atividade?

Todo este impulso econômico, induzido pelo próprio governo, é um ato desesperado de resposta às possibilidades reais de participação de uma massa significativa no mercado. Ao mesmo tempo em que representa uma forma agonizante de o processo de valorização do valor se valorizar, via juros, especulação, o que é um paradoxo diante da forma que é a exploração do trabalho de muitos para geração de riqueza para poucos, e, neste caso, há uma autoexploração na medida em que precisam se desdobrar para cumprir com suas obrigações e não se tornar um inadimplente. A sociedade está produzindo devedores que não produzem valor, mas estão inclusos na ciranda financeira, uma alternativa ao modelo clássico de valorização do valor, e, portanto impossível de

sustentar a sua forma. Vários beneficiários chegaram a uma situação limite, ao mesmo tempo em que o crédito impulsiona o mercado e dinamiza a economia, e lhes permite consumir bens considerados até pouco tempo inacessíveis, estão presos à armadilha do crédito. Muitas famílias se encontram com dívidas perpétuas, que como vimos, para sobreviverem sempre necessitarão de uma linha de crédito, um automatismo do mercado na sua expressão financeira que agora atinge brutalmente as massas.

O crédito é a expressão atual da financeirização da economia e atualmente impulsiona uma “sobrevivência provisória”, para muitos alimenta a ilusão de prosperidade, a sua função não é mais impulsionar a produção e sim possibilitar a sobrevivência das pessoas (JAPP, 2013).

Os beneficiários do Bolsa Família vivem no limite da sobrevivência, e os que não são empreendedores vivem no limite do crédito, da agiotagem, enfim, das diversas expressões da financeirização. O Programa neste aspecto, é providencial, é vital, irá mantê-los no limiar da vida, caso contrário, a saída é a mendicância, o crime, dentre outras saídas degradantes. São massas que não servem nem mais para serem exploradas, mas foram laçadas pelo capitalismo e jogadas ao limite das relações sociais: pobres e superendividadas. Dificilmente conseguirão sair da armadilha do crédito. O que, em tese, serviria para melhorar as suas vidas que era uma renda para satisfazer suas necessidades básicas, os levou a um caminho para muitos, sem volta, o endividamento. Como fazer quando estas pessoas não puderem nem mais renegociar suas dívidas? Como irão romper com o ciclo intergeracional de dívidas? Aquela proposta inicial do governo que objetivava retirá-las do ciclo intergeracional de pobreza as levaram a outro ciclo, o do endividamento. Qual será a nova estratégia para que estes beneficiários consigam sair do círculo vicioso do endividamento? Nesta perspectiva, a sua inserção no consumo chega a ser uma perversidade, uma vez que se transformaram em devedores, cuja possibilidade de saldar dívidas anteriores é adquirindo novas até que as possibilidades de aquisição de novos débitos cheguem ao seu limite e a bolha financeira na qual foram envolvidos uma hora exploda.

Todo este processo não pode ser analisado apenas pela crítica a uma elite conservadora ou pela falta de distribuição de renda no país, posto que, sendo uma tendência mundial, é, portanto, a expressão do capital financeiro. Contudo, não se retira o conservadorismo característico da política brasileira e expresso na forma como as massas foram tratadas historicamente, e o que é pior, foram induzidas ao crédito fácil pelas mãos do Estado. O que demonstra o envolvimento do Estado brasileiro com o capital financeiro, um reforço à sua função histórica. O que importa ao capital é que ele se valorize de qualquer maneira, foi assim que o mercado abocanhou parcelas consideráveis destes

segmentos de classe baixa, não interessa se são pobres ou extremamente pobres que recebem o Bolsa Família para poder viver, não importa que sejam vidas que já se encontravam à margem, excluídas do processo de consumo, que viviam do mínimo em um mundo de opulência, nada disso é importante, o que importa é que a fórmula D-D' tem que se realizar.

Qual será a saída para o endividamento de muitos beneficiários? Não há saídas nem o perdão das dívidas resolve um problema de ordem estrutural do capital, as economias do mundo inteiro estão atoladas em dívidas não atinge somente os beneficiários, mas a todos, sobretudo o próprio Estado, não basta perdoá-las, isto em nada mudaria os desígnios da forma social capitalista, sobretudo em uma sociedade de capitalismo periférico, não há como enganar o sistema. Se o perdão da dívida fosse generalizado seria apenas uma expressão do mito de Sísifo em sua conotação contemporânea. Não faz sentido o perdão sem a negação da forma capitalista.

Para muitos beneficiários as portas de saída, os levou à entrada em um sistema que vive a sua agonia de manter milhões de pessoas na sua circularidade. Acreditamos que para a maioria, que diferença faz ter vivido à margem e agora estar inserido em uma forma que já alcançou o seu limite? Porém, como tudo é puro fetiche, o acesso a bens que a condição financeira momentaneamente permite é um deslumbramento, é irresistível e quem está envolvido nesta circularidade com certeza não tem condições de pensar para fora desta forma fascinante e impositiva, o que seguramente é um problema para as massas se posicionarem contra este modelo.

O Programa Bolsa Família, por seu turno, não terá condições de resolver este dilema, a sua proposta é muito pequena para o tamanho do problema criado, não será uma questão de universalização x focalização, do Programa tornar-se ou não um direito, da existência ou não das condicionalidades, é sim das portas de saída, afinal por quais portas sairão desta agonia cerca de milhões de famílias? O Bolsa Família continua a cumprir a sua função que é controlar cerca de 14 milhões de famílias que, seguramente, é feito pelo dinheiro direto na conta de cada uma delas, e que sem ele dificilmente muitas conseguirão sobreviver e muito menos, quem sabe, quitar seus débitos. Esta é também a sua função, tentar a todo custo manter estas massas sob controle, não se sabe por quanto tempo. Agora não será apenas um problema de pobreza, daqueles que não têm com o que se alimentar, soma-se a isto os débitos, mais um problema para a sociedade brasileira resolver, e se as saídas insistentemente continuam a ser o incentivo ao crédito, só o tempo irá revelar o futuro das massas no país, que, por seu turno, continuam, ainda, reativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do limite da forma capital conduziram nossas análises sobre os limites do Programa Bolsa Família para tentarmos entendê-lo nas suas bases a crise do capital. Não nos sentimos numa posição confortável ao afirmar que sem uma quantia mínima que chega às mãos das famílias beneficiárias do referido programa, a vida para muitos, se torna mais difícil, quase impossível. É difícil admitir que as famílias que acessam o Bolsa Família são massas humanas sobrantes, que não cabem na estrutura social e que a cada dia mais e mais famílias terão que juntar-se as catorze milhões, que dependem de uma transferência de renda para poder satisfazer minimamente suas necessidades biológicas. Não obstante ocorrer em um tempo histórico de muita opulência, em que apenas a uma minoria é facultado o direito de usufruir da riqueza produzida. Sabemos que as análises não se sustentam apenas pela simplicidade do raciocínio. O modo de produção que produz riqueza é o mesmo que destrói vidas humanas, em tempos de artificialidade do capital a violência singular a esta forma social é intensificada, e às vezes se apresenta de forma sutil que só é perceptível através das lentes de quem cada vez mais consegue decifrar o enigma das modernas sociedades produtoras de valor.

As sociedades do nosso tempo chegaram ao seu limite, compreender esse dilema foi possível na medida em que mergulhamos primeiramente nas análises para entendermos o funcionamento da sociedade que tem como forma a mercadoria e cuja possibilidade de sustentação é via trabalho produtivo (MARX, 1983). Somente essa atividade é capaz de produzir mais-valor, um quantum de energia retirado no processo de exploração estabelecido no contrato entre força de trabalho livre e capital produtivo durante a produção de mercadorias. Um ciclo produtivo, que produz um movimento contínuo entrecortado por sucessivas crises, em que a cada uma delas o sistema tem encontrado estratégias de seguir seu ciclo incrementando as forças produtivas e por conseguinte negando o trabalho produtivo, única maneira de atualizar-se para um mundo em competição em que a disputa por mercados é determinante, para que as mercadorias possam se realizar pelo mundo afora. O ciclo clássico do capital que encontra seu limite. A consequência social tem sido a produção de uma massa crescente de desempregados, que não encontrarão mais mercado para vender a sua força de trabalho, uma mercadoria que ao longo dos anos foi perdendo seu valor, a despeito da sua importância. Um paradoxo, um processo autocontraditório (KURZ, 1988; MENEGAT, 2012). Na medida em que as transformações no campo da tecnologia avançam, a força de trabalho

necessária para manter o ciclo produtivo, o ciclo da vida burguesa empurra para fora do seu processo a força que o mantém. A consequência é visível na formação de massas humanas destituídas do seu lugar no processo de produção e dessa forma o seu lugar na estrutura social. Entender isso é compreender que o processo de produção de mercadorias, na tentativa de se livrar do trabalho, condena a si próprio, à sua desintegração. Produção e consumo fazem parte de uma mesma unidade, de uma estrutura. Estar fora dela é amargar a dor que é viver entre seus pares sem compartilhar com eles, mas aqueles sobrantes que se avolumam não capitulam sozinhos é em meio às crises que o sistema se move sem encontrar saídas objetivas, concretas. Resta-lhe se mover em um mundo em que as crises se tornam o seu modo de expressão. Para muitos a vida burguesa sequer existiu, mas a força do fetiche da mercadoria continua a lhes ofuscar os olhos.

As sucessivas crises capitalistas ocasionadas pelo processo contínuo de produção de mercadorias não conseguem mais se realizar no mercado, posto que é o modo de ser desta sociedade. Aprendemos que este processo se inicia ainda na década de 1950 no centro do capitalismo, nos Estados Unidos, quando a produção de mercadorias extrapola a possibilidade de sua realização e explode nos anos 1990, por meio das bolhas financeiras no mundo inteiro (BRENNER, 2003). Naquele primeiro momento, o mundo estava inundado por mercadorias, contudo o automatismo do mercado determina o seu rumo, a busca é por mais mercados, ainda que eles não existam e precisem ser criados artificialmente, o ciberespaço é o campo das negociações assistidas pelas tecnologias capazes, de cada vez mais incrementá-lo.

As fórmulas financeiras cumprem este papel, não por muito tempo, uma vez que o volume de dinheiro não é capaz de assegurar mais dinheiro por longo tempo, a fórmula D-D' não pode continuar indefinidamente sem que encontre barreiras impeditivas causadas pelo seu próprio dinamismo. A crise de 2008 acirra os processos e estoura no centro da hegemonia capitalista o que abala as suas finanças e assim pela incerteza dos tempos, há sinais de uma crise hegemônica no centro da economia capitalista, os Estados Unidos e, o ciclo financeiro não é alheio a este modo de produção (ARRIGHI, 1996); porém, é preciso qualificar o presente. A crise de 2008, no entanto sinalizou para a incapacidade do sistema crescer acima do seu nível esperado de 3%, contudo ainda assim pode encontrar estratégias para a sua reprodução (HARVEY, 1994). O capital não encontra também na sua artificialidade possibilidades de continuar seu ciclo, mas a despeito da sua impossibilidade necessita reproduzir-se, de modo que há muito tempo já opera por um processo de destruição e construção (ARANTES, 2007).

A primeira adequação à continuidade de seu ciclo encontrou seu ponto de saturação na plenitude de sua realização com o fordismo, último fôlego da realização entre capital e trabalho, última esperança do trabalhador participar daquilo que ele cria, mas o sistema precisa se livrar dele. O ápice da economia capitalista ocorre em um tempo em que os seus valores estiveram enraizados profundamente, a ponto de os trabalhadores se jogarem ao sacrifício em troca de usufruírem também de uma parte da riqueza produzida, não sabiam eles que aquele momento era ímpar na história do moderno sistema produtor de mercadorias. A ilusão logo vai embora quando o mundo do consumo não encontra mais viabilidade. A sociedade se encontra inundada de mercadorias e posteriormente de papéis que flutuam pelo mercado, em busca da realização do seu valor. Os limites estavam dados sem que a maioria se desse conta (KURZ, 1988). Contudo, o ciclo do capital continua seu percurso inexorável, um estado permanente de barbárie, ato sublime da sua reprodução enevoado pelo fetiche da mercadoria (MENEGAT, 2012). Sobre ao Estado cumprir aquilo que sempre foi o seu desígnio, manter o sistema funcionando a qualquer custo, para isto teve que adequar-se as suas limitações, uma vez que este é o seu papel, ainda que tudo se desmorone.

A crise econômica se expressa também pela impossibilidade de o Estado custear os prejuízos socioambientais, de uma economia limitada na sua capacidade de reprodução e por consequência visível nos custos que o próprio sistema criou, a dívida pública. O Estado, peça subordinada da estrutura orgânica do sistema, não pode abdicar da dívida pública para manter o equilíbrio do sistema, uma vez que sem recursos não cumpre a sua tarefa histórica. Ele próprio se encontra movido por uma circularidade, cujo dinamismo é o crédito-débito, um mecanismo sem o qual a vida não se reproduz.

Chegamos em uma etapa do capitalismo em que o volume da dívida externa e interna das economias capitalistas se torna um instrumento de manutenção do sistema. O crédito-débito é a via possível desta sociedade (JAPP, 2013). A saída para o Estado é se envolver na circularidade financeira, um débito necessário e a isto está preso. Seu campo de atuação cresce na medida em que os problemas se acirram, sobretudo, o crescimento de uma massa que sem saída precisa de recursos mínimos para alimentar-se, as transferências de renda vão cumprir este papel e o crédito será seu ponto de apoio uma vez que, por meio dele dinheiro se transforma em dinheiro, se multiplica artificialmente no mercado. O centro do capitalismo já nos ensinou como a dinâmica crédito-débito, explode nas mãos dos Estados de economia central e dependentes. Mostrou-nos também de que forma, no centro do

capitalismo, explodiu nas mãos daqueles segmentos com menos capacidade de recursos, “os subprime”, um exemplo da maneira como o sistema opera por um critério cego, em busca de um valor que não encontra nos mecanismos clássicos e tampouco artificiais de realização e chega ao elo mais fraco da sua cadeia, o consumidor de baixa renda. No dito popular: devemos colocar nossa barba de molho.

As bolhas fazem parte de uma circularidade que não encontra sustentação a não ser sempre recomeçar novo ciclo, depois de explosões devastadoras que destroem países inteiros. A transferência de renda se torna assim aquele elo perdido, já não mais possível de inserção de uma grande massa nos circuitos de relações de trocas capitalistas, uma substituição do lugar que cabia no processo clássico de produção de valor, a força de trabalho. O crédito e com ele o débito se tornam o *modus operandis* deste sistema em crise.

O mecanismo artificial do capitalismo financeiro é a estratégia criada pelo Estado capitalista, para fazer multiplicar o quantum mínimo que pode retirar do mercado para atender as massas e a porta de entrada para um mundo de consumo, ainda que limitado à sobrevivência e preso ao débito. O dinheiro, na sua forma mais pura é retirado da dívida pública para transformar aquelas massas em sujeitos monetários, ainda que seja enrolando-os na circularidade do crédito-débito, situação que nos conduz a pensar os mecanismos das bolhas, se efetivando via políticas sociais. Uma perversidade do nosso tempo. Como transformar em devedores aqueles que não têm uma renda para se sustentar? Pela ideologia do empreendedorismo, que aposta nos setores, sobretudo de serviços, mercados suficientes para todos, basta que entendam as suas leis e assim sejam capazes de enfrentar as intempéries econômicas. A realidade é sempre mais cruel, se todos são capazes de se inserir no mercado são potencialmente devedores, um salto para a inadimplência. E depois? Não há saídas, não nos muros da sociedade burguesa.

O Brasil, desde o seu período de formação se insere nesta dinâmica a despeito das resistências a um processo, desde o seu início, violento (PRADO JÚNIOR, 2006). A periferia do capital é uma exigência sistêmica, pela necessidade de exploração direta ou para capturar mercados para seu fluxo industrial de mercadorias, processos implantados na sua forma mais cruel, a escravidão moderna.

As resistências forjadas não evitaram a dureza da marca de um capital subdesenvolvido, deformado, uma vez que o ciclo econômico a princípio não se realiza e nem poderia, o subdesenvolvimento é fruto da dinâmica de exploração dos centros sistêmicos do capital, daí se caracterizar pela sua monstruosidade pela sua falta de forma, um ornitorrinco (OLIVEIRA, 2008).

As massas, que desde o seu início não se inserem na estrutura social, ao longo deste processo vão paulatinamente sendo utilizadas como exército de reserva, quando do processo de industrialização, que já nasce dependente, em um momento em que a estrutura capitalista não mais se realiza, mas cabia a esta economia manter matériaprima para o centro mundial que operava através das guerras como única forma de se manter. A periferia precisaria provar para si própria a sua inserção, o centro, há muito tempo sinalizava o seu limite histórico, contudo tinha capacidade de resposta.

A ditadura de 1964 vai cumprir aqui este papel ao aliar-se ao capitalismo internacional e manter a condição de dependência. As massas, na periferia do capital alimentavam a expectativa de inserção neste processo, era uma possibilidade histórica, ainda como exército de reserva, porém o dinamismo econômico na década de 1970 apontava para o seu limite (OLIVEIRA, 2008). O que fazer diante da impossibilidade histórica de poder realizar-se como uma economia nos padrões clássicos da economia central? Cumprir a sua tarefa histórica, acompanhar os fluxos econômicos no centro do capitalismo na condição de dependência. O desenvolvimento neste momento já não era mais possível. É na esteira destes processos que o resgate ao desenvolvimentismo ressurgiu com um partido de esquerda no poder, o dos trabalhadores. Lula traz para si estas massas sedentas por respostas em uma economia inviável e o faz revigorando aquilo que a história não permite mais, a via do desenvolvimentismo. Recupera assim aquele elo perdido na década de 1930 entre massas crescentes e um assistencialismo de um Estado populista, marca histórica das políticas sociais destinadas a atendê-las. O pretérito pode não ser o presente com nova roupagem, mas a analogia é pertinente. O neodesenvolvimentismo da era Lula assim, as resgata na tentativa de mantê-las partícipes de uma economia que se desmorona, e o faz através das políticas de transferência de renda.

O Programa Bolsa Família, desde o início deste século vem cumprindo esta tarefa, o que tem causado revolta na sociedade, que por ignorar os processos que encobrem as relações sociais violentas engendradas na periferia do capital, destilam seu ódio contra os beneficiários. Como se já não bastasse para eles carregarem o peso do estigma da pobreza, de uma sobrevivência fora dos muros das relações burguesas, aliados a tantos outros como raça, sexo e escolaridade. O programa Bolsa Família representa o quantum, o mínimo que o Estado devedor pode retirar da economia para colocar direto na conta de cada beneficiário, uma ajuda necessária em tempos longos, difíceis. Um fôlego na vida de milhões de famílias que agora acessam um consumo, mesmo que limitado ao que o dinheiro lhe pode permitir uma ajuda que para os 70% dos

beneficiários é somada à renda que recebem fruto da negociação da força de trabalho no setor improdutivo, mais que isto, um crédito que abre as portas de entrada ao mercado.

O neodesenvolvimentismo comemora, os beneficiários idem. Por seu turno, estas são apenas estatísticas de uma dinâmica insustentável. Mas, as coisas não são exatamente aquilo que os olhos veem, as lentes, aquelas que desvelam os segredos mais escondidos revelam o que está por trás de toda estratégia: as dívidas dos beneficiários. Ao receber um dinheiro direto na conta foram inevitavelmente, compelidos ao crédito. As massas, se olharmos para trás com os olhos no presente, saíram da condição de exército de reserva para a de devedores em potencial, uma artimanha criada, produzida não só para enfrentar a ausência de trabalho produtivo, mas, sobretudo, para inseri-los como potenciais devedores na estrutura da sociedade brasileira. A estratégia de colocá-los na dinâmica do mercado os elevou à condição de devedores. Será que o tiro saiu pela culatra? O Partido dos Trabalhadores-PT deu um tiro no pé? Certamente que não, esta foi a imposição do modelo neoliberal restritivo aos gastos sociais. A tecnologia de controle extraída dos mecanismos de mercado se reproduz nas estatísticas positivas, o aumento do PIB via transferência de renda. Em tempos de crise de capital qualquer abstração que pode ser representada quantitativamente é válida, mas não resiste a lentes potentes.

A ciranda financeira não pode promover algo que está fora dos seus muros, a não ser pela sua própria natureza, as bolhas, que hoje rondam o nosso céu é só uma questão de tempo para que elas cresçam e inevitavelmente, explodam. Não há saída. O Estado também conduziu o consumidor aos circuitos de troca, via transferência de renda, um mecanismo artificial para manter as massas em outra circularidade e se encontrar com os trabalhadores numa relação competitiva, uma vez que o trabalho produtivo é uma tarefa para poucos. A classe trabalhadora, o elo funcional da moderna sociedade produtora de valor, capaz de transformar este modelo societário perverso perde a sua força emancipadora, uma vez que agora participa na luta para manter aquilo que já está lhe escapando, o trabalho produtor de valor, de mercadorias. A sua escassez redimensiona aquilo que fora as lutas de classes para um campo de luta contra aquelas massas que tanto incomodam o sistema. Entretanto, o momento é também do surgimento daquele potencial novo, sujeito revolucionário, as massas (KURZ, 1988; MENEGAT, 2012).

O incômodo que tudo isto causa nos deixa em uma situação entre aprovar o programa por uma questão de justiça social, diante de uma sociedade conservadora, desigual, reprodutora das mazelas sociais, uma esperança de

tentar resgatar algo de humano daquilo que nunca a produziu e criticá-lo por tentar compreender os processos socioeconômicos do nosso tempo e inferir que os limites do Bolsa Família correspondem aos limites de uma forma social que não encontra nas suas bases estruturais, possibilidades de realização. Mas sabemos que aprovar o programa não nos coloca numa posição crítica, a posição que tomaremos será sempre paradoxal diante da nossa impotência coletiva em controlar os processos sociais e revertê-los. Se não podemos mudar a realidade, o mínimo a fazer é tentar um esforço interpretativo e compreendê-la, é esta a nossa intenção com este trabalho. Não somos contra as famílias receberem um benefício, nos posicionamos contra a dependência de uma quantia tão ínfima, tão insignificante, do ponto de vista da riqueza socialmente produzida.

Do ponto de vista humano, as pessoas necessitam viver em uma sociedade justa e não mais justa, porque não se trata de dar mais um pouco aos beneficiários, pois não é o valor do benefício que está em jogo é a sua condição de dependência de uma renda mínima. Assim, nos colocamos na discussão de estratégias para fora da forma capital porque como demonstramos ela é insustentável. O tempo não nos permite asseverar sobre o futuro, porém o cotidiano denuncia que sem uma transformação que subverta a ordem social, a barbárie continuará sendo uma prática cotidiana que neutralizaremos fechando os olhos, como uma forma de dizer para nós mesmos que as coisas continuam no seu devido lugar e que tudo vai dar certo. Porém a esperança nos faz acreditar que, apesar de não percebermos, talvez esteja latente uma reação que sacuda as massas e as retire da condição reativa, colocando-as sujeitos da sua construção coletiva, bem como derrube o deteriorado muro burguês. Será essa expectativa uma deturpação também de nossas lentes?

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos:** cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

ALGEBAILLE, E. B. As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza. In: VALLA, V. V. et al. (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto e Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

ARANTES, Paulo. A fratura brasileira no mundo-visões do laboratório brasileiro de mundialização. In: **Zero à esquerda.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. (Coleção Baderna).

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005.

ARRIGHI. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BANCO DO NORDESTE. **Conheça o Crediamigo.** Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp>. Acesso em: 18 jan. 2014.

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma instabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n. 42, p.123-142, fev. 2000.

BARROS ET AL. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza. **Chamada para Debate.** Texto para discussão. Agosto de 2011. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/298-1/Estudo_Ricardo% 20Barros_Rosane%20 Mendonca_Raquel%20Tsukada_SAE.pdf](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/boletimmds/298-1/Estudo_Ricardo%20Barros_Rosane%20Mendonca_Raquel%20Tsukada_SAE.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2014.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M. de. Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. **IPEA: Texto para discussão**, Brasília, n. 1201, jul. 2006.

BEHRING et al. **Política Social: história e fundamentos**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BERNARD, F. de. **O governo da pobreza**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 115-29, jul. 2010.

BRASIL. IPEA. **Comunicado da Presidência nº 22**. Receita Pública: quem paga e como se gasta no Brasil. IPEA, 30 de Junho de 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/bibliotecatematica-1/textos/gestao-publica-aco-es-governamentais/texto-50receita-publica-quem-paga-e-como-se-gasta-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL.MDS. Bolsa Família: mais de 70% dos beneficiários trabalham. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias-1/2013/maio/bolsa-familia-mais-de-70-dos-beneficiariostrabalham>>. Publicado em 21/05/2013. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Programa Bolsa Família**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

_____. **Secretaria de Renda e Cidadania**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/estrutura/secretaria-nacionalde-renda-de-cidadaniawww.mds.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Cartilha: Educação financeira para beneficiários do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2009.

_____. **Cadastro Único**. Apostila Compilada MDS/SERNAC. Brasília, 2001.

_____. MP.8º balanço PAC 2 Completo. **Quadro Macroeconômico. Maio-Agosto de 2013**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-opac/divulgacao-do-balanco/balanco-completo>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. O que é o microcrédito produtivo orientado? Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/esclareca-suas-duvidas.htm#pnmpo>>. Acesso em: 10 ago. 2013b.

_____. PGI. Inclusão Bancária e Microcrédito Produtivo. In: **Balanço final do governo Lula 2003/2010**. Séries Históricas. p. 114-127. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro1/1.3_Inclusao_Bancaria.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2014.

_____. Resolução nº 199 de 31 de dezembro de 2013 do Conselho Curador do Fundo Social de Desenvolvimento Social. Estabelece o Plano de Metas e as diretrizes gerais para a aplicação dos recursos alocados ao FDS para o exercício de 2014, no Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades, regido pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº 194, de 12 de dezembro de 2012, e suas alterações. Diário Oficial da União, pag. 105, seção 1, Brasília, DF.

_____. SECOM. **Destaques**. Ano VI, n.1 nov. 2012/fev. 2013 – Brasília, 2013.

_____. MTE. Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, PNMPO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814295F16D014311E8B2F221B9/RELAT%C3%93RIO%20MICROCREDITO%203%C2%BA%20TRIMESTRE%202013.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

BRENNER, R. **O boom e a bolha**: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

_____. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf>. Acesso em: 15 Agost. 2013.

CAMARGO et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CAMPELO, Tereza. Umadécadaderrubandomitosesuperandoexpectativas. In: CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CAMPOS, A. O enfrentamento da pobreza brasileira nos anos recentes. In: CONFERÊNCIA DA II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.9, n.1, jan./jun., 2005. p.229-249.

CAMPOS, F.A.D. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). São Paulo: 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a>>. Acesso em: 15 out. 2013.

CARE BRASIL. **Programa de microfinanças e educação financeira**

empreendedora: resultados e impactos. Disponível em: <http://www.care.org.br/wp-content/uploads/2011/04/2011_abril_microfinan%C3%A7as1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** Campinas, Papirus, 1994.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, R. IAMAMOTO, M. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

CASTELO BRANCO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, v. 8, n. 1, 2009.

CHAO, L. LYON, J. Dívidas dos brasileiros é alerta para outros países emergentes. In: **Wall Street dramatiza endividamento das famílias brasileiras.** GGN. Luis Nassif on line. Em 10/10/2013. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/wall-street-dramatizaendividamento-das-familias-brasileiras>>. Acesso em: 15 dez.2013.

CHESNAIS, F. **A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.** São Paulo: Xamá, 1996.

CNC. PEIC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), Janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-deendividamento-e-inadimplencia-do-consumido-19>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

COCCO, Giuseppe. **Mundo Braz:** o devir-mundo do Brasil e devirBrasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

DRAIBE, S.; AURELIANO, L. A especificidade do Welfare State Brasileiro. **Economia e Desenvolvimento** – CEPAL, Brasília, n. 3, p. 86-177, 1989.

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e os sistemas de proteção social. **Tempo Social**. v. 15, n. 2, Nov., 2003.

DRAIBE et al. Transferencias con corresponsabilidad. Una mirada latino-americana: Bolsa-Escola Y Bolsa-Família. São Paulo: **UNICAMP/ NEPP**, 2006.

FEBRABAN. CIAB. Pesquisa Febraban de Tecnologia bancária 2013: o setor bancário em números. Transamérica Expo center. 04 A 06 de Junho, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ciab.com.br/Imagem/PublicacaoItem/PDF/2.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

FERNANDES, F. Prefácio. In: **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. PRADO JÚNIOR, C. São Paulo: Brasiliense: 1999.

FERNANDES, J.M. Inclusão financeira das famílias de baixa renda. In: **V FORUM BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA**. 04 a 06 de novembro de 2013, Fortaleza-CE. Disponível em: <http://www.bc.gov.br/pre/incfinac/vforum/docs/Janice_V_Forum_Apresentacao_CAIXA.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2014.

FILGUEIRAS, L. GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FRANCO, M. S. C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1979.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Disponível em: <<http://>

cei1011.files.wordpress.com/2010/05/feb_celsofurtado.pdf>. Acesso em: 20 abril 2014.

GOMES, M. F. C. M. Política Social e Cultura Política. Revista de Políticas Públicas, São Luis Maranhão, v. 6, n.1, p. 113-125, 2002a.

GOMES, M. F.C.M. Estado e Política Social: A Elaboração do Pensamento Brasileiro na Primeira República. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

_____. Estado e Política Social no Pensamento Brasileiro na Primeira República. Praia Vermelha (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 6, p. 52-79, 2002b.

_____. A Política Social no Pensamento Brasileiro na Primeira República. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 38, p. 108-128, 1992.

GRISI, C. Cresce endividamento das famílias de baixa renda. In: **Empresas e Negócios**. São Paulo, 26 de Novembro de 2013. Disponível em: <www.netjen.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPP, Anselm. Crédito à morte. In: _____. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. Tradução: Robson J.F. Oliveira. Hedra, São Paulo, 2013.

KURZ, R. **Com todo o vapor ao colapso**. Juiz de Fora: UFJFPAZULIN, 2004.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Quem é que é totalitário? Os abismo de um conceito ideológico para todo um serviço. Publicado na Folha de São Paulo de 22/08/99 com o título Totalitarismo económico e tradução de José Marcos Macedo. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz35.htm>>. Acesso em: 05 abril 2014.

LAVINAS, Lena. Gasto Social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 14631476, 2007.

_____. Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência de renda no Brasil. Disponível em:<http://www.brasiluniaoeuropeia.ufrj.br/pdfs/renda_basica_versus_programasdetransferenciadiretade_renda>. Acesso em 25 de jan. de 2007.

_____. Transferência de renda: o “quase tudo” do sistema de proteção social brasileiro. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro_2006/artigos/A06A157pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2007.

_____. Excepcionalidade e paradoxo: renda básica versus programas de transferência direta de renda no Brasil. Disponível em: <[http:// biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/ protecao-social/texto-13-2013-renda-basica-versus-programas-detransferencia-direta-de-renda](http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/ protecao-social/texto-13-2013-renda-basica-versus-programas-detransferencia-direta-de-renda)>.

pdf1>. Acesso em: 08 jan. 2010.

LEICHSENRING, A. R. Precariedade laboral e o Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. 2 v.

LEWIS, M. **Bumerangue: uma viagem à economia do terceiro mundo**. São Paulo, 2011.

MARQUES, Rosa Maria et al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 29, n. 1, mar. 2012.

MARTINS, José de Souza. O poder político do Brasil lúmpen e místico. In: _____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a. v. 2, t. 2.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984b. v. 3, t. 3.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. IPEA. Brasília, 2001.

MENEGAT, M. SEMINÁRIO DE TESE I, 2009, Escola de Serviço Social-ESS, Universidade Federal do Rio de Janeiro. **DISCIPLINA**.

_____. **Massas e emancipação política no Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Disciplina Tópico especial em teoria social: teoria Social brasileira. Palestra

conferida em 22 de setembro, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

_____. **O olho da barbárie.** São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

_____. **O sol por testemunha.** Mimeo. Rio de Janeiro, 2006b.

_____. **Depois do fim do mundo:** a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. **Estudos sobre ruínas.** Rio de Janeiro: Revan: Instituto de Criminologia, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, R. F. C. Empreendedorismo e inclusão produtiva: uma análise do perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. **Radar:** tecnologia, produção e comércio exterior. Brasília: IPEA, n.1 Abril, 2009. p.19-31.

NERI, M. et al. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLHO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

NETO, J.M.A. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA et al. (Org.). **O tempo do liberalismo republicano:** da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Col. O Brasil Republicano I).

NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN: FERREIRA et al. (Org.). **O tempo do liberalismo republicano:** da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Col. O Brasil Republicano I).

OIT adverte de uma forte desaceleração no mercado de trabalho nos países do G20 e da falta de empregos para 2015. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/WCMS_163837/lang-es/index.htm. 2008>. Acesso em: 12 dez. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____ et al. (Org.). Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: _____. **A era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULANI, P. A crise e o futuro do capitalismo. In: **Depois da crise no centro do Mundo?** PEREIRA, L. B. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2012.

_____. O Brasil na crise da acumulação financeirizada. **IV Encontro Internacional Economía Política y Derechos Humanos**. 9 a 11 de Setembro de 2010. Universidad Popular Madres de Plaza del Mayo. Disponível em: <<http://www.madres.org/documentos/doc20100924143515.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2013.

PARIJIS, P. V. et al. **Renda básica de cidadania: fundamentos éticos e econômicos**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PEREIRA, L. D. **Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira: avanços e desafios**. 2007. mimeografado.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PLANO CDE.BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES. Pesquisa

intitulada: Gestão financeira entre as classes de baixa renda no Brasil: abrangente, diversificada e engajada. Maio, 2012. Disponível em: <<http://inclusaofinanceirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/planocde-bfa-gestc3a3o-financeira-entre-as-classes-de-baixa-renda-nobrasil.pdf>>. Acesso em: 22 Jan. 2014.

PLIHON, D.; GUTTMANN, R. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, número especial, p. 575-611, dez. 2008.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JÚNIOR. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 1976.

_____. **História econômica do Brasil**. Disponível em: <http://www.memoriasdaresistencia.org.br/cpjr_historiaeconomicadobrasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **A Revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PSDB. **Para mudar de verdade o Brasil**: confiança, cidadania, prosperidade. Disponível em: <<http://conversacombrasileiros.com.br/wp-content/themes/ConversaComBrasileirosV2/assets/pdf/CartilhaPSDB-Bras%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

REIS, E. Sobre a cidadania. In: _____. **Processos e escolhas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1988.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RUBIN, Isaak Ilich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pósReal. In: **Financeirização, fundo público e política social**. Behring et al. (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

SALVADOR, E. RODRIGUES, T. A. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan/jun. 2011.

SAMPAIO JR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112. São Paulo, p. 672-688, out/dez, 2012.

SANÉ, P. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: JORGE, W. et al. (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

. Gênese e Apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana. **Novos Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 151-161, mar. 1988.

SBICCA, A. et al. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia e Tecnologia -RET**. v. 8, n. 4, p. 5-16, out./dez. 2012.

SCHWARZMAN, Simon. Bolsa família: mitos e realidades. **Interesse Nacional**, Brasília, n. 7, p. 20-28, dez. 2009.

SEBRAE. Característica do candidato a Empreendedor Individual (MEI) no Brasil. **Relatório 2009**. Disponível em:< http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/informalidade/Perfil%20do%20candidato%20ao%20MEI%20no%20Brasil_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 de Jan. 2014.

_____. O mercado de cartões de pagamento no Brasil. **Boletim de Serviços Financeiros**. Nov. 2012a. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. O empreendedor individual e o Programa Bolsa Família: uma oportunidade para crescer. **Cartilha**. Janeiro, 2012b.

_____. Perfil do Microempreendedor Individual 2013. **Série Estudos e Pesquisas, Dez. 2013**. p. 52. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

SEN. Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução: Laura T. M. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA, José V. **El declive de la socialdemocracia**. Barcelona: RBA, 2011.

SILVA, O. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revisa Ciência Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6, nov./dez. 2007.

_____ et al. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SILVA, M. O. da S. Estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Rev. de Políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão**. v.7, n.2, jul./dez. 2003. p.233-254.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**.

São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. IN: MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SUPLICY, E. M. Renda Básica de Cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEITAS, I. A Indústria de Cartões no Brasil. In: **5º CONGRESSO BRASILEIRO DE MEIOS ELETRÔNICOS DE PAGAMENTOS**. 20 A 21 de Outubro de 2010. Centro de Fecomércio de Eventos, São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Ivo%20Vieitas.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

WERFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERNECK VIANNA, M. L. A Máquina de fazer política. **Revista Presença**, Rio de Janeiro, n. 11, jan. 1988,

ZOUAIN, Deborah. et al. **Estudo sobre o mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as pequenas e micro empresas**. Brasília: Sebrae, 2007.

O que fazer com cerca de quatorze milhões de brasileiros que necessitam de uma renda mínima para viver? O impacto da crise por aqui impulsionou, no campo político, uma reviravolta e uma negação daquilo que insistentemente queremos ser, um país democrático nos moldes das sociedades capitalistas centrais. Sair da condição sistêmica de subalternidade não é tão simples, principalmente quando a realidade se apresenta como um quadro de horror: 70% dos beneficiários do Programa Bolsa Família que trabalham, não têm renda suficiente para acessarem o que é necessário para uma vida digna. A crise econômica que se alastra desde a década de 1970 e, paulatinamente, se acirra a cada década, reflete a impossibilidade histórica de milhões de pessoas se beneficiarem com um modelo societário que já encontrou seu limite histórico. Portanto, discutir sobre os limites do Bolsa Família é se indignar e acreditar que a subversão da ordem social é tarefa histórica para aqueles que insistentemente acreditam que outro mundo é possível.

